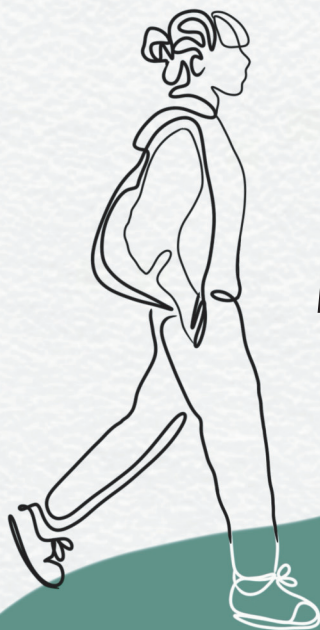


O cuidado como modo
de abrir passagem.



Adolescências e seus Enlaces

construindo formas de cuidar

Edna Linhares Garcia
Letiane de Souza Machado
Maria Carolina Magedanz
Jodéli Fabiana Dreissig
Cibele da Silva Bohn [Orgs.]

**ADOLESCÊNCIAS E SEUS ENLACES:
CONSTRUINDO FORMAS DE CUIDAR**

**Edna Linhares Garcia
Letiane de Souza Machado
Maria Carolina Magedanz
Jodéli Fabiana Dreissig
Cibele da Silva Bohn
(Orgs.)**

**ADOLESCÊNCIAS E SEUS ENLACES:
CONSTRUINDO FORMAS DE CUIDAR**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Edna Linhares Garcia; Letiane de Souza Machado; Maria Carolina Magedanz; Jodéli Fabiana Dreissig; Cibele da Silva Bohn [Orgs.]

Adolescências e seus Enlaces: construindo formas de cuidar. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 253p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2583-8 [Impresso]

978-65-265-2584-5 [Digital]

1. Adolescências. 2. Saúde Mental. 3. Cuidado. 4. Subjetivação. 5. Interseccionalidade.
I. Título.

CDD – 370

Capa: Isabella Delfim Alexandre com finalização técnica de Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho

Editor: Valdemir Miotello

Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

AGRADECIMENTOS

Este e-book consiste em um trabalho que só se tornou possível devido ao senso coletivo da responsabilização pela promoção de bem-estar e saúde mental das adolescências do nosso tempo. Configura uma tentativa desafiadora de reunir muitos saberes, alguns que produzimos e outros vindos de pesquisadores, que nos inspiram a criar, cada vez mais e melhor, reflexões, estratégias e intervenções na direção do cuidado com essa população. Para nós, socializar os conhecimentos que são produzidos nos encontros entre adolescentes e pesquisadores, encontros sustentados por uma escuta genuína e verdadeiramente interessada, vai além da busca da produção de dados científicos para o meio acadêmico, trata-se antes, de fazer circular modos de pensar, de ser e estar no mundo que carecem de reconhecimento e valorização, a fim de estimular as necessárias e urgentes transformações da realidade social.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, instituição para a qual dirigimos nosso agradecimento, especialmente ao Programa de Apoio a Pós Graduação (PROAP), que possibilita a socialização e acesso dos conhecimentos produzidos na academia.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento das bolsas de estudo que deram subsídio para que os pesquisadores se aventurassem nas ações e nos escritos.

Nossa gratidão ao Programa de Saúde na Escola (PSE), que oportunizou os encontros e as interlocuções com as escolas, Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e adolescentes.

Agradecemos aos Programas de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia (PPGPs) e Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde (PPGPS) da Unisc, pelo permanente incentivo

do trabalho integrado na direção do enfrentamento de necessidades da comunidade.

Ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GEPS) e Grupo de Pesquisa Processos Clínicos, Modos de Subjetivação e Políticas Públicas-Ubuntu, aos quais se vincula o Grupad - Grupo da Pesquisa sobre Adolescências, pela interlocução entre pesquisadores, marcando a trajetória de um fazer pesquisa integrado com uma práxis coletiva e cotidiana.

À Isabella Delfim Alexandre, acadêmica de Psicologia, que criou a expressão gráfica das capas, cuja sensibilidade e sintonia, traduziram em imagens a essência de nossa escrita.

A todos os autores e autoras que contribuíram com seu trabalho e dedicação na escrita de cada capítulo.

À UNISC, nossa casa, que proporciona nossos encontros intelectuais e afetivos e nos impulsiona na produção de conhecimentos científicos para a construção de um mundo melhor!

Por fim, a todos os adolescentes que nos confiaram suas narrativas, história de medo, anseios, amores e dores, estabelecendo conosco laços afetivos e generosos.

APOIO



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

SOBRE O LIVRO

ORGANIZADORAS

Edna Linhares Garcia

Psicóloga e professora do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde - Mestrado e Doutorado (PPGPS/UNISC) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia (PPGPSI/UNISC). Coordenadora do Grupo da Pesquisa sobre Adolescências (Grupad), braço do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS) e do Ubuntu - Processos Clínicos, Modos de Subjetivação e Políticas Públicas.

Letiane de Souza Machado

Nutricionista, especialista em Terapia Intensiva pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Mestra e Doutoranda no PPGPS / UNISC. Integrante do Grupad, GEPS e do Grupo Interdisciplinar Ampliado de Trabalho e Estudos em Saúde (GIATES).

Maria Carolina Magedanz

Psicóloga, especialista em Saúde da Família e Comunidade em caráter de Residência Multiprofissional. Mestranda no PPGPS/UNISC. Integrante do Grupad, GEPS e GIATES.


Jodéli Fabiana Dreissig

Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Integrante do Grupad e GEPS.

Cibele da Silva Bohn

Graduanda do Curso de Psicologia pela UNISC. Integrante do Grupad e GEPS.


COLABORADORES

Alexandra Araujo 

Psicóloga. Mestre em Psicologia pelo PPGPSI/UNISC.

Amanda Leticia Gomes Costa 

Graduanda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), bolsista de iniciação científica PBCIT/FUNCAP.

Ana Beatriz Panzera 

Graduanda em Psicologia/UNISC e Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/Fapergs.

Ana Carolina Bienert 

Enfermeira. Mestranda do PPGPS/UNISC. Integrante do GEPS e GIATES/UNISC.

Ana Carolina de Oliveira Korb 


Acadêmica de Medicina. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante do GEPS/UNISC.

Ana Caroline Dalla Vecchia 


Graduanda de Psicologia/UNISC.

Ana Luisa Teixeira de Menezes 

Psicóloga. Analista junguiana pelo IJRS e AJB, doutora em Educação (UFRGS). Docente do Departamento de Psicologia e professora dos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) e PPGPSI/UNISC.

André Weber de Vargas 

Psicólogo. Residente Multiprofissional em Atenção Cardiovascular no Hospital Santa Cruz/UNISC.

Anelise Miritz Borges 

Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Ciências da Saúde. Integrante do GEPS/UNISC.

Bruna Rezende Martins 

Enfermeira. Mestre e Doutoranda do PPGPS/UNISC. Integrante do GEPS e do GIATES/UNISC.

Carolina da Silva Pedroso 

Psicóloga. Mestre pelo PPGPS/UNISC.

Caroline Krüger 

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Cibele da Silva Bohn 

Graduanda do Curso de Psicologia/UNISC.

Cristiane Muller 

Psicóloga. Mestranda PPGEDU/UNISC.

Dara Jeane Costa Rocha 

Psicóloga. Mestranda em Psicologia/UNIFOR.

Gabrielly da Fontoura Winter 

Doutora em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC - 2016). Graduada em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC - 2013). Professora do curso de Psicologia do departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul, coordenadora do curso de Psicologia - UNISC.

Hildegard Hedwig Pohl 

Educadora física. Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente do Departamento de Ciências da Saúde e do PPGPS. Integrante do GEPS/UNISC.

Isabela Cristina Lemos 

Psicóloga. Mestre em Psicologia pelo PPGPSI/UNISC.

Jémerson Madrid Dias 

Psicólogo pela UNISC.

Jerto Cardoso da Silva 

Docente, Doutor adjunto e pesquisador do curso de Psicologia e do PPGPSI/UNISC.

Juliana das Chagas Silveira 

Graduanda de Psicologia/UNISC.

Kátia Rodrigues da Silva 

Psicóloga, especialista em Atenção Básica e Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública (ESP/RS). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFRGS e servidora da Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul.

Leonardo Freese Côrtes Austria 

Psicólogo. Graduado pela UNISC.

Leônia Cavalcante Teixeira 

Docente Doutora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UNIFOR.

Letícia Lorenzoni Lasta 

Psicóloga. Docente Adjunta do Departamento de Ciências da Saúde e do PPGPSI/UNISC. Vice líder do do GEPS/UNISC.

Luci Helen Alvez Freitas 

Psicóloga. Mestranda do PPGPS. Integrante do GEPS e GIATES/UNISC.

Lucas Henrik Miranda Souza 

Docente do departamento de Ciências da Saúde da UNISC.

Maria Cristiane Nali 

Psicóloga. Psicanalista, supervisora clínica e institucional, e professora universitária. Mestre em psicologia clínica – PUC/SP.

Mariluz Sott Bender 

Docente do departamento de Ciências da Saúde/UNISC.

Morgana Pappen 


Enfermeira. Mestre e Doutora em Promoção da Saúde (PPGPS/UNISC). Integrante do GEPS/UNISC.

Patricia Vargas da Rosa 

Pedagoga e licenciada em Letras. Mestre em Letras (UNISC) e Doutora em Educação (UNISC). Pedagoga no campus de Cachoeira do Sul da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Rafael Siqueira Fredi 

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura na UFRGS.

Richard Ecke dos Santos 

Psicólogo pela UNISC.

Sandra Djambolakdjian Torosian 


Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura na UFRGS.

Suzane Beatriz Frantz Krug 

Enfermeira. Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Ciências da Saúde e do PPGPS/UNISC. Líder do GEPS e do GIATES/UNISC.

Tainá Schütz 

Psicóloga pela UNISC.

Teresinha Eduardes Klafke 

Docente do Departamento de Ciências da Saúde da UNISC.

REVISORES

Cézane Priscila Reuter

Docente do PPGPS/UNISC. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela UFRGS. Contato: cezanereuter@unisc.br

Cleimar Luis dos Santos

Psicólogo. Mestrando em Promoção da Saúde (PPGPS/UNISC). Contato: cleimar@mx2.unisc.br

Edna Linhares Garcia

Docente do PPGPS e PPGPSI/UNISC. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Contato: edna@unisc.br

Eduardo Steindorf Saraiva

Docente do PPGPSI/UNISC. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: eduardo@unisc.br

Francisca Sousa Vale Ferreira da Silva

Psicóloga. Doutora em Promoção da Saúde (PPGPS/UNISC). Contato: xicadasilva3@outlook.com

Hildegard Hedwig Pohl

Docente do PPGPS/UNISC. Doutorado em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Contato: hpohl@unisc.br

Letícia Holderbaum

Psicóloga. Doutoranda em Educação (PPGEdu/UNISC). Contato: leticiaholderbaun@gmail.com

Maria Carolina Magedanz

Psicóloga. Mestranda em Promoção da Saúde (PPGPS/UNISC). Contato: carolmagedanz@gmail.com

Maria Luiza Adoryan Machado

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Católica da Colômbia (Bogotá). Contato: luiza_adoryan@hotmail.com

Marlene F. Macaya Sazo

Docente na Universidade Católica Del Maule (Chile). Contato: mmacaya@ucm.cl

Patrícia Krieger de Oliveira

Docente de Psicologia (UNISC). Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Contato: pkrieger@unisc.br

Silvia Virginia Coutinho Areosa

Docente do PPGPSI / UNISC. Doutora em Serviço Social pela PUC do Rio Grande do Sul. Contato: sareosa@unisc.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
Gabrielly da Fontoura Winter	
APRESENTAÇÃO: PARAGENS, TRAVESSIAS E ENCONTROS COM ADOLESCÊNCIAS	25
Edna Linhares Garcia	
Jodéli Fabiana Dreissig	
Cibele da Silva Bohn	
Maria Carolina Magedanz	
I. ADOLESCÊNCIAS E SUAS PLURALIDADES	37
ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ADOLESCER	39
Mariluzza Sott Bender	
Richard Ecke dos Santos	
Ana Caroline Dalla Vecchia	
Juliana das Chagas Silveira	
Lucas Henrik Miranda Souza	
Edna Linhares Garcia	
LAÇOS DE FORTALECIMENTO ENTRE ELAS: AÇÕES DE SAÚDE MENTAL COM ADOLESCENTES POR MEIO DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA	55
Tainá Schütz	
Jodéli Fabiana Dreissig	
Jémerson Madrid Dias	
Teresinha Eduardes Klafke	
Edna Linhares Garcia	
VIDAS QUE INVENTAM CAMINHOS: ADOLESCÊNCIAS PLURAIS ENTRE FAMÍLIAS, COMUNIDADE E A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	71
Kátia Rodrigues da Silva	
Maria Carolina Magedanz	

II. ADOLESCÊNCIAS EM SEUS ESPAÇOS E ENCONTROS	87
JUVENTUDE E UNIVERSIDADE: REFLEXÕES SOBRE ENCONTROS E POSSIBILIDADES	89
Isabela Cristina Lemos Letícia Lorenzoni Lasta Ana Beatriz Panzera	
EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ESCOLAS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES ADOLESCENTES	111
Morgana Pappen Ana Carolina Bienert Luci Helen Alvez Freitas Bruna Rezende Martins Ana Carolina de Oliveira Korb Anelise Miritz Borges Hildegard Hedwig Pohl Letícia Lorenzoni Lasta Suzane Beatriz Frantz Krug	
EMERGÊNCIAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: CONSTRUINDO ESPAÇOS PARA (RE)PENSAR AS ADOLESCÊNCIAS	129
Alíssia Gressler Dornelles Cristiane Muller	
BIOGRAFANDO ALMA NA UNIVERSIDADE: IMAGENS DO MITO DA HEROÍNA NA NARRATIVA DE VIDA DE UMA ESTUDANTE	153
Patricia Vargas da Rosa Ana Luisa Teixeira de Menezes	
III. ADOLESCÊNCIAS SEUS (IM)PASSES E REDES	173
À DERIVA: O ABANDONO SIMBÓLICO NA TRAVESSIA ADOLESCENTE	175
Alexandra Araujo Jerto Cardoso da Silva	
ADOLESCÊNCIA E REDES SOCIAIS: HORIZONTE E ABISMO	189
Maria Cristiane Nali	

O ANTIPROIBICIONISMO ÀS DROGAS COMO DISPOSITIVO DE CUIDADO NA TRAVESSIA JUVENIL 203

Sandra Djambolakdjian Torossian
Rafael Siqueira Fredi
Caroline Krüger

(R)EXISTIR ENQUANTO SUJEITO: A INTRANSIGÊNCIA DO CORPO NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DO ADOLESCENTE COM TRANSTORNOS ALIMENTARES 215

Amanda Leticia Gomes Costa
Dara Jeane Costa Rocha
Leônia Cavalcante Teixeira

GRUPO DA PESQUISA SOBRE ADOLESCÊNCIAS: PERCURSOS E PERSPECTIVAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E SANITÁRIAS 233

Edna Linhares Garcia
Jodéli Fabiana Dreissig
André Weber de Vargas
Tainá Schütz
Letiane de Souza Machado
Cristiane Muller
Maria Carolina Magedanz
Carolina da Silva Pedroso
Cibele da Silva Bohn
Leonardo Freese Côrtes Austria
Suzane Beatriz Frantz Krug

PREFÁCIO

Gabrielly da Fontoura Winter¹

Receber o convite para prefaciar este livro e começar esta escrita é um chamado ao resgate da minha memória afetiva, e também é uma memória que se costura à história do Grupad (Grupo da Pesquisa sobre Adolescências), portanto essa construção é da ordem da afetividade, talvez como toda pesquisa deveria ser.

Em 2010, durante a minha graduação em Psicologia, resolvi me aventurar na pesquisa acadêmica. Na época, me encontrei com um convite para a seleção de bolsistas para a pesquisa “A realidade do crack em Santa Cruz do Sul”, da professora Dra. Edna Linhares Garcia juntamente com a Professora Ms. Dulce Grasel Zacharias, com quem, até então, tinha pouco contato, mesmo assim fui selecionada como bolsista de iniciação científica da “Prof. Edna”. A pesquisa teria duração de dois anos e tinha o objetivo de mapear o perfil de usuários de crack e de seus familiares. Através desse mapeamento, pretendia-se ter uma melhor ideia das dimensões da problemática, além de produzir dados para que fosse possível conseguir mais verbas para o tratamento dos usuários do município.

Durante esses dois anos foram entrevistados 100 usuários de crack e 100 familiares de usuários de crack, que não precisavam ter relação entre si. Os dados foram tabulados através da análise de conteúdo da Bardin (1977) e do *software* SPSS. Aqui, cabe fazer um resgate histórico para lembrar que, em 2009, o grupo RBS lançou a campanha “Crack nem pensar” que trouxe uma extensa visibilidade à problemática. Contudo, gerou uma “demonização” dos seus usuários que passaram a ser vistos como zumbis, sem

¹ Professora Doutora do curso de Psicologia do departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e coordenadora do curso de Psicologia da UNISC. E-mail: gabriellywinter@unisc.br.

nenhuma outra possibilidade de vida ou de escolha, um caminho sem volta. Arrisco a dizer que este passou a ser o “bicho papão” do sul do país.

Ao final dos dois anos da pesquisa, foi possível mapear o perfil do usuário de crack de Santa Cruz do Sul, perfil este que foi apresentado em serviços e gestões públicas. Mas, além disso, deixou muitas outras questões, muitas pontas soltas que não haviam sido analisadas, já que não cabiam no escopo da análise. Não era possível simplesmente encerrar a pesquisa, afinal ela deixou muitas reticências, ao invés de conclusões finais. Ficamos com muitas notas para seguir pensando. Identificamos que durante as entrevistas as pessoas tinham necessidade de falar, de serem escutadas, e não só de contar sobre as drogas, mas sobre vida, sonhos, desejos, esperança, dor, perdas e ADOLESCÊNCIAS.

Através dessas interrogações a pesquisa teve uma segunda edição e ainda assim não foi o suficiente, as histórias traziam muito de uma adolescência com sensações de desamparo, entre tantas outras coisas... E nessa busca por escutar as pessoas, por criar diferentes espaços para que elas pudessem construir as suas próprias narrativas, o Grupad nasceu, vem crescendo e se constituindo nos últimos 15 anos! Não por acaso, um grupo “adolescente” que tem se debruçado a pensar e construir outras possibilidades de (re)existências. Um grupo que tem a marca de muita gente bacana que passou por ele e hoje está por esse Brasil afora, mas que, sobretudo, tem a cara de sua pesquisadora principal: ético, comprometido, afetivo e em constante transformação, afinal o mundo muda e com as adolescências não seria diferente, portanto, não só é urgente, mas necessário que o Grupad siga se debruçando sobre essa temática.

Sendo assim, para comemorar os seus 15 anos, o Grupo lança o livro “Adolescências e seus enlaces: construindo formas de cuidar” que apresenta 13 capítulos que discutem, a partir de diferentes pontos, as Adolescências de forma atual, sensível e atenta às demandas de nosso tempo. Para melhor organização das ideias propostas, os capítulos foram divididos em três eixos. O

primeiro eixo intitulado “Adolescência e suas pluralidades”, apresenta quatro trabalhos que, através de experiências realizadas pelos autores em seus campos de práticas, e de forma singular, propõe uma mudança de paradigmas, largar mão da busca frustrada de respostas prontas e universais para este “problema” antigo e buscar pensar alguns caminhos possíveis e que têm apresentado potência com as práticas em seus grupos. De antemão, é importante ressaltar o cuidado para que através desta explicação não se volte a cair no modelo anterior, frisando que não se trata de uma receita de bolo, mas sim de possibilidades pensadas em “pequenos grupos” levando em consideração a singularidade de cada coletivo.

O segundo eixo chamado “Adolescências em seus espaços e encontros”, também conta com a apresentação de quatro artigos. Nesse bloco, discutem as adolescências através de suas vivências e experiências em instituições de ensino, tanto na escola como na universidade. Conforme o título sugere, o fio condutor dos capítulos perpassa diferentes formas de experimentar esses espaços. Embora apresentem níveis diferentes de complexidades e formas de se colocar no mundo, além do atravessamento de fatores culturais e sociais, os capítulos problematizam adolescências urbanas, rurais, vulnerabilizadas etc. Em comum, podemos perceber a importância do encontro com o outro e as potências que estes encontros, quando bem trabalhados, podem trazer. Para que isso ocorra, as pesquisas buscaram criar espaços de escuta aos adolescentes, que descrevem o valor do encontro com o outro como espaço de sustentação subjetiva e de narrativa de vida, além de dar luz à importância de uma linguagem acessível e que leve em consideração os saberes dos próprios adolescentes, oferecendo possibilidades de significados que façam sentido nas realidades dos alunos. Afinal, conforme Deleuze (1998, p.73) nos ensina, “tudo é apenas encontro no universo, bom ou mau encontro”, e os adolescentes, através das pesquisas, demonstraram ansiar por bons encontros, com significado e pertencimento.

Já o terceiro e último eixo se intitula “Adolescência e seus (im)passes e redes”, composto por cinco textos que discutem as adolescências através da sua construção social e histórica, é entendida como um momento de crises e de descobertas. Partindo da ideia da centralidade do corpo como território simbólico marcado pelas vivências experienciadas. Experiências estas que podem ser marcadas por transtornos e dependências, mas que não se restringem só a estes marcadores. Trata-se de experiências plurais e que devem ser vistas em sua multiplicidade, em constante transformação e, acima de tudo, compreendendo os adolescentes como participantes que podem ser responsáveis por suas escolhas. Contudo, para que isso possa se efetivar, os trabalhos apontam que é fundamental que aconteça um trabalho ético, político, afetivo e com a efetivação de políticas públicas.

Por fim, os artigos que compõem este livro afirmam a importância de se discutir as adolescências através de suas interseccionalidades, levando em consideração os contextos e as condições das existências de forma individual, mas sem perder de vista os coletivos. Problematizando temas conhecidos, como o impasse entre gerações e dificuldade de diálogo entre cuidadores e adolescentes, mas sem deixar de trazer questões novas e urgentes, através das transformações sociais do nosso século, como a falta de espaços públicos de lazer ou o fenômeno da cultura digital e os impactos que ela tem produzido nas vidas e nos processos de saúde e doença de adolescentes.

Portanto, não se trata de inventar a roda, mas como propõe Krenak (2022), pensar no futuro através da ancestralidade, ou seja, não é pensar no novo como aquilo que ainda não foi inventado, mas buscar possibilidades no que já foi feito, ainda que com outra roupagem, adaptada aos nossos tempos. As discussões apresentam sua potência ao apostar na criação de caminhos compartilhados que não só favoreçam o cuidado, mas que também façam e deem sentido de acordo com as questões de cada grupo, evidenciando a urgência de criar mais redes de apoio e de sentidos compartilhados ao trazer para discussão experiências efetivas e positivas nesta esteira de

possibilidades. Este livro trabalha com a escrita das dificuldades e esperanças que surgem ao se trabalhar com as adolescências, e com os constantes movimentos que essa temática requer.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

KRENAK, Ailton; CARELLI, Rita (org.). **Futuro ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

APRESENTAÇÃO

PARAGENS, TRAVESSIAS E ENCONTROS COM ADOLESCÊNCIAS

Edna Linhares Garcia¹
Jodéli Fabiana Dreissig²
Cibele da Silva Bohn³
Maria Carolina Magedanz⁴

Ao longo dos últimos 15 anos, muitas foram as paragens que nos levaram a outros lugares e modos de pensar, no contexto da adolescência. Produzimos conhecimentos num movimento de espiral, onde nada ficou para trás, onde tudo é e foi presente. Tomando a vida em suas infindáveis travessias, nos encontramos num tempo adolescente: nossos quinze anos de grupo! O Grupo da Pesquisa sobre Adolescências (Grupad) tem em seu nome o cerne de seu estudo e investigação: as adolescências. Para celebrar esse momento, compomos com parceiras/os, que tomam a temática da adolescência como foco de estudos, construindo assim a segunda edição do nosso livro, cujo acesso é livre, de modo a fortalecer nosso compromisso com a democratização do conhecimento.

Nossa origem foi marcada pela demanda da comunidade acerca da problemática do crack. Investigamos, planejamos e intervimos, ao tempo em que nos deparamos com a necessidade de realizar um outro trabalho. Uma paragem para retirar a droga do

¹ Docente dos Programas de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde e Mestrado Profissional em Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: edna@unisc.br.

² Psicóloga pela UNISC.

³ Graduanda do Curso de Psicologia da UNISC.

⁴ Psicóloga e mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde da UNISC.

foco de nossos movimentos, ações e intervenções, mesmo que sempre estivemos distanciados do modo com que, em geral, se trabalha com esse tema no Brasil. Como assinala Torossian, Cannas e Amaral (2020, p. 61), “A prevenção ao uso de drogas na adolescência, no Brasil, tem se resumido à disseminação dos efeitos nocivos desencadeados pelas substâncias psicoativas no organismo”, conformando uma política do medo que não tem resultado na redução do uso de drogas. E ainda, o Brasil tem eternizado um estado de guerra às drogas que só tem aumentado a mortandade de civis e policiais ao longo dos anos (Rybka; Nascimento; Guzzo, 2018).

Com ímpeto de criação, insubordinação, de afirmação e de perguntas, características de quem ‘adolesce’, impulsionamos nossos interesses a traçar e transformar rotas. Criar caminhos, caminhando, parafraseando o poeta Antônio Machado (2004, s.p.), quando diz “Caminhante, não há caminho, faz-se o caminho ao andar”. Esta tem sido nossa estratégia, pois reconhecemos que a vida não se trata do ponto de partida, mas sim da caminhada que nos edifica, reafirmando Cora Coralina (2012).

Em nossos incontáveis encontros com os/as adolescentes, sempre primamos por um livre diálogo, de escuta e reflexões sobre a questão da droga. Ao longo dessa caminhada, pontos de ancoragem se foram fazendo indispensáveis e que, sem dúvida, nos têm tornado cada vez mais acolhedores. Muitas paragens e curvas no caminho por onde a alma se escuta, para acolher as dores na visita às nossas próprias adolescências. Assim, aprendemos que é necessário também caminhar para dentro de nós, para nos tornarmos capazes do encontro genuíno com este público.

Então nossa travessia se faz: da escuta dos adolescentes, com uma intenção de compreender o lugar que a droga ocupava no processo de subjetivação, para a escuta do processo de subjetivação da/do adolescente no contexto contemporâneo. Nesses encontros, suspendemos, portanto, nossas expectativas e assumimos as deles, necessidade ressaltada por Corso e Corso (2018), de modo que alcançamos outros sentidos produzidos nas suas narrativas. Desde

lá, compreendemos que “a” adolescência não existe, e que muito menos a droga constitui o foco de seus interesses ou impasses prioritários nesse modo de ser e estar no mundo. Assim, se presentifica para nós as adolescências em suas pluralidades, exigindo não menos que uma análise interseccional, para uma real aproximação de suas necessidades e uma compreensão da diversidade de seus modos de existências.

Escutar “as” adolescências constitui-se, portanto, foco do nosso trabalho, reconhecendo o protagonismo que assumem, sendo agentes de mudanças e capazes de construir conhecimentos acerca da realidade em que vivem (Garcia; Machado; Feldmann, 2020). A concepção de adolescência, tal qual conhecemos hoje, é fruto de processos políticos, econômicos e culturais, assumindo diferentes formas a depender da sociedade em que esteja imersa (Le Breton, 2017). Sendo assim, trata-se de uma concepção socialmente datada, cuja experiência “adolescente” não tem uma marcação cronológica temporal exata, pois, distanciada de marcadores biológicos, regula-se por outros símbolos culturais. Nessa mesma direção, Jacques Alain Miller (2015) afirma que a adolescência é uma construção social e simbólica, e não apenas um dado biológico ou psicológico. Distanciada dos marcadores biológicos sim, mas não apartada desses, dado que sabemos que o/a adolescente se depara com o mal-estar advindo do corpo desse período de profundas transformações.

Embora não datada nesses âmbitos do conhecimento, duas referências regem o Estado brasileiro na delimitação da adolescência em termos cronológicos, quais sejam, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente no Brasil. A outra referência é a Organização Mundial da Saúde (OMS) que considera a faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos, o que significa que há uma sobreposição entre os últimos anos da adolescência e os primeiros da vida adulta. Trata-se, portanto, de marcos regulatórios e civilizatórios, muito necessários, pois

sustentam políticas de promoção de saúde e bem-estar para os cidadãos nessa faixa etária.

Importante assinalar que, enquanto construção social conceitual do século XX, e um direito protegido pelas políticas públicas, a experiência de viver a adolescência não está ao alcance de todos. Na verdade, torna-se um privilégio de poucos. Do mesmo modo que reconhecemos que nem todos têm garantido o direito ao exercício da infância, nem todos conseguem exercer a adolescência a que têm direito constitucional. A vulnerabilidade a que muitos adolescentes estão submetidos, rompe, especialmente pelo lado do Estado, toda e qualquer contratualidade.

A interseccionalidade, nesse sentido, nos proporciona uma lente de análise que permite identificar falhas no acesso equitativo às políticas públicas e na garantia de direitos para os/as adolescentes. Fatores como gênero, sexualidade, raça, classe, território e pessoas com deficiência são considerados interseccionais, atuando na experiência de vida e, conseqüentemente, impactando no processo saúde-doença e na qualidade do cuidado ofertado aos adolescentes (Collins; Bilge, 2021). Para além desses atravessamentos do campo sociocultural, a vida adolescente é composta de desafios e impasses. Conferimos ao Calligaris (2000) uma notável atualização de suas ideias, quando assinalou que a adolescência na modernidade é extremamente romantizada e idealizada. Fato que se expressa hoje num alargamento dessa dimensão da vida. Constatamos um encurtamento cada vez maior da infância e um adiar quase em definitivo da entrada na vida adulta, em alguns contextos sociais.

Contudo, ser adolescente é estar envolto num trabalho próprio de subjetivação que o diferencia e singulariza das outras dimensões da vida. Nessa travessia adolescente, há uma (des)construção subjetiva, onde o sujeito precisa lidar com a superação dos ideais infantis, com a emergência do desejo, exigindo uma ressignificação de si e do mundo.

TRAVESSIAS DA SUBJETIVAÇÃO ADOLESCENTE: QUEM DEVE SUSTENTAR?

A partir da perspectiva psicanalítica, alguns pontos importantes nos chamam a atenção nos processos subjetivos do adolecer. Um primeiro desses pontos é ressaltado por Alberti (2004) quando diz que o grande trabalho do adolescente é deixar de ser objeto do outro para ter seus próprios objetos. Em outros termos, a passagem da infância para a adolescência envolve uma grande tarefa: finalizar a infância, deixar de ser o objeto dos pais e buscar seus próprios objetos.

Aulagnier (1999) já havia assinalado que a adolescência envolve a construção de novos ideais, distintos daqueles herdados dos pais. Esse processo é parte essencial do que ela chama de trabalho psíquico adolescente, que inclui: renunciar aos ideais infantis e às identificações primárias com os pais para poder se constituir como sujeito autônomo. Isso não significa rejeição total dos referenciais identificatórios da infância, mas uma reformulação simbólica dessas referências. Assim, nesse momento, dá-se a criação de novos anseios, que não são mais simples repetição dos valores parentais, mas expressões singulares do desejo do/a adolescente. Esse processo exige que o/a adolescente historicize sua trajetória psíquica, integrando o infantil com as novas experiências. Ao final desse percurso, o/a adolescente pode investir em um ideal próprio, assumindo responsabilidade simbólica por sua posição na cadeia geracional. Isso pode implicar também a possibilidade de desejar ter um filho no futuro, como parte da inscrição subjetiva na cultura, como assinala Aulagnier (1975).

Assim, compete ao adolescente travar uma luta simbólica pela sua separação dos pais, ou de quem ocupa essa função de figuras cuidadoras e estruturantes. Construção de uma nova posição que envolve, portanto, renunciar à infância e abandonar pai e mãe, simbolicamente. Esta é a condição da emancipação do sujeito em relação às figuras parentais (Julien, 2000).

Miller (2015) ressalta que a ruptura com a infância é marcada, especialmente no que diz respeito à sexualidade e ao encontro com a puberdade, que introduz o/a adolescente no campo do real da pulsão, e que não pode ser simbolizado completamente. Neste contexto, o/a adolescente vai ter que reconstruir e se apropriar de uma nova imagem corporal, que surge com as transformações da puberdade, revisitar seus sintomas e suas fantasias infantis, tentando reorganizá-los diante das novas exigências subjetivas.

Na seara em que se encontra, o/a adolescente precisa escolher fazer esse trabalho de separação, de abandono, de ruptura simbólica, sob o risco de permanecer em um estado de ambivalência decisória e de referenciais simbólicos colapsados. Mas, para que esses processos sejam possíveis, o/a adolescente deve poder contar com o suporte das figuras parentais, pois sozinho não consegue fazer escolhas e realizar essa travessia. Portanto, é o adulto que precisa sustentar a posição de referência para proporcionar ao/a adolescente uma travessia mais segura.

Separar-se, portanto, é uma peleja a que o/a adolescente não pode furtar-se. Mas há um outro desafio que se impõe na atualidade, qual seja, o declínio das instâncias simbólicas que sustentavam a autoridade e a função paterna (Miller, 2015). Na sociedade contemporânea, os ideais tradicionais e a autoridade paterna perdem força, o que deixa o/a adolescente mais vulnerabilizado. Isto significa uma fragilização dos laços de autoridade que asseguram os necessários limites para quem se encontra num processo de constituição de si.

É diante deste contexto que nos referimos a esse processo como uma luta, porque na atualidade nos deparamos com muitos adultos e pais desprovidos das condições necessárias para dar suporte a tal enfrentamento, que se dá num longo trabalho de elaboração de sua incompletude, da falta do Outro. Em outros termos, o adolescente precisa escolher se separar, mas essa escolha depende da presença segura das figuras parentais, de modo a não deixar produzir um sentimento de desamparo, de abandono diante de um processo que inclui agressividade, insubordinação, irritação,

mudez etc. O suporte dos adultos para essa travessia é fundamental, caso contrário, mantemos os desencontros, criando trincheiras, onde os adultos desconhecem seus adolescentes e vice-versa. Como consequência, as próprias experiências dos adultos em relação às suas adolescências se tornam cada vez mais distantes.

Embora o movimento ou escolha de separação seja do/a adolescente, é fundamental que os pais sustentem tal processo com suas presenças afirmativas, para que de fato, este/a saiba de quem está se separando e, sobretudo, para que possa conferir a oferta de uma visão de horizontes desejáveis. Mas, no nosso contexto, é preciso nos perguntar: o que a vida adulta está a oferecer ao/a adolescente para que ele/a escolha vir para este novo mundo? E ainda, o que a vida adulta expressa que a torna tão evitável ou adiável?

ENCONTROS E REENCONTROS DESAFIADORES

Na atual conjuntura, ao encontro de Alberti (2004), faz-se necessário indagar: quem são os adolescentes para os pais? E quem são os pais para os filhos adolescentes? Na mesma toada, quem são os professores para os adolescentes escolares e quem são estes para os professores? Estas questões são pertinentes na medida em que vivenciamos um alargamento da dimensão da adolescência. Dessas respostas temos, ou não, as condições de possibilidades para verdadeiros encontros.

O imaginário social compreende a adolescência como um período problemático, criando estereótipos para defini-la como “aborrecência”, rebeldes sem causa, tediosos. Simone Bedin (2020, p. 33) assinala que “apesar de tratarmos a adolescência como uma produção cultural, ainda percebemos os adolescentes como enigmas”.

Torna-se fundamental que os/as adultos, sejam estes pais, professores e/ou outras figuras em quem o/a adolescente investe, não desistam do diálogo, da presença e sejam suporte dos silêncios e das ausências. Para Calligaris (2000), no diálogo entre pais e filhos, os pais devem assegurar um lugar privilegiado para a escuta dos filhos. Jerto Cardoso da Silva (2020) realça a ideia de que das relações

que o sujeito estabelece na nossa sociedade, são as relações com os pais, ou com quem exerce essa função, que fornecem e estruturam a base para as outras relações. Na nossa cultura, entendemos que são os professores os herdeiros mais imediatos da função de sustentação que dá continuidade aos processos do adolecer.

Sustentar o encontro com as adolescências, sob a ótica da psicanálise, exige a compreensão de certas características fundamentais. Entre elas, destaca-se a validação de um corpo que se torna palco privilegiado das manifestações do mal-estar, ao mesmo tempo em que busca outras vias de expressão. Encontrar as adolescências é oferecer suporte aos sintomas que Jacques-Alain Miller (2015) descreve como a procrastinação existencial e o autoerotismo do saber, em que o conhecimento é acessado diretamente, sem a mediação do Outro. Também se manifestam sintomas sociais como retraimento, hiperconectividade, radicalismo ideológico, evasão escolar e a formação de vínculos afetivos marcados pela dependência.

Podemos nos perguntar se os sintomas sociais contemporâneos que as adolescências manifestam, como, a anorexia-bulimia, violência, autolesão, evasão escolar, suicídio e tentativas, desconexão do mundo comunitário, entre outros, são expressões de impasses subjetivos diante da ausência ou dos desencontros com referências simbólicas sólidas. No cenário atual, parece que essas figuras que sustentam as funções simbólicas, paterna e materna, desistiram frente aos desafios desses encontros.

Torna-se imprescindível a reconstrução de ideais como um caminho viável para enfrentar os impasses que atravessam o mundo das adolescências — em contraste com a dispersão no consumo e a exclusão social. Essa reconstrução, no entanto, só se torna possível com a presença segura e disponível do adulto, que se dispõe a revisitar sua própria adolescência e a acolher, com escuta sensível e delicada, as singularidades das adolescências contemporâneas.

Mas é preciso nos questionarmos: como acolher e ser presença segura para os/as adolescentes em um contexto de precarização do trabalho e desvalorização das relações humanas em todas as

dimensões da vida? Será que a responsabilidade se personifica nos pais e nos professores? Por meio da lente da interseccionalidade é possível ampliar o olhar e entender quais são as responsabilidades do Estado e das instituições nesse processo.

Quando ampliamos o olhar para o entorno, torna-se evidente que o contexto neoliberal do imperativo “trabalhe enquanto eles dormem” rouba o tempo de qualidade entre pais e filhos. Ao mesmo tempo, é essa governamentalidade neoliberal que promove o desmonte das políticas públicas de saúde, educação e assistência social e que finda por sequestrar a possibilidade de um futuro que vale a pena ser vivido, para uma grande parcela de adolescentes (Dorneles, 2022).

EM CONCLUSÃO OU APOSTAS EM OUTRAS PARAGENS?

No conto *Duas imagens em um tanque* de Giovanni Papini (1881-1956), citado por Corso e Corso (2018), é apresentado o encontro de um homem com o seu eu jovem, adolescente. Entre as dificuldades da comunicação, o mais velho acaba por abandonar o outro, produzindo uma reflexão que nos convoca a lembrarmos de que também nós fomos adolescentes. Quanto mais o tempo passava ao lado do jovem, mais sem paciência o velho ficava, e em um instante de fúria acabou por afogar o seu eu mais jovem na água em que antes apreciava sua própria imagem. Sua paciência era insuficiente para aguentar aquele sujeito com falas teatrais, gestos afetados, e interesses intensos por pessoas e assuntos que para ele eram desimportantes. Assim, cabe questionar: de onde vem essa dificuldade em escutar os adolescentes? O que neles tem nos despertado tamanha repulsa? Os próprios autores Corso e Corso (2018) destacam que enquanto não conseguirmos elaborar aquilo que vivemos quando éramos jovens, seguiremos segurando essa cabeça debaixo d’água. E o perigo é que, devido a essas pendências com a própria juventude, a gente venha a afogar a relação com os adolescentes que nos circundam.

Esse texto não teve pretensão de fornecer receitas para pesquisas e intervenções com as adolescências, mas de propor reflexões quanto aos caminhos que temos seguido na contemporaneidade. Muitos têm sido os modos pelos quais os adolescentes têm nos convocado, que possamos escutá-los de modo ético e implicados com a lembrança de que também nós fizemos essa travessia, ainda que sob outro tempo e outras expectativas. Que possamos vê-los seguindo seus caminhos, escolhendo seus próprios percursos, sob o olhar atento dos cuidadores e sabendo que possuem apoio quando necessário, para expressar suas vontades e desejos. Livres de mapas impostos com rotas que não fazem sentido para suas experiências, cultivando o direito de, sempre que necessário, voltar ou retomar esse caminho, de refazê-lo quantas vezes for preciso. Para o caminhante, não existe caminho certo ou errado, existe o caminho que caminha. Entre paragens, travessias e encontros, seguimos com a intenção de criar, junto aos adolescentes, caminhos emancipatórios, de modo a promover autonomia e cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sonia. **O adolescente e o outro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

AULAGNIER, Piera. Nascimento de um corpo, origem de uma história. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 9-45, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/4nZTGgn4SgFx6TMx474RQPd/?format=pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BEDIN, Simone Caldas. Muitas razões para escutar: diálogos possíveis entre a clínica e a adolescência na contemporaneidade. *In*: GARCIA, Edna Linhares; MACHADO, Letiane de Souza; FELDMANN, Rayssa Madalena (Orgs.). **Prevenção ao uso de drogas na adolescência: um caminho que se inicia pela escuta**. Porto Alegre:

EDIPUCRS, 2020. p. 33-45. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/livros/1438.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CORALINA, Cora. *Vintém de cobre*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 1ª edição digital, 2012.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mario. **Adolescência em cartaz: filmes e psicanálise para entendê-la**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

DORNELES, Alexia. **A (des)proteção social de crianças e adolescentes no contexto de governamentalidade neoliberal de cariz neofascista no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2022.

GARCIA, Edna Linhares; MACHADO, Letiane de Souza; FELDMANN, Rayssa Madalena. Narrativas de adolescentes sobre drogas e os serviços de saúde mental CAPSia e CAPSad: intersecções possíveis no contexto de Santa Cruz do Sul – histórico, percursos e perspectivas. *In*: GARCIA, Edna Linhares; MACHADO, Letiane de Souza; FELDMANN, Rayssa Madalena (Orgs.). **Prevenção ao uso de drogas na adolescência: um caminho que se inicia pela escuta**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 21-32. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/livros/1438.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2025.

JULIEN, Philippe. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. São Paulo: Campo Matemático, 2000.

LE BRETON, David. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

MACHADO, Antonio. **Campos de Castilla**. Traduzido por Aurora Bernardini. São Paulo: Iluminuras, 2004.

MILLER, Jacques-Alain. **Em direção à adolescência**. Intervenção de encerramento da 3ª Jornada do Instituto Psicanalítico da Criança.

2015. Disponível em: https://www.academia.edu/29817233/Em_dire%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_adolesc%C3%Aancia_Jacques_Alain_Miller_por_Nathalie_Tufenkjian. Acesso em: 22 jun. 2025.

RYBKA, Larissa Nadine; NASCIMENTO, Juliana Luporini do; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. **Estudos De Psicologia** (campinas), v. 35, n. 1, p. 99–109, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000100010>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SILVA, Jerto Cardoso da. Saúde mental e adolescência: relações e sintomas. *In*: GARCIA, Edna Linhares; MACHADO, Letiane de Souza; FELDMANN, Rayssa Madalena (Orgs.). **Prevenção ao uso de drogas na adolescência: um caminho que se inicia pela escuta**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 47-59. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/livros/1438.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

TOROSSIAN, Sandra Djamboladjian; CANNAS, Cristina Lima da Rocha; AMARAL, Belchior Puziol. Adolescência e prevenção ao uso de drogas: garimpando outras palavras. *In*: GARCIA, Edna Linhares; MACHADO, Letiane de Souza; FELDMANN, Rayssa Madalena (Orgs.). **Prevenção ao uso de drogas na adolescência: um caminho que se inicia pela escuta**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 61-86. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/livros/1438.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

I. ADOLESCÊNCIAS E SUAS PLURALIDADES

ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ADOLESCER

Mariluz Sott Bender¹
Richard Ecke dos Santos²
Ana Caroline Dalla Vecchia³
Juliana das Chagas Silveira⁴
Lucas Henrik Miranda Souza⁵
Edna Linhares Garcia⁶

INTRODUÇÃO

A adolescência é a fase da transformação. O corpo muda. O pensamento se transforma. Os desejos ganham novas tonalidades. O processo de descoberta de si se inicia. Adolescer significa entrar nessa fase de mudanças e descobertas que alegram e assustam. Alegram pelo vislumbre de um corpo talvez já idealizado e pelo antever de uma nova liberdade. Mas também assustam pela falta de controle sobre as mudanças e pela rapidez com que as coisas vão acontecendo.

Nesse sentido, diversos atravessamentos são identificados no processo de adolescer, entre eles se identificam as questões de gênero e sexualidade. O gênero é uma construção social e por isso perfaz-se como um conceito em processo de transformação constante, de acordo com as mudanças socioculturais (Aggio, 2024; Martins *et al.*, 2012). Não deve ser pensado apenas a partir da

¹ Docente do departamento de Ciências da Saúde da UNISC. E-mail: mariluzabender@unisc.br.

² Psicólogo pela UNISC.

³ Discente do curso de Psicologia na UNISC.

⁴ Discente do curso de Psicologia na UNISC.

⁵ Docente do departamento de Ciências da Saúde da UNISC

⁶ Docente dos Programas de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde e Mestrado Profissional em Psicologia da UNISC.

norma cisnormativa, pautada no binarismo de feminino e masculino, mas sim a partir da multiplicidade de identidades de gênero, facetas e cores que compõem a experiência do viver.

A sexualidade também deve ser compreendida de forma ampla e não restrita aos órgãos sexuais e à reprodução humana. Para além destes, ela engloba: intimidade, prazer, erotismo, prática sexual, identidade, orientação sexual, papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres e gênero. A adolescência é o período de descoberta da amplitude que envolve a sexualidade humana, sendo que a forma como esta é vivenciada em cada sociedade é atravessada pelas relações de poder, valores, questões sociais e culturais, raça, espiritualidade e religião, contexto político e classe social (Campos; Schamm; Nogueira, 2013; Nascimento *et al.*, 2022).

Na perspectiva do supracitado, definiu-se como questão norteadora deste estudo: Como o gênero e a sexualidade atravessam e compõem as distintas formas de adolecer? Para buscar elementos que permitissem pensar esta composição, realizou-se uma revisão narrativa da literatura, pautada tanto em estudos que são referência na área, quanto em pesquisas recentes que englobam estas temáticas.

O ADOLESCER NO SÉCULO XXI

Ser adolescente no século XXI carrega particularidades e desafios. Desde sua tenra invenção, a partir de um determinado nicho de saberes pautados na apreensão do homem como objeto de estudo, a adolescência inaugura e se caracteriza como uma etapa da vida com características específicas (César, 2008). Levando em conta que a cultura exerce um papel de captura ao adolescente, impondo que este abandone sua posição inerte e se prepare para a vida adulta, as formas de conceber linhas delineadas entre ser adolescente e adulto tornam-se cada vez mais difíceis, visto que se vivenciam fenômenos progressivos de cultos a juventude e a uma adolescência claramente estendida, produzindo uma recusa a 'adultercer'.

Em *Sociedade do Espetáculo*, Debord (1997) refere que a sociedade contemporânea se constitui a partir de imagens e modos de mercantilização da vida, sendo que do século XX ao XXI pouco parece ter se modificado. Conforme o autor, “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação” (p. 26).

Desta maneira, com o impulso da globalização e das mídias sociais como Tik Tok e Instagram, a realidade passa a ser regida por imagens, por semblantes, não mais pela experiência vivida em si. Miller (2016) defende que o semblante não é espúrio, mas algo que no fim, sustenta a verdade, dando a ordem da ficção necessária para que o laço social se sustente, em outras palavras: o adolescente também está mergulhado em ficções de si mesmo, seja por imagens cuidadosamente criadas ou por filtros que compõem sua aparência.

Destarte, a hiperconectividade demarca o adolescente contemporâneo, sendo um dos seus principais imperativos de existência e identidade. Bauman (2001) define a “Modernidade Líquida” como uma constante fluidez nas relações e laços sociais, sendo a efemeridade um dos pontos primordiais que demarcam o sujeito moderno. Análogo a isso, a adolescência, caracterizada também por suas instabilidades, vai ao encontro da mutualidade que, em prol da aceitação virtual, torna-se vigente.

O culto a performatividade de influências neoliberais produz a constância do auto aprimoramento e demanda de validações externas, resultando em sentimentos de ansiedade, insegurança, e, por vezes, depressão (Bauman, 2001). Ser adolescente no século XXI transfigura-se em maior complexidade e auto exigência, pois não se luta apenas para encontrar a própria singularidade, mas também vendem-se diversas outras alteridades para alimentar o devaneio de uma aceitação irrestrita.

Winnicott (2019) propõem que o sujeito autêntico, assegurado de sua própria identidade e experiência subjetiva, constitui o que se caracteriza como verdadeiro self. Por outro lado, em ambientes inóspitos, inseguros e pouco acolhedores, é possível que este mesmo

indivíduo inaugure em si um falso self, um simulacro de si próprio devido a não segurança em manifestar sua própria espontaneidade.

Deslocando essa concepção para a experiência adolescente contemporânea, os conflitos entre falso e verdadeiro self se acentuam visto a necessidade de aceitação e pertencimento demarcadas no ser adolescente, condição que invariavelmente entra em choque com suas tentativas de construir um próprio senso de identidade. Isto é, a pressão digital de performar um self idealizado é propícia a gerar grandes sofrimentos psíquicos dado que o adolescente entre em um limbo entre “ser ou não ser” (Winnicott, 2019).

Dunker (2019) corrobora com o argumento nos trazendo que a era digital alterou a forma com que o indivíduo se relaciona e constrói os meios de subjetivação, sendo a identidade constituída apenas pelo olhar do outro:

Os recursos digitais permitem que segmentamos nossas experiências selecionando “ângulos” muito específicos pelos quais queremos ser reconhecidos. Podemos nos consagrar longamente na arte de recortar e recompor novas selfies e novas versões de nós mesmos, cada vez mais apuradas por padrões de montagem, de cosmetologia imaginária, capazes de estabelecer uma corrida e uma competição voraz por curtidas ou cliques (Dunker, 2019, p. 267, grifos do autor).

À vista disso, não há espaço para uma verdadeira experiência com suas contradições e furos narcísicos, o que se concebe é um aprimoramento constante da própria imagem sem pilares sólidos que a sustentem. O adolescente coabita uma solidão acompanhada, uma demanda em ser amado e reconhecido através de um prestígio virtual e efêmero.

Análogo a isso, adentrando perspectivas de gênero e sexualidade, Foucault (1999) expõem que a sexualidade não é apenas um mero dado biológico, mas algo que perpassa a regulação das normas de poder. Nesse sentido, a partir de linhas narrativas coercitivas de determinado tempo histórico, o indivíduo

molda-se e resiste. Já Butler (2018) expõem que o gênero não é algo cristalizado e fixado, mas algo que se produz através de atos repetidos, continuamente reconstruídos pelos comportamentos, falas e gestos. Na medida em que a adolescência é atravessada por brevidades virtuais, jogos de poder e regulação dos corpos, qual seria o espaço para experiências reais que culminassem nas identificações necessárias para o adolescente compreender sua sexualidade e gênero?

GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ADOLESCÊNCIA

Pensar o processo de adolecer requer a compreensão do contexto social e cultural em que este ocorre. Há um atravessamento do ser adolescente por padrões sociais e culturais de gênero, pautados na cisgeneridade, que impõem determinados comportamentos, tarefas, vestimentas e formas de ser às mulheres, e outros aos homens, sendo estes socialmente aceitos e considerados adequados. Ao homem são destinadas às atividades que exigem a tomada de decisão, a força física, a proteção e provisão da família, além da racionalidade, virilidade e a propensão a violência e a cedência aos desejos sexuais. Em contrapartida, à mulher resta o lugar da docilidade, subordinação, monogamia, maternidade e cuidado, delicadeza e beleza (Bordini; Sperb, 2012). Conforme Vergueiro (2016) a cisgeneridade seria o representante pleno destas referências nas quais o corpo e a identidade de gênero estariam supostamente alinhados, sendo esses “normais” e “não transtornados”.

Nesse sentido, a cisgeneridade dá vida a cisnormatividade, que, enquanto estrutura que legitima apenas experiências de pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento, não só marginaliza quem não se encaixa nestes padrões, mas também invalida as vivências não binárias ao pressupor que toda identidade deve corresponder exclusivamente às categorias ‘homem’ ou ‘mulher’. Esse sistema normativo se reflete nas instituições sociais, como a escola, a família e o trabalho,

que reforçam essa lógica por meio da linguagem, da divisão de espaços e das normas implícitas e explícitas de comportamento (Costa; Ribeiro, 2023). A própria impossibilidade de reconhecimento legal para identidades de gênero não binárias em muitos contextos evidencia como essas existências são vistas como exceções ou anomalias dentro do sistema vigente.

Assim, as concepções de gênero são expressas a partir do contexto social, cultural, religioso e político em que os indivíduos estão inseridos. As experiências dos adolescentes neste contexto atravessam a sua construção da sua identidade, subjetividade e significação do mundo. As questões de gênero e de identidade são influenciadas também pela herança familiar (compreensões transmitidas de geração em geração, que podem ser incorporadas de forma acrítica por adolescentes, ou ressignificada a partir das outras relações), grupos de convivência e pelas mídias (Aggio, 2024; Martins *et al.*, 2012).

A partir disso, produzem-se determinados padrões de corpos que marcam significativamente o adolescer. Estes padrões operam como reguladores sociais, delimitando quais expressões e existências são legitimadas ou marginalizadas. Essa normatização impõe não apenas expectativas sobre masculinidades e feminilidades, mas também a própria suposição de que todas as pessoas devem se encaixar no binarismo de gênero (Butler, 2018; Bento, 2014).

Ademais, a identidade de gênero também diz respeito à forma como cada sujeito se percebe e se posiciona em relação ao sistema de gênero (Bento, 2011). Essa identidade pode ou não corresponder ao sexo designado no nascimento e se expressa de diferentes maneiras. O reconhecimento da autodeterminação de gênero é fundamental para garantir a dignidade e o direito à existência de todas as pessoas (Elias; Ventura, 2023).

No entanto, a patologização de identidades dissidentes e a negação de espaços institucionais para sua afirmação ainda representam desafios significativos na sociedade brasileira (Aggio, 2024). Indivíduos que não performam o gênero conforme as

expectativas sociais - seja por não se adequarem aos ideais de masculinidade e feminilidade, seja por se identificarem fora desse binarismo, como pessoas não binárias - enfrentam um apagamento sistemático e uma série de barreiras na afirmação de suas identidades (Butler, 2018; Bento, 2014).

Destarte, é preciso considerar a adolescência como um período crucial e estruturante, visto ser um apanhado de momentos (muitas vezes iniciais) onde os jovens passam a explorar e afirmar suas próprias identidades de gênero, frequentemente em confronto com as expectativas familiares, escolares e sociais. Nessa perspectiva, o desejo do adolescente de pertencer e ser aceito nos grupos de convivência, frequentemente os coloca diante do dilema entre conformar-se às normas impostas ou enfrentar o risco da exclusão e do preconceito (Reis; Pinho, 2016).

Segundo Grossi e Pelúcio (2021), essa fase é marcada por um intenso processo de busca por pertencimento, que pode incitar o adolescente a responder às normas sociais e performar uma identidade de gênero específica, baseada nos órgãos sexuais com que nasceu. Isso impede um processo genuíno de descoberta e auto identificação, pois resta pouco espaço para a construção livre da imagem de si. Todavia, este também pode ser um momento de enfrentamento, quando as normas de gênero impostas não refletem a experiência vivida pelo adolescente.

Butler (2018) argumenta que o gênero é um sistema performativo, no qual as normas são reiteradas e reforçadas continuamente, criando a ilusão de uma identidade estável. Esse processo de naturalização dos gêneros binários marginaliza experiências que não se encaixam nesse modelo, tornando invisíveis outras possibilidades de vivência. No contexto brasileiro, Bento (2014) destaca como a cisnormatividade estrutura espaços e relações, dificultando o reconhecimento das identidades trans e não binárias.

O apagamento dessas vivências também se manifesta na ausência de representações sociais positivas e na falta de reconhecimento jurídico, dificultando a afirmação da identidade

desses indivíduos. Além disso, para adolescentes que vivenciam identidades dissidentes, como pessoas trans e não binárias, a estrutura cisnormativa pode ser particularmente opressiva (Bento, 2011).

Ademais, a ausência de representações positivas e acessíveis de pessoas não binárias e trans no ambiente escolar, na mídia e nos espaços familiares contribui para um processo de apagamento que pode dificultar a auto aceitação e o desenvolvimento de uma identidade fortalecida (Grupo Dignidade, 2021). A transfobia institucional presente nas escolas e universidades compromete a permanência destes adolescentes nos espaços de ensino, evidenciando uma estrutura que dificulta sua inclusão e reconhecimento (Ortega *et al.*, 2022).

A organização social baseada no gênero não se limita à diferenciação entre masculino e feminino, mas também implica em relações de poder que subordinam determinadas identidades (Facchini, 2020a). A divisão sexual do trabalho, a distribuição desigual de recursos e a normatização da cisgeneridade são exemplos de como o gênero opera como um mecanismo de hierarquização. Pessoas trans (entende-se pessoas não binárias inclusas na comunidade trans), por desafiarem essa estrutura, enfrentam barreiras no acesso a direitos básicos, como saúde, educação e mercado de trabalho, além de estarem mais vulneráveis à violência e discriminação (Holanda; Miranda, 2024).

Bento (2014) complementa essa análise ao discutir como as normas de gênero são reforçadas por instituições como a família, a escola e o mercado de trabalho, limitando a expressão e a ação de quem não segue as convenções dominantes. Lionço (2022) afirmam que essas dinâmicas têm efeitos profundos na vida das pessoas trans e não binárias, que enfrentam barreiras estruturais que contribuem para a não aceitação social.

Além disso, essa marginalização não ocorre apenas no nível individual, mas também no nível estrutural. A insistência na dicotomia de gênero reforça relações de poder que hierarquizam certas experiências enquanto deslegitimam outras. A ideia de que a diferença de gênero deve ser marcada e mantida é um pilar

fundamental do sistema patriarcal, que depende da naturalização dessas divisões para justificar as desigualdades (Facchini, 2020b).

Questionar esse modelo implica, além de reconhecer a diversidade de identidades de gênero, desestabilizar toda uma ordem social baseada na rigidez dos papéis de gênero e na subordinação de determinados grupos. Se o gênero é uma construção social, ele também pode ser reconstruído de forma a contemplar diferentes formas de existir no mundo, sem que essas sejam constantemente submetidas à exclusão, à patologização ou à violência (Aggio, 2024).

DESCOBRINDO-SE: SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

A sexualidade sendo um assunto sensível para um grande número de famílias e grupos sociais (Miranda; Campos, 2022), manifesta-se não apenas por meio do ato sexual, mas também através dos desejos, fantasias, afetos, emoções e relações interpessoais. Se configura como um processo dinâmico e contínuo, que vai além da biologia e envolve aspectos psicológicos, sociais e culturais (Martins *et al.*, 2012).

Todavia, as figuras familiares, ou a escola (para quem a responsabilidade do assunto é muitas vezes deslocada), com a intenção de proteger o adolescente, perpetuam um tabu que por si só, dificilmente é desfeito. Isso acaba acarretando em problemas e ruídos ininteligíveis no compartilhamento de informações e conhecimento de forma aberta e assertiva sobre a sexualidade dos adolescentes, ainda que esta seja um fator de grande importância na formação destes como indivíduos na sociedade (Miranda; Campos, 2022).

A sexualidade existe no ideal de muitas famílias como algo exclusivo do mundo adulto, e essa percepção produz empecilhos para que os adolescentes possam expressar sua identidade sexual de maneira saudável e livre de preconceitos. Segundo Miranda e Campos (2022), não é apenas a escola e os professores que devem desempenhar esse papel de educadores sexuais, pois esse processo

também deve ser realizado no seio familiar e na comunidade em geral, a fim de desconstruir os tabus que os próprios adultos têm sobre o tema. Ao não se falar sobre a sexualidade do adolescente, ela não desaparece; pelo contrário, ela cresce, caótica, inibida e explosiva, e esses jovens futuramente se encontram com bagagens emocionais pesadas para lidar.

Além disso, o acesso à informação sobre sexualidade também ocorre de forma diferente de acordo com o gênero. Um exemplo disso pode ser evidenciado na pesquisa de Martins *et al.* (2012) sobre o significado atribuído pelos adolescentes ao orgasmo. Os autores identificaram que enquanto a maioria dos meninos cis conhecem e dominam o assunto, as meninas cis demonstram desconhecimento.

Isso está relacionado ao estímulo que os homens recebem desde cedo para exercerem sua sexualidade em prol do prazer e em detrimento da afetividade. Já as mulheres passam por um maior controle dos corpos e um tolhimento das expressões da sexualidade, sendo relegadas a uma posição passiva nas descobertas sexuais. Enquanto os homens são incentivados a masturbação, as mulheres enfrentam julgamentos morais que as impedem inclusive de manusear e conhecer o próprio corpo (Martins *et al.*, 2012; Campos; Silva, 2015).

Estas ideias atuam conjuntamente com as compreensões de gênero, delimitando as formas de convivência e os espaços simbólicos entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, ocorre a reprodução das narrativas heteronormativas, que torna a heterossexualidade como a única possibilidade dentro da lógica cisnormativa, e produz e reproduz “idéias sobre a maneira de ser e agir das pessoas com quem dialogam e convivem, iniciando um ciclo em que surgem as construções sociais mais sofisticadas sobre sexo e gênero, sob formas simbólicas de gestos, modos de andar e falar, brincadeiras de erotização do corpo” (Ribeiro, 2006, p. 163).

Assim, a ideia cishetero de adolescentes “direitas” perpassa pela manutenção destas no contexto familiar, sem estabelecer relacionamentos afetivos ou jogos eróticos. As meninas que participam de contextos sociais externos ao familiar, que

demonstram agressividade (historicamente atribuídas às figuras masculinas), aceitam as investidas ou partilham brincadeiras eróticas são chamadas “assanhadas”. Dessa forma, há a naturalização de condutas compreendidas como legítimas, “sendo que meninos e meninas colocam a sexualidade como algo que seria próprio do domínio masculino, e mesmo exercida pelas meninas, não seria adequada para o universo feminino” (Ribeiro, 2006, p. 165).

Outro fator notável que integra esse processo é a orientação sexual de cada indivíduo. Em uma sociedade heteronormativa, em que a heterossexualidade é imposta como “natural” e “biológica”, os adolescentes acabam escondendo e regulando sua expressão sexual, buscando se enquadrar no que é esperado deles pela sociedade. Assim, acabam inibindo “sua própria orientação sexual, identidade sexual, sua sexualidade, fantasias, opiniões, atitudes, valores, comportamentos, práticas e relacionamentos” (Amaral *et al.*, 2017, p. 66).

Essa compulsoriedade da heterossexualidade muitas vezes é imposta na base de violência, não necessariamente física, mas também por meio de comentários, brincadeiras e provocações que são naturalizadas na maioria dos círculos sociais. Reprimidos, adolescentes que sintam que sua orientação não é aquela considerada padrão, podem adentrar uma jornada de autculpabilização, sentindo-se estrangeiros entre os seus pares e criando traumas que carregarão por toda a vida.

Nesse contexto, a Educação Sexual pode se mostrar como uma poderosa ferramenta para informar, apoiar e fornecer aos adolescentes o conhecimento necessário sobre esse conturbado período de desenvolvimento. Além de ajudar a entender fatores fisiológicos e psicológicos da sexualidade (hormônios, mudanças no corpo, desejos e fantasias, entre outros, que são muito proeminentes nessa fase), a Educação Sexual também é forte aliada no reconhecimento de situações de abuso, e na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (pelo ensino e promoção da utilização de preservativos) (Miranda; Campos, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O adolescente é um ser em formação, que se percebe em um limbo entre o não ser mais criança, e por isso ter que abandonar alguns comportamentos e ações, e ainda não ser adulto, não podendo tomar decisões de forma autônoma e independente. Assim, a adolescência é um período fundamental do desenvolvimento humano em que o indivíduo descobre a si mesmo enquanto sujeito e ao outro como passível de destinação de sentimentos, desejos e amores.

Nessa perspectiva, não é possível pensar o adolescer sem considerar como as concepções de gênero e sexualidade atravessam este processo. O adolescente constrói sua identidade a partir das normas culturais e sociais vigentes, e estas auxiliam na determinação das suas formas de ser e estar no mundo. Assim, os tabus relacionados a gênero e sexualidade e a manutenção social e cultural da dificuldade em lidar com as pessoas que não se encaixam nas normas binárias, demarcam as identidades adolescentes.

Contudo, é fundamental compreender que o adolescer não é um processo homogêneo, visto a individualidade e as particularidades de cada indivíduo. Nessa perspectiva, as redes sociais e familiares de apoio e suporte também influenciam fortemente na vivência desta fase. A oferta de informação correta e assertiva pode desmistificar tabus, dirimir fantasias e tornar este processo menos angustiante. Destaca-se o papel da família e da escola como fundamentais por se comporem enquanto espaços que podem, ao mesmo tempo, promover o controle dos corpos e dos desejos ou promover a descoberta autêntica de si, do outro e do mundo.

REFERÊNCIAS

AGGIO, J. Revisitando o conceito de gênero pelo viés da heteronormatividade: a marca incontornável do feminismo lésbico.

Revista de Filosofia Aurora, v. 36, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2965-1557.036.e202431354>. Acesso em: 16 jun. 2025.

AMARAL, A. M. S., *et al.* Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 62-67, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3378.rec.v6i1.1114>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas** (Dossiê Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar), v. 19, n. 2, ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

BORDINI, G. S.; SPERB, T. M. Concepções de gênero nas narrativas de adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 4, p. 738-746, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000400013>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, H. M.; SCHAMM, V.T.; NOGUEIRA, M. J. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Saúde em debate**, v. 37, n. 97, p. 336-346, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FbbMFGQCWTQdVxvnNRQmkxP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09 jun. 2024.

CAMPOS, P. L.; SILVA, E. P. Q. Modos de ensinar e aprender a ser menina e a ser menino. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 19, n. 3, p. 215-225, 2015. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v19n3a2855>. Acesso em: 09 jun. 2025.

CÉSAR, M. R. de A. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, M. E. da; RIBEIRO, L. P. Cisnormatividade, presente!: discussões e propostas sobre gênero e educação. **Revista Missões**, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/53>. Acesso em: 09 jun. 2025.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUNKER, C. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

ELIAS, M. A.; VENTURA, L. Direito à autodeterminação de gênero e redesignação sexual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.9.n.09. set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11375>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FACCHINI, R. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. *In*: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L. (Org.) **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora Unicamp, p. 126-138, 2020b.

FACCHINI, R. **Entre umas e outras: interações entre pesquisa e ativismo na luta por direitos para pessoas trans no Brasil**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2020a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**, v. I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GROSSI, M. P.; PELÚCIO, L. **Disputas pela infância e adolescência: gênero, sexualidade e políticas de controle**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

GRUPO DIGNIDADE. **Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021.

HOLANDA, H. M.; MIRANDA, M. H. G. Confabulando o agora para mirar no amanhã: a não binariedade como outras inteligibilidades. **Fórum Linguístico**. Dossiê Inclusive: Estudos sobre a Linguagem Não-Binária, v. 21, n. 4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e102445>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**: perspectivas políticas e direito à cidadania. Curitiba: Appris, 2022.

MARTINS, C. B. G. *et al.* As questões de gênero quanto à sexualidade dos adolescentes. **Revista de Enfermagem**, v. 20, n. 1, p. 98-104, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/4001>. Acesso em: 09 jun. 2025.

MILLER, J.-A. **Un esfuerzo de poesía**. Buenos Aires: Paidós, 2016.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. do C. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7151234>. Acesso em: 16 jun. 2025.

NASCIMENTO, D. E. M. do *et al.* Sexualidade na adolescência: uma viagem para além do coito. **Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem**, v. 12, n. 37, p. 287–292, 2022. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/577>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ORTEGA, A F. B. *et al.* A presença e a permanência de pessoas trans em ambiente escolar no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v. 15, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n1.a764>. Acesso em: 16 jun. 2025.

REIS, N. dos; PINHO, R. "Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação". **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 09 jun. 2025.

RIBEIRO, J. S. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das

diferenças. **Cadernos Pagu**, v. 26, jan.-jun., p.145-168, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/j3HmdLQJNcgWbjq8YrJDcpf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2025.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L. (orgs.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270. Doi: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Tradução de André Telles. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

LAÇOS DE FORTALECIMENTO ENTRE ELAS: AÇÕES DE SAÚDE MENTAL COM ADOLESCENTES POR MEIO DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Tainá Schütz¹

Jodéli Fabiana Dreissig²

Jémerson Madrid Dias³

Teresinha Eduardes Klafke⁴

Edna Linhares Garcia⁵

O grupo é uma realidade maior e diferente da soma dos indivíduos que o compõem. Tem tudo o que eles têm e transforma esse conteúdo em um continente de imensas e vastas possibilidades.

(Ribeiro, 1994, p. 10).

INTRODUÇÃO

A adolescência como um todo já é invisibilizada, mas principalmente quando refere-se a adolescência de meninas, sendo um fenômeno atravessado por desigualdades e estereótipos de gênero enraizados na sociedade. Tais estereótipos muitas vezes restringem as adolescentes a papéis tradicionais (Carvalho; Melo, 2019) e diminuem o reconhecimento de suas habilidades, interesses e aspirações individuais. Por isso, é essencial o reconhecimento de suas perspectivas.

¹ Psicóloga/o pela UNISC. E-mail: tainaschutz.psi@gmail.com

² Psicóloga/o pela UNISC.

³ Psicóloga/o pela UNISC.

⁴ Docente do Departamento de Ciências da Saúde da UNISC.

⁵ Docente dos Programas de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde e Mestrado da UNISC.

O presente capítulo tem como objetivo relatar as ações em saúde elaboradas por uma graduanda do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como parte integrante de um estágio curricular obrigatório. A ação foi acompanhada pela orientadora da instituição de ensino e pelo supervisor do local de estágio. Trata-se de um trabalho que se inscreve na construção coletiva de cuidado, sustentado por escuta, vínculo e comprometimento com as adolescências, compreendidas não por transformações fisiológicas, mas sim pelas condições sociais que lhe atravessam (Canavêz; Câmara, 2020). O termo adolescências é utilizado no plural para marcar a pluralidade de vivências e realidades que atravessam esse período da vida, influenciado por aspectos sociais, econômicos, políticos, raciais e de gênero, o que implica diferentes modos de ser e estar no mundo (Dreissig *et al.*, 2025). É relevante destacar que esse relato foi submetido às reflexões e às análises realizadas pelo Grupo da Pesquisa sobre Adolescências (Grupad) - braço do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS), vinculados à UNISC. O Grupad trabalha há quinze anos com promoção e educação em saúde. Assim, a partir de diálogos, reflexões e leituras realizadas com o grupo da pesquisa, nasce o capítulo.

Dessa maneira, a ação consistiu na organização de um grupo com adolescentes autoidentificadas como mulheres cisgênero, no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) de um município do interior do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que nesse trabalho, quando forem utilizados os termos “mulher” ou “menina” está se referindo à mulheres e meninas cisgênero, visto que o grupo não contou com a participação de mulheres e meninas transgênero.

No decorrer do período de estágio em Psicologia, foi possível perceber o desejo das adolescentes por espaços em que pudessem conversar abertamente sobre as vivências que atravessam suas existências enquanto meninas. Essas demandas emergiram tanto nos atendimentos individuais com diferentes profissionais, quanto nos momentos informais de convivência no serviço, revelando inquietações e dores atravessadas por desigualdades e estereótipos

de gênero. Nesse sentido, as ações em saúde tiveram uma perspectiva crítica e coletiva para se pensar as adolescências, reconhecendo que essa dimensão tão potente é moldada por estereótipos, os quais, muitas vezes, diminuem o reconhecimento de seus interesses. Ainda, a construção e o trabalho no grupo foram orientadas por uma perspectiva feminista, entendendo que meninas e mulheres podem ter, na manifestação de seus sofrimentos, atravessamentos que correspondem às opressões de gênero (Paulon *et al.*, 2023). Diante disso, a fim de possibilitar um espaço para expressão, acolhimento e escuta, concretizou-se o grupo, um lugar para a criação de laços e rede de apoio entre as participantes. É importante destacar que este capítulo aborda a questão de gênero como eixo central de análise. No entanto, reconhecemos que os sofrimentos vivenciados por meninas e mulheres também podem estar atravessados por outras interseccionalidades, como raça e cor.

Nessa esteira, a iniciativa teve como intuítos fomentar o fortalecimento coletivo entre as adolescentes; encorajar o empoderamento pessoal e coletivo; proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para trocas, conscientização e reflexão acerca do ser mulher; e promover um espaço de escuta para compartilhamento de vivências e debates sobre esses os atravessamentos sociais e seus efeitos nas adolescências.

O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): LUGAR DE AFETO E CONSTITUIÇÃO DE LAÇOS

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades de saúde mental inseridas no Sistema Único de Saúde (SUS), que oferecem cuidado intensivo, comunitário e especializado para pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. Com um caráter substitutivo ao modelo hospitalocêntrico, os CAPS emergem no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira, iniciada na década de 1980, movimento que buscava transformar o sistema de saúde mental do país. Tais serviços têm como norte a reabilitação

psicossocial dos pacientes e prezam pela promoção da autonomia, do pertencimento social e da escuta singular (Brasil, 2004).

A atuação dos CAPS é norteada por diretrizes que promovem o cuidado em liberdade, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a atenção integral e humanizada. Trata-se de um espaço criado para acolher e acompanhar, especialmente quando se fala de infâncias e adolescências atravessadas por sofrimento psíquico. Tal concepção está em consonância com a Portaria GM/MS nº 3.088, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A RAPS tem como objetivo criar, ampliar e articular pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2011).

Dentre os diferentes tipos de CAPS, existe um modelo criado especificamente para o cuidado de crianças e adolescentes, chamado CAPSi. Este constitui-se como um serviço de portas abertas, destinado ao atendimento psicossocial de pessoas de até 18 anos de idade que vivenciam transtornos mentais graves e persistentes, bem como diferentes formas de sofrimento psíquico. O CAPSi se propõe a acolher a complexidade das infâncias e adolescências, oferecendo um cuidado que reconhece suas singularidades, respeita seus tempos e potencializa suas expressões. Dessa forma, é projetado para oferecer suporte especializado a essa faixa etária, reconhecendo a importância de abordagens terapêuticas e de cuidado adaptadas às particularidades do público (Brasil, 2004).

O CAPSi é integrado à RAPS, configurando-se como uma unidade de saúde mental multidisciplinar, isto é, conta com uma equipe de profissionais de diferentes áreas, trabalhando em conjunto para fornecer um atendimento abrangente aos pacientes. Assim, os CAPS possuem uma abordagem fundamental para atender às diversas necessidades das pessoas com transtornos mentais graves e promover sua reabilitação psicossocial (Brasil, 2004).

O acompanhamento no serviço deve ser entendido como uma etapa temporária, objetivando que o usuário possa, gradualmente e dentro do possível, reconstruir seus laços sociais e comunitários. Logo, isso envolve não apenas a redução dos sintomas, mas também a promoção da autonomia e da independência. Na adolescência, a constituição da autonomia frente ao autocuidado em saúde é especialmente importante, pois estimula uma consciência quanto aos processos do adolecer. Tais processos dizem respeito ao deslocamento do lugar em que o adolescente é enunciado por outros, como a família, a escola ou os serviços, para a construção de sua própria narrativa, tornando-se autor de si. Trata-se de uma travessia subjetiva em que o adolescente passa a nomear seus sofrimentos e a experimentar diferentes modos de estar no mundo (Canavêz; Câmara, 2020). É válido pontuar que o protagonismo dos usuários é fundamental nesse processo (Brasil, 2004), assim como a valorização das singularidades dos sujeitos que passam por lá. Sendo os CAPS serviços que acompanham casos graves, intensos e persistentes em saúde mental, essa abordagem multidisciplinar que considera as questões psicossociais em sua perspectiva, auxilia na minimização dos riscos, especialmente de autolesão, suicídio, heteroagressão e fatores ambientais, que são sintomas bastante presentes nos quadros apresentados pelos pacientes.

Com base nos estudos de Amarante (2007), a saúde mental não deve ser exprimida apenas como psicopatologia, diagnóstico, medicação e semiologia. O autor argumenta que esse campo é complexo, diversificado, plural e envolve várias áreas do conhecimento, requerendo uma abordagem interdisciplinar e transversal. No que tange às adolescências e ao cuidado em saúde mental, é necessário compreender que essa etapa da vida é atravessada por múltiplos tensionamentos e descobertas, em que os sujeitos se veem convocados a pertencerem a novos grupos, em um processo de constituição de identidades. Como apontam Corso e Corso (2018), a adolescência é um tempo de travessias, permeado por impasses e experimentações, que requer escuta sensível e não patologizante. Assim, pensar na saúde mental de adolescentes

exige um olhar ampliado, que considere seus modos de existir no mundo, suas demandas singulares e os atravessamentos sociais e culturais que afetam suas experiências (Dreissig *et al.*, 2025).

Perante o exposto, o trabalho da Psicologia dentro do CAPS deve se amparar nessa abordagem alinhada com os princípios da Reforma Psiquiátrica, atuando de forma ética e crítica na promoção do cuidado em liberdade, além de ser baseada nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Nesse contexto, conforme as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no Centro de Atenção Psicossocial (CFP, 2022), algumas atividades que o profissional psicólogo deve desenvolver são: acolhimento; elaboração de Plano Terapêutico Singular (PTS); reabilitação social; apoio matricial; atividades grupais; atenção a situações de crise; dentre outras.

Dentre essas, as oficinas e os grupos terapêuticos dentro dos CAPS são uma das principais e mais potentes modalidades de tratamento oferecidas, as quais visam promover integração, desenvolvimento de habilidades sociais, corporais e coletivas, expressão de sentimentos e práticas de atividades produtivas entre as crianças e adolescentes (Brasil, 2004). Portanto, a prática grupal como intervenção para a garantia de cuidados no serviço, contribui para a promoção da saúde mental e o apoio à reabilitação psicossocial dos indivíduos que ali estão sendo acompanhados.

Nesse contexto, a constituição de grupos terapêuticos com adolescentes emerge como uma resposta sensível ao sofrimento, revelando-se como um espaço de cuidado e escuta. No encontro com o outro, o grupo é uma travessia compartilhada, um lugar de criação de laços e de pertencimento. Para as adolescências, o grupo se configura como uma estratégia potente de cuidado em saúde mental e lugar de acolhida.

ESCUITA, ARTE E PARTILHA: CONSTRUINDO AÇÕES EM SAÚDE MENTAL

Tendo como base os estudos de Pichon-Rivière (2005), um grupo não apenas reflete a mudança e a transformação da realidade, bem como desempenha um papel ativo em tal processo. O fortalecimento do grupo nutre a singularidade de seus participantes e, ao mesmo tempo, é por eles alimentado. Essa dinâmica é possível devido ao vínculo que se tece entre os participantes, sendo o vínculo um elemento essencial para a definição do que verdadeiramente constitui um grupo.

Assim sendo, o grupo se destinou a adolescentes, sendo meninas com idades entre catorze e dezoito anos, que já frequentavam o CAPSi. O acesso ao serviço acontece por meio de diferentes caminhos: através de encaminhamentos provenientes da Atenção Primária à Saúde (APS), Secretaria Municipal de Educação (SMED) e instituições educacionais locais, procura espontânea ou outros serviços especializados. Cada chegada traz consigo uma história que pulsa. O grupo foi implementado em formato presencial na sala de grupo da instituição, um espaço que, ao longo dos encontros, se transformou em um território simbólico de acolhimento, escuta e criação.

Os encontros ocorreram quinzenalmente, com duração aproximada de uma hora. O grupo foi organizado em formato aberto, o que permitiu a entrada de novas participantes ao longo do processo. Tal escolha visava fomentar a criação de laços entre pares, alinhado ao propósito da ação. Para o registro dos momentos, utilizou-se a escrita de um diário de campo, uma ferramenta útil para registro dos detalhes, silêncios, nuances e afetos que surgiram nos encontros (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020). Mais do que um método de registro, escrever sobre o grupo foi também uma forma de escutar de novo.

As temáticas abordadas emergiram das vivências e inquietações das próprias participantes, tendo como eixo central a experiência de ser mulher na adolescência. Assim, a construção dos

encontros foi feita de forma coletiva e horizontal. Desse modo, para que o grupo pudesse seguir com a proposta, foi necessário um vínculo significativo, um objetivo compartilhado ou um desejo que se convocasse. Esse vínculo sustenta o sentido de estar junto e costura a experiência coletiva. Nesse sentido, os grupos se configuram como lugares de produção de sentidos, em que a singularidade de cada participante é acolhida. Desde o início, o grupo foi apresentado como um espaço seguro, onde seria possível compartilhar e criar. Esse espaço visa não apenas o enfrentamento das questões psicossociais, mas também o fortalecimento da rede de apoio entre pares e a possibilidade de pertencimento. São territórios de criação, de afetos e de resistência subjetiva frente às dores do mundo.

As rodas de conversa foram permeadas por práticas expressivas, como leitura de poemas, escrita livre, partilha de textos, ilustrações e pinturas. Uma das atividades mais marcantes foi a confecção de uma bandeira de tecido. Este não apenas imprimiu tintas e palavras, mas também se tornou portador de história e sentimento. Poesias autorais e desenhos intuitivos tomaram forma em cores, traços e sentidos.

Logo no primeiro encontro, uma das adolescentes chegou tímida, com um sorriso contido e as palavras ainda curtas. Aos poucos, foi se permitindo falar, tecendo fragmentos de sua história. A partir dessas primeiras trocas, ela compartilhou os livros que estava lendo: *Textos cruéis demais para serem lidos rapidamente* e outro que interpretava o universo de *Alice no País das Maravilhas* pelo viés sombrio. Em seguida, surge a ideia de compartilharmos no grupo um acervo de obras que pudessem dialogar com suas vivências, a fim de estimular o aprofundamento de reflexões.

Nesse viés, obras como *A bruxa não vai para a fogueira neste livro*, *O que o sol faz com as flores*, entre outras, circularam entre mãos curiosas e olhos atentos. Em um dos encontros, o empréstimo desses livros gerou não apenas o compartilhamento de conteúdo, mas também uma conversa potente sobre o espaço reservado às mulheres ao longo da história. As adolescentes refletiram sobre as

mulheres que eram consideradas “diferentes” ou que desafiavam as normas sociais, sendo frequentemente alvo de tais “acusações”. Logo, “diferentes”, poderiam ser simplesmente mulheres solteiras, viúvas, curandeiras, parteiras, consideradas ameaçadoras, ou aquelas que possuíam conhecimentos sobre ervas medicinais. As adolescentes se reconheceram, com humor e crítica, como as “bruxas” dos dias de hoje. Mulheres que ousam pensar, questionar, serem livres ou simplesmente “diferentes” do que o que a sociedade idealiza.

Durante o período de interação com o grupo, foi possível observar uma variedade de reflexões e experiências compartilhadas. Os relatos que emergiram durante os encontros escancararam as marcas das normativas sociais sobre seus corpos, desejos e formas de existir. Já no primeiro encontro, uma discussão sobre as imposições sociais enfrentadas pelas adolescentes surgiu. Como exemplo, trouxeram as restrições escolares quanto ao comprimento das roupas, refletindo sobre como o corpo de meninas ainda é visto como algo a ser controlado.

Somado a isso, uma das adolescentes também compartilhou vivências marcadas pela condição de ser menina em espaços públicos. Relatou no grupo o desconforto ao ser assediada por um garoto na rua, situação que gerou medo. Em outro momento, contou que usava uma calça legging clara na escola quando uma amiga a avisou de que a sua roupa íntima estava visível. A partir dessas cenas cotidianas, conversamos sobre os pactos silenciosos entre meninas, sobre como esse cuidado é também uma resistência contra o olhar julgador que tantas vezes recai sobre seus corpos. Essas são algumas das violências patriarcais que recaem sobre as experiências de meninas adolescentes, e que nos convocaram, a partir de experiências anteriores, a uma prática implicada com a ética de uma escuta que não limitasse os modos de ser e estar no mundo, mas que pudesse corroborar com a desconstrução de estruturas opressoras (Paulon *et al.*, 2023).

Ao longo da ação, a arte foi reconhecida como uma forma de resistência e expressão, sendo referida como permeando diferentes

aspectos da vida cotidiana de uma das participantes, seja através da escrita, dos desenhos/pinturas e da música. Ressaltou-se no grupo que essas manifestações artísticas proporcionam uma saída para as emoções e experiências vivenciadas.

Nesse viés, se sobressaíram alguns relatos pessoais, como o de uma adolescente que expressou sua dor pela perda da escrita como espaço íntimo, pois uma pessoa de seu convívio passou a ler seus textos sem permissão. A escrita, que antes era refúgio e liberdade, tornou-se motivo de censura e conflito. Mesmo assim, mais adiante, a mesma adolescente trouxe ao grupo uma poesia, compartilhando com coragem algo que, outrora, havia sido silenciado. Sua criação foi acolhida com carinho e admiração pelas demais, e acabou sendo bordada no tecido coletivo da bandeira. O elogio à habilidade de escrita da participante demonstra a importância do apoio mútuo e coletivo entre pares. Outra adolescente revelou sua afinidade com o desenho. Criou uma imagem em *line art*, de um corpo cercado por flores e borboletas. O gesto artístico não foi apenas estético, ali estava a expressão de sua subjetividade.

Durante os encontros, cada etapa da confecção da bandeira foi feita em conjunto. Enquanto algumas estendiam o tecido, outras recortavam, desenhavam, contornavam, buscavam materiais, emprestavam cola ou ofereciam incentivo com palavras e olhares, sendo possível, assim, o reconhecimento das potencialidades artísticas de cada adolescente. Em pequenos gestos de cooperação, nascia vínculo, cuidado, afeto e reconhecimento. O que se costurava ali ia além do tecido, costuravam-se reexistências.

Ainda sobre relatos, no segundo encontro uma das adolescentes compartilhou sobre a sua experiência de ser a única responsável pelas tarefas em sua residência, o que reflete em uma divisão desigual do trabalho e reforça estereótipos de gênero arraigados na sociedade. Ainda, uma das integrantes comentou sobre seus sentimentos se utilizando de metáforas do cotidiano, como a analogia de se sentir como um “quarto bagunçado”. Com essa fala tão cotidiana quanto sensível, revelou um universo interno que, talvez, palavras diretas não conseguissem acessar,

então comunicava, de modo sutil e potente, o caos interno que a atravessava. Assim, para expressar suas emoções e percepções, apresentou uma estratégia criativa que permite uma compreensão mais profunda de sua realidade. Nesses momentos, a escuta do grupo, além de terapêutica, era também solidária, pois cada relato encontrava um eco no outro.

Também houve espaço para reflexões sobre a sexualidade e os rótulos de gênero. Em um dos encontros, uma adolescente apontou a desigualdade nas leituras sociais de comportamentos semelhantes entre meninos e meninas: enquanto os primeiros são chamados de “galãs” ou “pegadores”, as meninas recebem adjetivos pejorativos. Esses são exemplos que demonstram como os valores patriarcais e sexistas permeiam o cotidiano, como na repressão à sexualidade das meninas, contribuindo com a reprodução de papéis de gênero tradicionais e de tratamentos diferenciados por conta do gênero (Carvalho; Melo, 2019). Além disso, o grupo debateu, de forma crítica, as noções sobre roupas “de menino” ou “de menina”, chegando à conclusão simples de que “roupa é de vestir”.

Pode-se constatar que o espaço do grupo potencializa a criação de laços que se refletem na possibilidade das participantes pensarem e refletirem cenas cotidianas que possam impactar na saúde mental. Viana, Lima e Soares (2023), denominam de espaço de empoderamento, como “aquele no qual é possível ressignificar, construir e reconstruir representações e identidades atravessadas pelas representações sociais, historicamente engendradas na sociedade” (p. 1). Dessa forma, ao promover o coletivo entre as adolescentes e trazer à tona assuntos como os papéis de gênero atribuídos às mulheres, se abre a possibilidade de rupturas com os lugares que não foram escolhidos. Nesse viés, o grupo se institui como um lugar de elaboração e de potência, em que pensar juntas é um gesto de resistência.

AS DIFICULDADES NA TRAVESSIA: IMPREVISTOS E APRENDIZADOS

Ao longo do percurso, algumas dificuldades se fizeram presentes. A primeira delas diz respeito à presença intermitente das participantes, algo já esperado diante das especificidades que marcam o cotidiano no CAPSi. As ausências, por vezes motivadas por faltas escolares, outras por questões familiares ou pessoais, exigiram do grupo uma constante reinvenção. Dessa forma, três meninas que inicialmente se demonstraram entusiasmadas em participar precisaram priorizar a inserção no mercado de trabalho, enquanto outras duas referiram ter atividades escolares no contraturno concomitantemente com o horário do grupo. Além disso, por se tratar de um município do interior, o deslocamento é limitado. Sendo assim, algumas pacientes do CAPSi dependiam do transporte oferecido pelo próprio serviço. No decorrer de alguns encontros do grupo, houve a impossibilidade de conseguir esse transporte, o que resultou na ausência de algumas participantes.

Lidamos com um desafio específico relacionado à maternidade. Uma adolescente que é mãe confirmou sua participação no grupo, mas não pôde comparecer em diferentes ocasiões devido a questões envolvendo o seu filho. É importante destacar que tal dificuldade vai ao encontro da temática do grupo, sendo um atravessamento relacionado ao ser mulher e a adolescência.

Outra delicadeza foi lidar com o tempo subjetivo das adolescentes, um tempo que não se mede em relógios, mas em construção de vínculo. Houve quem precisasse de mais encontros para se sentir segura, para se permitir partilhar, escrever, desenhar. Houve silêncios que, à primeira vista, pareciam inibição, mas que se revelaram como potências de escuta, modos singulares de presença. Ademais, às vezes, as adolescentes chegavam trazendo na fala as marcas de um dia difícil. Nestes momentos, a proposta do encontro precisava se ajustar, acolher o que emergia, abrir espaço para a escuta sensível.

Ademais, em decorrência das enchentes enfrentadas no estado do Rio Grande do Sul durante o mês de maio de 2024, alguns encontros do grupo foram suspensos, prezando pela segurança das participantes. A equipe do serviço também operava de forma reduzida nesse período, o que impossibilitou a manutenção de todas as atividades semanais, demandando reorganizações e prioridades diante do cenário de emergência.

Por fim, a própria instituição também impôs seus limites. Faltaram, em alguns momentos, materiais específicos para a atividade da bandeira. No entanto, mesmo diante dessas ausências concretas, o que não faltou foi a potência do vínculo e a disponibilidade criativa para fazer acontecer com o que se tinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que o grupo nasceu a partir da escuta de uma demanda, um desejo que brotou das próprias adolescentes, em suas buscas por espaço e por reconhecimento. Nesse gesto inicial já se reafirma o papel do CAPSi na rede de atenção psicossocial, um lugar de cuidado que se contrapõe às lógicas excludentes e hierarquizadas do modelo manicomial. O serviço se inscreve na aposta por uma saúde mental em liberdade, atravessada pela singularidade de cada sujeito e em diálogo com o território que habita.

Trilhar esse caminho é reconhecer a complexidade que envolve o cuidado em saúde mental de adolescentes. É compreender que seus corpos e afetos estão em constante movimento, atravessados por marcadores sociais. Assim, torna-se imprescindível uma abordagem que acolha em sua inteireza, respeitando seus tempos, histórias e formas de existir no mundo, além de priorizar o protagonismo no acompanhamento.

Foi com esse olhar que a ação buscou se sustentar na escuta atenta, no convite à participação ativa, na valorização das narrativas que as adolescentes carregam e constroem. Ao propor o encontro entre pares, o grupo se tornou também lugar de amparo

e de partilha, onde experiências puderam se reconhecer e se transformar mutuamente. Entre palavras, poemas, silêncios e desenhos, foi possível tecer uma rede de apoio sensível e crítica, um espaço de resistência frente às barreiras estruturais que tentam subjugar o ser mulher.

Nesse viés, é válido ressaltar a importância e o papel social do CAPSi, que afirma o compromisso com o cuidado integral e emancipador. A partir do desenvolvimento de um trabalho que busca superar tais problemáticas, abre-se espaços para um processo de adolecer com maior liberdade de expressão, de experimentação, de criatividade e de autonomia. Espaços como esse não apenas acolhem a dor, mas também cultivam as potências.

É importante destacar também o lugar do estágio como experiência formativa que se dá na prática, no encontro e na escuta. Há, nesse processo, uma via de mão dupla: enquanto se formam, estagiários também colaboram com o movimento contínuo do CAPSi. As propostas que emergem do estágio, como a presente ação em grupo, são expressão disso, do que se constrói com afeto, com ética e com aposta na potência dos sujeitos.

Ao final, a bandeira construída pelo grupo ultrapassa o gesto artístico. Ela se transforma em um símbolo coletivo da escuta que acolhe, da palavra que resiste. Logo, o grupo, em sua essência, foi uma costura delicada de vivências, um bordado coletivo de sentidos entre adolescentes, estagiárias e o serviço como um todo.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília, 2004.

Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/s_m_sus.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2011.

CANAIVÊZ, Fernanda; CÂMARA, Leonardo. O laço social contemporâneo a partir da experiência adolescente. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 264-279, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v25n2/a07v25n2.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A família e os papéis de gênero na adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31168505>. Acesso em: 01 mai. 2025.

CFP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)**. Brasília, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/crepop_CAPS_web.pdf. Acesso em: 21 mai. 2025.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mario. **Adolescência em cartaz: filmes e psicanálise para entendê-la**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

DREISSIG, Jodéli Fabiana *et al.* No limiar da existência: as adolescências na política pública e o desamparo dessa travessia. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 100–113, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v30i1p100-113>. Acesso em: 01 mai. 2025.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção.

Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>. Acesso em: 15 mai. 2025.

PAULON, Simone Mainieri *et al.* Experimentações de uma clínica feminista na perspectiva interseccional: efeitos de uma nomeação. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/rf.v11i1.45016>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-terapia: o processo grupal: uma abordagem fenomenológica, da teoria do campo e holística**. São Paulo: Summus, 1994.

VIANA, Anna Raquel de Lemos; LIMA, Izabel França de; SOARES, Gilberta Santos. Informação e empoderamento feminino no Instagram: estudo a partir de coletivos feministas. **Revista Em Questão**, v. 29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.123530>. Acesso em: 10 mai. 2025.

VIDAS QUE INVENTAM CAMINHOS: ADOLESCÊNCIAS PLURAIS ENTRE FAMÍLIAS, COMUNIDADE E A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Kátia Rodrigues da Silva¹
Maria Carolina Magedanz²

INTRODUÇÃO

Essa escrita emerge do encontro entre duas psicólogas residentes de saúde da família em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A referida UBS compreendia, naquele momento, seis Estratégias de Saúde da Família (ESF), na região norte de Florianópolis, Santa Catarina. As inquietações aqui compartilhadas são frutos do primeiro encontro de um grupo de adolescentes, realizado com os responsáveis desses adolescentes em 2022, e toma a forma de um relato da experiência. Nesse encontro, estavam presentes quatro responsáveis, um homem e três mulheres cisgêneros. Como disparador da conversa utilizou-se as cartas do jogo Dixit, para facilitar a fala sobre seus filhos e filhas.

Instigadas por este encontro e dialogando com teóricas/os da psicanálise, nos propomos a refletir sobre as vicissitudes que trazem esses pais a respeito da criação e da educação de adolescentes nos dias atuais. Reconhecendo os diferentes tempos do adolecer e do cuidar, trazemos também possíveis atuações da Atenção Primária à Saúde (APS) no suporte a esse ciclo da vida dentro de uma comunidade.

¹ Psicóloga, especialista em Atenção Básica e Saúde Coletiva pela ESP/RS, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFRGS e servidora da Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul.

² Psicóloga, especialista em Saúde da Família e Comunidade em caráter de Residência Multiprofissional. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde - Mestrado e Doutorado da UNISC. E-mail: carolmagedanz@gmail.com.

Como base de apoio e memória, utilizamos diários de campo desenhados a partir de relatos e anotações registradas ao longo e após a realização desse encontro com pais e mães de adolescentes na referida UBS. Os diários de campo servem como registros vivos do que foi observado pelas psicólogas e como amparo na sistematização e análise dos dados coletados (Roese *et al.*, 2006). As/os teóricas/os da psicanálise nos auxiliam na leitura e análise das observações registradas, bem como, no caminho de intervenção proposto a partir da ferramenta da escuta.

A seguir, discorreremos sobre a adolescência que, em termos psicanalíticos, é vista como um tempo da vida marcado por diversas e intensas mudanças psíquicas dos sujeitos, considerada de transição entre a infância e a vida adulta. Após situar quem nos lê sobre o que seria o trânsito mais comum pelos tempos da adolescência, trazemos nosso questionamento para o lugar dos pais: o que têm as pessoas que cuidam desses adolescentes a ver com tal tempo psíquico? Quais os efeitos, em um sujeito adulto, de acompanhar um processo de adolecer? Podemos dizer que podem ser múltiplos e pretendemos problematizar aqui alguns dos principais pontos trazidos pelo grupo de cuidadores/as de adolescentes em questão.

O QUE SE FAZ NECESSÁRIO PARA A EMERGÊNCIA DE UM SUJEITO?

A adolescência, assim como a infância, se trata de uma construção sociológica e, portanto, atravessada pelos moldes e modelos culturais, sociais e econômicos de onde está inserida geograficamente (Goffman, 2007). Em nossa compreensão sociocultural, o ser adolescente é marcado biológica e cronologicamente a partir dos processos do desenvolvimento biopsicossocial, compreendido pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente entre as idades de 12 aos 18 anos³ (Brasil, 1990). Para Stevens (2004, p. 27), a adolescência é “um termo sociológico que, sob uma suposta base biológica, tornou-se de uso psicológico”, e compreende fazer mais sentido à psicanálise o uso do termo puberdade, do qual, como nos lembra o autor, também se ocupava Freud. A puberdade representa um tempo do despertar da sexualidade, das transformações biológicas, da maturação desse corpo infantil, e a adolescência seria o lugar desde onde um sujeito se ocupa de buscar e de inventar respostas para dar conta desse desafio psíquico vivido no corpo e também socialmente (Oliveira; Hanke, 2017).

Quando nos voltamos aos autores clássicos da psicanálise percebemos, em diálogo com Lacan (2003), que a adolescência não se data na fixidez da idade cronológica, com a compreensão de estágios encadeados e superados um após outro, mas a partir das interrogações suscitadas desde uma posição inconsciente. Trata-se de um tempo psíquico que é lógico e singular a cada sujeito e que se encontra com o Real, ou seja, algo falha na ordem simbólico-imaginária.

Oliveira e Hanke (2017, p.300) afirmam que “falta ao ser humano um saber, no real, sobre o que complementa os sexos. Na falta desse saber no real, o sujeito busca um saber no Outro. Mas esse saber falha, e é a essa falha do saber que o adolescente responde”. Em comunhão com os autores, compreendemos o conjunto de mudanças denominado adolescência como um efeito; um sintoma em resposta ao conflito apresentado no tempo da puberdade (Oliveira; Hanke, 2017).

Nessa direção, o tema central da adolescência, segundo Macedo, Gobbi e Waschburger (2009), é a resignificação da própria identidade, que ocorre devido às mudanças corporais e psíquicas que o jovem sofre, ocasionando o rompimento com o “eu” infantil e ligado aos pais - sendo o centro destes, onde era

³ Segundo a Organização Mundial da Saúde a adolescência é compreendida na segunda década da vida, contando de 10 a 19 anos completos. Ainda, considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos.

seguro e conhecido - para ir em direção ao “eu” adulto, desconhecido até então, em uma busca relacionada a quem se é e ao lugar que se ocupa, tanto na própria família como também na sociedade. Está presente, neste tempo, um trabalho de elaboração e simbolizações, momento em que o sujeito precisa ressignificar aquilo que é, o que o constitui e o que ele deseja vir a ser.

ABRINDO ESPAÇOS PARA A DIFERENÇA: QUANDO UM SE FAZ DOIS

Reconhecemos esse tempo de trânsito entre a perda do lugar idealizado da infância, recoberto de um narcisismo protetivo, e o reconhecimento do não saber decorrente da passagem para o vir-a-ser adulto, enquanto produtor de um tempo também de identificação. O adolescente vive um duplo: ao mesmo tempo em que faz uma ruptura com os ideais (seus e dos outros) também e por isso abre a possibilidade de identificar-se com os demais, fazendo parte de algo maior do que a si próprio (Becker, 2004; Kancyper, 2007; Moreira *et al.*, 2022).

Após perceber-se “enganado” pelas figuras até então idealizadas, surge a conhecida “revolta” adolescente, produzida pela necessidade de rompimento com tais figuras parentais, em que este parte ao enfrentamento para com as figuras de autoridade até então admiradas. A queda da idealização do Outro produz a abertura de brechas para a construção de autonomia e para a invenção de um estilo próprio, permitindo ao adolescente que possa se aventurar para além do familiar (Kancyper, 2007; Moreira *et al.*, 2022).

Esse movimento adolescente ao mesmo tempo em que desautoriza as figuras de autoridade, já que as reconhece como não-todas, traz à tona sua própria fragilidade, suas falhas. Até então o adolescente vinha alicerçando sua subjetividade nos modelos familiares, ao passo que, com a queda do outro do lugar idealizado, ele se depara com a necessidade de construir por si mesmo, de avaliar o que serve e o que não serve dos modelos conhecidos. O tempo da adolescência é aquele de reconhecer suas

heranças e ocupar-se delas, dando um destino para o que fica e para o que deve ser descartado, ao mesmo tempo em que busca novas referências (Lacan, 2003).

A partir daí desdobram-se uma série de sintomas que dirão da flexibilidade do corpo psíquico de cada sujeito em acomodar essa nova posição. Para além das condições psíquicas que nos apresenta o sujeito, devemos compor nossa análise com os atravessamentos ambientais desse sujeito, o que quer dizer, partindo de uma posição analítica winnicottiana, que devemos considerar o tipo de suporte que esse sujeito recebe do seu entorno. Nesse sentido, para escutar adolescentes, além de considerarmos atravessamentos como raça, classe e gênero, devemos entender em que lugar esse sujeito se situa no desejo de seus pais, que lugares ocupa em sua escola, com seus afetos etc.

A partir da experiência do encontro grupal na UBS, foi possível identificar a presença de alguns sintomas como isolamento social, pensamentos suicidas e autolesão. Esses sintomas parecem ocupar a função de expressar conflitos internos e externos da vivência desses adolescentes que, por diversos motivos, não podem ser expressos pela via da palavra. Conflitos de gênero e sexualidade estavam presentes com frequência e se relacionavam com comportamentos autodestrutivos, como forma de falta de sentido na vida e da sensação de não ser aceito por não se encaixar nos moldes da cisheteronormatividade.

Por meio dos discursos produzidos pelos responsáveis, foi possível perceber a falta de espaço para a diferença dentro do ambiente familiar. Sem espaço para a expressão das diferenças, põe-se em questão a possibilidade de existência desses sujeitos. Essas questões se expressam pelos adolescentes por meio dos sintomas relatados de isolamento social, pensamentos de morte e autolesões. Durante o encontro, uma mãe trouxe um relato bastante ilustrativo para essa discussão. Ao narrar as dificuldades que vinha enfrentando como responsável, elencou o desafio que é lidar com a 'bagunça' e 'sujeira' da filha, assim como com suas mudanças corporais 'monstruosas'. A bagunça e sujeira, contida no quarto da filha era

insuportável e não estava de acordo com seus padrões de higiene e organização, culturalmente aprendidos. E a monstruosidade se referia à expressão de sexualidade dissidente da filha.

Para Favero (2022), a ideia de sujeira está ligada a um movimento contra a normatividade imposta socialmente, ou seja, sujo “é aquele que se recusa a ser um receptáculo da cultura” (p. 28). A ideia de monstruosidade é evocada por Preciado (2022) quando ele expõe as limitações binárias impostas pela cisheteronormatividade, reforçadas historicamente pela Psicanálise. Tomando o exemplo citado, a ‘monstruosidade’ da filha reside na não performance do que é esperado para uma mulher: ser bela, recatada e heterossexual. Nesse sentido, o exemplo apresenta um movimento de uma adolescente em direção a lapidação de sua identidade que, neste momento, está sendo construída a partir da recusa a certas normas familiares e culturais.

O trabalho parental nesse tempo de instauração da diferença pode ser doloroso, afinal, a emergência de um sujeito pressupõe obrigatoriamente a existência de um outro. Aquilo que é produzido por uma dupla parental se torna um outro ser, diferente do que se podia imaginar ou esperar, para o qual se deve dar suporte. A função de suporte é também a de suportar essa diferenciação, essa dissidência dos caminhos já trilhados pela dupla. O desafio é abrir as portas e acompanhar, como nos ensina Gradiva (Freud, 2015), os caminhos necessários e, principalmente, escolhidos por esse outro na sua experimentação do mundo.

TEMPO DOS EXCESSOS: MÍDIAS SOCIAIS, AUTOLESÃO E VULNERABILIDADES

A adolescência pode ser compreendida como um período de “ressignificação retroativa” (p. 52), marcado pelo fim da ingenuidade; esta é definida como aquilo que é dado ou herdado e não questionado. Assim, a infância seria o período da ingenuidade, de receber passivamente, e na adolescência é o momento em que ocorre um “reordenamento interno do herdado” (p. 52). A partir

desse processo, os adolescentes estruturam sua identidade de forma mais autônoma, ativa e singular (Kancyper, 2007).

Nesse processo que se desenrola na adolescência, o sujeito se posiciona de forma a confrontar o Outro, representado aqui nas figuras de autoridade. Esse confronto gera não apenas a desconstrução e reconstrução das figuras parentais, mas também a própria identidade do sujeito, construída durante o período da infância. Assim, é possível apreender que esse momento é permeado de angústias que podem ser vivenciadas como desestruturantes psiquicamente. Passar por esse processo, e produzir ressignificações, requer um conjunto de recursos e ações dos adolescentes e também da família enquanto um campo dinâmico parento-filial, que oportuniza uma vivência mais saudável e integradora desse processo.

Para Macedo, Gobbi e Waschburger (2009), o corpo serve como uma via de expressão para os adolescentes e as marcas corporais, que os mesmos se auto-infligem, expressam as tentativas de simbolização dos conflitos que são por eles vividos. Sendo assim, as expressões marcadas pela via corporal servem, não só como um meio de tentar realizar a elaboração de um excesso de tensões psíquicas, “mas, principalmente, como manifestações, via atos no corpo, do fracasso desse processo.” (p. 93). Sendo assim, entende-se que o movimento dos adolescentes em questão, por meio dos sintomas identificados pelos pais – a autolesão, as mudanças corporais e as roupas utilizadas – são movimentos de diferenciação do que está imposto socialmente enquanto aceitável e normal, são formas de deslocamentos e expressões de sua identidade subjetiva e de expressões de conflitos internos vividos na adolescência que não puderam ser expressos por via da palavra.

No contexto social neoliberal, tem-se a ideia da juventude e da felicidade como ideais contemporâneos, amplamente reconhecidos e divulgados pelas redes sociais. Nesse cenário, a juventude passa a ser o objetivo também dos adultos, por ser reconhecida como um período glorioso, onde a satisfação é completa e não há responsabilidades da vida adulta, nem muito menos há o

reconhecimento das disparidades e marcadores sociais que produzem vulnerabilidades. Esse imaginário dificulta o reconhecimento e o enfrentamento da angústia adolescente, tanto por parte desses sujeitos, como pelos adultos e sociedade. Esposito e Castanho (2024) falam dessa contradição, pois os adolescentes, ao mesmo tempo em que são 'condenados' à felicidade, expõem nossos imperativos sociais neoliberais de felicidade e gozo constantes, por meio do consumo desenfreado e do status social. Assim, por meio da expressão de seu mal-estar, denunciam o teor inalcançável desses ideais sociais, oportunizando nossa reflexão enquanto sociedade, caso estejamos dispostos a escutá-los.

Ferenczi (2020), falando justamente da atemporalidade do inconsciente, nos alerta sobre as confusões de linguagens possíveis na escuta entre os adultos e as crianças. De forma igualmente sensível, com Winnicott aprendemos que não há escuta possível se o analista não conseguir reconhecer e se colocar a escutar a posição desde onde um sujeito pode enunciar (Winnicott, 1975). Com esses autores, aprendemos que precisamos contextualizar nossa escuta reconhecendo as pistas que nos indicam a posição inconsciente de onde fala um sujeito. É a escuta dessa posição inconsciente que nos sinaliza o que o sujeito nem sabe que comunica e, assim, torna-se possível compreender desde que lugar o sujeito pode se relacionar naquele momento.

Posto isso, identifica-se ser fundamental para os adolescentes a imersão em espaços que auxiliem a produção de palavras, de forma que se possa encontrar e criar outros meios de nomear o novo que emerge dentro daquele ser, seja por meio de jogos, esportes, expressões artísticas ou encontro com grupos de semelhantes. Identificamos o espaço de grupo de adolescentes, dentro da APS, como potencializador na criação e manutenção desse lugar de apoio às construções e movimentações simbólicas, já que percebemos esses espaços de reconhecimento do que faz sentido para si por meio do encontro com a arte, escrita ou outras formas de expressão e identificação como aliadas desse tempo transitório, tanto para os adolescentes como para os pais, já que

favorece movimentos e mudanças nas dinâmicas familiares, intrapsíquicas e intersubjetivas (Kancyper, 2007).

DESAFIOS DE CUIDAR ADOLESCENTES: TEMPOS DE QUEM CUIDA

Quando compreendemos um sujeito enquanto aquilo que nos escapa, enquanto trânsito entre um significante e outro, como nos diz Lacan (1985), reconhecemos que, independentemente da idade cronológica de um sujeito, é possível, e esperado, que se experimente em diferentes momentos da vida uma fluidez entre as posições do inconsciente. Tem-se, desde esse pressuposto psicanalítico, a compreensão de que um sujeito pode ocupar posições inconscientes diferentes em um mesmo momento cronológico da vida, em trânsito.

Em nossa experiência com o grupo de pais das/os adolescentes, percebemos nas falas dos cuidadores, por vezes, a dificuldade de olhar para seu processo de construção enquanto sujeito, para seu adulescer, de forma a construir uma posição própria de cuidador/a de outra vida. Algumas/alguns responsáveis, ao lembrarem suas vivências adolescentes, recordaram de tempos em que lhes foi negado certa forma de cuidado, seja relacionado à escuta e ao acolhimento ou a carências de acessos diversos. Algumas/alguns dessas/es cuidadoras/es falavam justamente da dificuldade de acolher e de cuidar das/os filhas/os adolescentes, reproduzindo em sua história a posição de seus pais, colocando as/os filhas/os adolescentes em condição de carência dos mesmos cuidados que não lhe podiam ofertar.

Nesses pais percebemos uma posição de colagem com a figura de autoridade paterna/materna. É possível que em suas histórias tenha ocorrido certa dificuldade do tempo de separar-se desses adultos, no momento de queda do véu e diferenciação com a figura de autoridade, tempo que inaugura o sujeito nas possibilidades de escolher por si, de responsabilizar-se com a criação das próprias versões de si mesmo, inventando-se a partir das diferenças agora

possíveis. Nesse sentido, nos parece natural que surjam conflitos no momento em que sentem próxima a separação dos filhos, revivendo internamente o conflito ancestral e demonstrando dificuldades para suportar e dar suporte ao movimento de vida dos filhos.

Rompimentos exigem invenção: é necessário que algo se crie, em nome próprio, frente à queda das verdades das figuras de autoridade e, escutando adultos, percebemos que nem sempre este trabalho psíquico se viabilizou. No caso de algumas das duplas cuidadores-filhos de nosso grupo, percebemos a tendência à repetição da colagem, dessa vez com os pais fazendo movimentos para manutenção dos filhos sob sua tutela, barrando as tentativas de diferenciação desse outro.

Outras/os responsáveis pelas/os adolescentes trouxeram também experiências com pais e amigas/os, relembrando situações sentidas como traumáticas, porém desde um lugar crítico com relação a essas memórias. A partir daí, desse lugar de crítica, puderam se distanciar e pensar outras versões possíveis para as cenas recordadas, abrindo espaço para criar outras formas de parentalidade com seus filhos. O distanciamento da posição parental e também da posição adolescente, torna possível experienciar uma nova história, autorizando-se à invenção de outras formas de viver estes papéis. A partir do recorte de algumas falas, percebeu-se a possibilidade e o desejo enunciado por essas/es cuidadoras/es de não repetir com os filhas/os as violências vivenciadas em suas experiências com seus pais. Nessas posições psíquicas, percebe-se a possibilidade da autoria, com cuidadores/as construindo suas versões e formas de cuidar, independentemente do vivenciado com seus modelos parentais. Essa abertura torna também possível aos adolescentes buscarem um lugar de autoria, diferenciando-se dos pais, sem levantar tantos conflitos ou ruídos familiares.

E O QUE O TERRITÓRIO TEM A VER COM ISSO? ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE TECENDO REDES

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que aponta as diretrizes para o cuidado em saúde na APS, indica um cuidado em saúde voltado à integralidade do sujeito, em seus diferentes ciclos de vida, compreendendo enquanto intrínseco o ambiente comunitário. A PNAB reconhece aquele que sofre e/ou adoece como parte de um coletivo que possui potência transformadora frente aos processos de saúde e de adoecimento, de forma a considerar fatores sociais, culturais e econômicos. Com essa finalidade, as atividades coletivas, tanto de promoção, prevenção e recuperação da saúde, estão inseridas nas ações e nos cuidados atribuídos às equipes da APS, além das práticas multiprofissionais - já que uma única categoria profissional não conseguiria englobar a complexidade de alguns processos de adoecimento (Brasil, 2021).

No que tange ao cuidado em saúde mental, ressaltamos que a APS é um dos componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e é ordenadora do cuidado em saúde da rede, tendo expertise na avaliação dos casos de saúde mental e navegação do usuário na rede, conforme as necessidades avaliadas pela equipe. Para pensar o cuidado em saúde e a navegação do usuário na rede, não podemos desconsiderar o território, conceito guia tão rico e caro às políticas públicas em diferentes dimensões (Brasil, 2011).

O território é utilizado na saúde como campo central para a organização da rede de serviços e da assistência à saúde de uma região, além de ser utilizado para a pactuação de fluxos entre estabelecimentos de saúde e atendimentos prestados em uma rede de saúde e também com as redes intersetoriais. Esse conceito perpassa não somente o espaço físico e geográfico onde se situa a unidade de saúde e onde vive a população adscrita à unidade, mas também a dificuldades de acessos e modos de viver e de se relacionar que são habituais para determinada população; circunscreve um espaço vivo, em constante movimento, disputas e transformações e do qual a unidade de saúde faz parte enquanto

agente – de transformação ou de manutenção das lógicas identificadas no território (Gondim; Monken, 2009).

Ao realizarmos o mapeamento inicial do território em que o grupo de pais e responsáveis aconteceu, identificamos a fragilidade na oferta de espaços de lazer e habitação coletiva, praças comunitárias, parques e bibliotecas, além do difícil acesso às praias e também à região central. O acesso dificultado aos demais estabelecimentos de saúde mental também foi constatado, já que estes situam-se, em sua maioria, na região central da ilha e no continente, demonstrando algumas das iniquidades experienciadas por esse recorte da população.

Se, por um lado, o tempo da adolescência, como constatamos, demanda a vivência coletiva, o encontro, a exploração dos territórios - geográfico, corpóreo, afetivo -, por outro, é evidente a escassez desses espaços públicos no planejamento urbano desse bairro de Florianópolis, o que nos indica, primordialmente, algumas vulnerabilidades às quais os jovens desse território estão expostos. Enquanto trabalhadoras da APS, fizemos uma pergunta para direcionar o trabalho: como produzir saúde frente ao contexto do território? O grupo de adolescentes veio como uma resposta. Não apenas por se tratar de um espaço coletivo de escuta e encontros que proporcionam um lugar terapêutico seguro para os sujeitos, mas também como campo estratégico de produção de saúde, articulação das redes de saúde, assistência e educação. Formando, assim, um espaço de resistência dentro de um contexto empobrecido de possibilidades de vida e produções criativas de modos de vida. Trazemos essa experiência não como uma verdade ou um modelo a ser seguido, mas como um experimento, a partir da leitura das (im)possibilidades de um território e dos desejos dos sujeitos que nele vivem.

TEMPO DE CONCLUIR

Percebemos, a partir da escuta desses pais, que acompanhar o adolecer pode despertar muitos sentimentos distintos nos adultos

e trazer à tona resquícios de sua própria adolescência. Cada pai e mãe retoma, em certa medida, seu tempo enquanto adolescente, revisitando, mesmo que inconscientemente, as soluções que encontrou para as tantas questões que a adolescência impõe. Esse processo pode trazer memórias e afetos a ser projetados nos adolescentes, tornando a parentalidade desse tempo um desafio de voltar-se para si, para o que é seu, de forma que a experiência da adolescência de um não se misture ou se atravesse com a de outro.

A APS entra nessa conta relacional como o Outro, como escuta, como instituição que faz lugar de acolhimento frente às demandas de cuidado, que podem vir por meio da escola, do conselho tutelar, dos próprios pais e, por vezes, também dos adolescentes. A APS dá suporte para a rede que acompanha o adolescente e que, por vezes não compreende os limites e os titubeios do adolescer; dá suporte aos pais, que precisam abrir espaço para se reencontrar com suas próprias histórias e desejos, para conseguir acolher e acompanhar o adolescer dos filhos; e dá suporte também, e principalmente, aos adolescentes, abrindo espaço para o encontro com as diferenças e para a escuta de suas próprias vozes e desejos. Costurando essas três frentes de intervenção, que nem sempre andam juntas, pode-se fazer emergir um território mais fortalecido e plural, em que caibam formas diversas de existir.

Reforçamos, por fim, que o grupo de adolescentes e pais foi um dos dispositivos que cabia em nosso contexto naquele tempo. Cada território, a partir do seu mapeamento e da disponibilidade e do desejo de trabalhadores/as e usuários/as, é um campo de criação e potencialidades singulares e a APS pode ser agente no entrelaçar de tramas afetivas, criativas e criadoras de novos sentidos e histórias para os habitantes dali.

REFERÊNCIAS

BECKER, Angela L. Adolescência, família e transmissão. *In*: COSTA, Ana. *et al.* **Adolescência e experiência de borda**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Atualizado até a Lei nº 14.344, de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**: Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 13 abr. 2025.

ESPOSITO, Bruno; CASTANHO, Pablo. Adolescência, comportamento suicida e automutilação na contemporaneidade: corpo e intersubjetividade. **Estilos da Clínica**, v. 29, n. 3, p. 488–504, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/217200/210528>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FAVERO, Sofia. **Psicologia suja**. Salvador: Devires, 2022. 238 p.

FERENCZI, Sándor. Confusão de língua entre os adultos e as crianças (a linguagem da ternura e da paixão). *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**: psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes, 2020. [Obra original publicada em 1933].

FREUD, Sigmund. O delírio e os sonhos na Gradiva. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 8.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Rio de Janeiro: Graal, 2007. (Coleção Debates, 91).

GONDIM, Grácia M. M.; MONKEN, Maurício. Territorialização em saúde. *In: Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html&sa=D&source=docs&ust=1745245266489714&usq=AOvVaw3m86H8Zq49h32URqG2TAnw>. Acesso em: 08 abr. 2025.

KANCYPER, Luis. Adolescência: o fim da ingenuidade. **Revista de Psicoterapia da Infância e da Adolescência**, v. 16, n. 16, nov. 2007.

LACAN, Jacques. **Mais, ainda** (1972–1973). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985. (O seminário, 20).

LACAN, Jacques. Prefácio a O despertar da primavera (1974). *In: LACAN, J. Outros escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

MACEDO, Mônica M. K.; GOBBI, Adriana S.; WASCHBURGER, Evelise M. P. Marcas corporais na adolescência: (im)possibilidades de simbolização. **Psicologia em Revista**, v. 15, n. 1, p. 90–105, abr. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2022.

MOREIRA, Jacqueline O. *et al.* Trajetórias adolescentes e infração: José, entre a morte e a aposta. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e231908, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KNTQVgLX3JjjZbSStjWmbf/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

OLIVEIRA, Humberto M. de; HANKE, Bruno C. Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 20, n. 2, p. 295–310, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-44142017002001>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 90 p.

ROESE, Adriana *et al.* Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online Brazilian Journal of Nursing**, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-29125>. Acesso em: 3 fev. 2025.

STEVENS, Alexandre. Adolescência, sintoma da puberdade. **Curinga: clínica do contemporâneo**, n. 20, nov. 2004. Belo Horizonte: EBP-MG.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

II. ADOLESCÊNCIAS EM SEUS ESPAÇOS E ENCONTROS

JUVENTUDE E UNIVERSIDADE: REFLEXÕES SOBRE ENCONTROS E POSSIBILIDADES

Isabela Cristina Lemos¹

Letícia Lorenzoni Lasta²

Ana Beatriz Panzera³

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte do estudo “*Juventude e universidade: neoliberalismo e processos de subjetivação*” vinculado a linha de pesquisa Práticas clínicas contemporâneas, Políticas Públicas e Saúde Mental do Programa de Pós-Graduação em Psicologia de uma Universidade Comunitária, cujo objetivo centrou-se em compreender como se dão as travessias das juventudes no contexto universitário no que se refere a saúde mental. A partir disso procuramos problematizar a lógica neoliberal na produção de modos de ser estudante da graduação na atualidade, considerando os efeitos do contexto pandêmico e pós pandêmico sobre os modos de ser da juventude na universidade.

No Brasil, os desafios de viver a pandemia da Covid-19 no início do ano de 2020 foram tamanhos e sem precedentes, sendo estes perpassados por *fake news*; a negligência do governo; baixa adesão às práticas de distanciamento. As crises no cenário político e econômico deflagrados concomitantemente a sentimentos de medo, incerteza e insegurança (Caponi, 2020).

Em 2022, ano em que retomamos presencialmente a convivência nos espaços educacionais devido às vacinas, não há como negar e

¹ Psicóloga, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNISC.

² Psicóloga, Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Saúde e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNISC. E-mail: leticialasta@unisc.br.

³ Graduanda em Psicologia e Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/Fapergs da UNISC.

fingir que as coisas permanecem como antes. Sabemos que não! É neste cenário que o estudo mencionado buscou dar visibilidade para as diferentes formas de existir e resistir a tudo que havia sido e estava sendo vivenciado a partir deste período histórico.

Caponi (2021) expõe que o contexto neoliberal vai compondo um cenário de responsabilização individual com a própria saúde. A percepção de que devemos buscar nossas melhores versões, somada a produção individualizante da saúde, especialmente da saúde mental e as consequências também individuais, sobrecarrega os sujeitos e agrava os sofrimentos (Franco *et al.*, 2021).

A lógica neoliberal opera como pano de fundo dos modos de subjetivação contemporâneos, fomentando a ideia de trajetórias individuais e solitárias, constituindo modos privilegiados de ser e viver, no que diz respeito a imperativos de produtividade e desempenho, os quais tornam os sujeitos empresários de si mesmos, bem como, tornam as relações esvaziadas. Tal escalada dos discursos neoliberais dentro dos campos da educação é surpreendente, onde há uma inserção maciça de “valores, práticas e sentidos de uma cultura do empreendedorismo e das competências” (Reis, 2020, p. 1089). Nesse sentido, uma perspectiva e análise crítica do nosso tempo e de nós mesmos é imprescindível.

Esse modo particular de produção de subjetividade diz respeito a um sujeito empresário de si, que busca maximizar seu capital humano (Reis, 2020). Quando falamos sobre modos de subjetivação descartamos qualquer pretensão de universalidade. Com Foucault (2008a, 2008b) compreendemos a dimensão histórica e com Rolnik e Guattari (1996) a possibilidade inventiva e viva dos processos de subjetivação.

Dito de outra forma, os modos de subjetivação não se fecham em uma “entidade apaziguada” como afirma Mansano (2009). Assim, juventude, neste capítulo não foi tomada a partir de marcadores etários ou de uma perspectiva essencialista, mas como construção social, fenômeno plural e complexo (Félix; Oliveira, 2020). Neste sentido, utilizaremos o termo no singular entendendo que a própria noção de juventude, conforme Coimbra, Bocco e

Nascimento (2005) comporta uma noção de multiplicidade e heterogeneidade, diferente da noção de adolescência.

Neste cenário, considerar os processos de subjetivação pode contribuir para pensarmos nos modos de produção de subjetividade hegemônicos, de modo que se possibilite perceber que tais lógicas não são naturais, determinantes ou dadas, o que significa que podem ser modificadas. Produzir outros modos de existir e colocá-los em circulação no social, pois “a vida se desenrola nesse campo complexo do qual fluem ininterruptamente os dados e os acontecimentos. Os enfrentamentos aí emergentes não conhecem parada” (Mansano, 2009, p. 115).

Cabe contextualizar que os dados discutidos neste capítulo, dialogam com pesquisa já mencionada, a qual foi pensada a partir do caminho metodológico da cartografia, conforme proposta por Deleuze e Guattari, como um aprendizado da sensibilidade com os campos de forças, com a abertura, a problematização e o cultivo da atenção ao campo vivo de forças no território da pesquisa. Para a produção de dados foi usado o diário de campo e entrevistas individuais. Para acompanhar as narrativas e os campos de força que as compõem dialogou-se com os Estudos Foucaultianos e autores/autores pós-críticos, a fim de pensar os atravessamentos da lógica neoliberal na produção dos modos de ser estudante. A racionalidade neoliberal discutida por Foucault (2008a) diz de uma governamentalidade que permeia e atravessa as formas de ser e existir. Tal racionalidade, foi tomada como fio condutor para compreender os modos de subjetivação contemporâneos, assim como para discutir os impactos da lógica produtivista sobre a saúde mental de jovens universitários.

A partir destas considerações, este capítulo tem por objetivo apresentar, mediante a análise das entrevistas, algumas reflexões sobre encontros e possibilidades da juventude na universidade, as quais podem apontar para outros elementos que constituem o modo de vivenciar a universidade. Sendo assim, o texto se organiza a partir de três pontos: *Caminhos metodológicos; Juventude e*

universidade: algumas notas sobre encontros, possibilidades e saúde mental; Considerações finais.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A cartografia é um caminho metodológico que aponta que pesquisar é acompanhar processos e que pesquisa/intervenção são indissociáveis. Isso nos indica um procedimento de análise a partir do qual a realidade a ser estudada está em constante transformação e movimento, uma realidade composta por diferentes narrativas, contextos e linhas de força a serem consideradas em sua complexidade e singularidade (Deleuze; Guattari, 1995). Mansano (2003) sugere que estamos sempre considerando uma paisagem psicossocial, que está se movendo e se transformando constantemente.

Neste processo de pesquisar/intervir ficou muito evidente que não há sentido em propor uma pesquisa se já estamos contando com o que iremos encontrar. Estar no campo e acompanhar seus processos nos convidou a um pesquisar cheio de vida, afetos e movimento.

A pesquisa se deu junto a estudantes dos cursos de graduação de uma Universidade da Região Sul do Brasil. Nesse percurso, a produção de dados ocorreu pelo registro em diário de campo da participação em atividades promovidas na universidade, que possibilitou encontros potentes com a juventude universitária. A produção de um diário de campo como um dispositivo é capaz de causar deslocamentos e tensionamentos, que podem agenciar e fazer hesitar o modo de construir estudos. Na contramão das produções serializadas, torna-se resistência de outros modos de pesquisar e escrever (Nascimento; Lemos, 2020).

Além do diário de campo, foram realizadas 10 entrevistas individuais com a juventude. As/os estudantes vozes desta pesquisa, trouxeram uma multiplicidade em suas falas. Algumas/alguns narram sua história até a chegada a universidade, outras/outros as dificuldades relacionadas ao ingresso, e, ainda as vivências no período pandêmico e pós-pandêmico. Fonseca *et al.* (2020, p. 46) aponta que a

cartografia fala das trilhas afetivas e do afastamento de quaisquer ideais de neutralidade por parte do pesquisador.

O espaço de escuta individual das entrevistas foi tomado considerando os Estudos Foucaultianos acerca dos modos de subjetivação neoliberais que, somado às produções do diário de campo, constituem-se através do caminho metodológico da cartografia uma perspectiva de impossibilidade frente a separação do pesquisar/intervir. Spink (2008) fala da abertura atencional aos elementos que possam fazer parte deste campo-tema, tornando assim, um território existencial, tratando-se de considerar uma inserção horizontal do pesquisador.

As entrevistas individuais com os estudantes duraram entorno de 30/40 minutos e no total foram 10 interlocutores. O período de realização das entrevistas ocorreu entre agosto e dezembro de 2023 em diferentes espaços da universidade, no Diretório Central dos Estudantes (DCE), na biblioteca, em bancos ao ar livre, amparadas pela ética e pela aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Universidade. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas em documento no *Microsoft Office Word* para composição das análises. Os interlocutores foram identificados com a sigla "I" de interlocutor/a seguido de um número sequencial – I1, I2, I3, I4,I5, I6, I7, I8, I9, I10.

Assim, acreditamos ser importante descrever o grupo de dez universitários que participaram da entrevista, visto que seu perfil ficou de certa forma mais delimitado a jovens que de alguma forma tem uma relação com o protagonismo estudantil através da participação dos diretórios acadêmicos ou do DCE. Dos dez interlocutores, dois eram estudantes de curso da área de saúde, cinco deles de curso da área das ciências humanas, dois de curso da área das ciências sociais e um deles de curso da área das ciências agrárias. Em relação ao tempo na universidade, dos 10 interlocutores, quatro interlocutores encontravam-se no segundo semestre do curso, dois no último semestre e quatro pela metade da graduação. Como no projeto de pesquisa/intervenção não havia delimitação do curso, idade ou momento do curso, participaram os

estudantes que em algum momento ouviram falar sobre a pesquisa em andamento e que desejaram contar sobre a travessia universitária, inclusive pela indicação entre eles.

Em relação a dados gerais dos estudantes da graduação da instituição pesquisada temos a partir do banco de dados do setor de captação da universidade (2023) um número aproximado de 5.000 alunos matriculados, 60% deles possuem algum tipo de financiamento ou bolsa, nas suas diferentes modalidades. Com relação a gênero, 61% são mulheres e 39% são homens. Em média, 64% estudam somente a noite, 21% no turno tarde e noite e o restante no turno de manhã e tarde. Sobre o perfil dos alunos, 65% vem de instituição pública e o restante de ensino privado. Destes 85% se reconhece como branco, 5% pardo, 3% negro e o restante prefere não se identificar. Ainda, a grande maioria 65% tem de 18 a 24 anos, 18% têm de 25 a 30 anos e o restante, acima de 31 anos. Cerca de 1/3 dos estudantes da graduação são da cidade onde a universidade fica localizada e o restante vem de cidades próximas e vizinhas. Referente ao perfil dos alunos com relação ao trabalho, tal informação está sendo foco de reconhecimento da instituição, mas ainda não foi possível mensurar.

Para a problematização, tensionamento e análise dos dados que partiram das entrevistas individuais, não nos propusemos a individualizar cada travessia, visto que “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (Rolnik; Guattari, 1996, p. 31).

A pesquisa/intervenção se constituiu em linhas rizomáticas⁴ de acordo com o percurso que foi se constituindo no olhar das

⁴ A ideia imagem de rizoma é oriunda da botânica e consiste em uma haste subterrânea com ramificações em todos os sentidos, como os bulbos e os tubérculos. Deleuze e Guattari (1995) utilizam a imagem do rizoma para explicar como se processa o pensamento, trazendo à tona as bases para a compreensão do que podemos chamar de teoria da multiplicidade. Portanto, para os autores o conceito de rizoma trata-se de um conceito filosófico que abre perspectivas para a

pesquisadoras pelas heterogeneidades, multiplicidades e rupturas. Como nos aponta Fonseca *et al.* (2020, p. 42) “a pesquisa torna-se um plano de inscrição autoral, depositária de imbricações irrepetíveis entre sujeito e objeto, levando-nos à máxima de que, por meio dela, podemos sempre ver o mundo pela primeira vez”. Assim, essa pesquisa-intervenção, inspirada na cartografia, buscou, antes de tudo, estar com as/os estudantes em seus movimentos, seja individualmente ou em momentos que estavam no grupo, reconhecer as suas forças e vivências, abrindo espaço para a escuta.

JUVENTUDE E UNIVERSIDADE: ALGUMAS NOTAS SOBRE ENCONTROS, POSSIBILIDADES E SAÚDE MENTAL

Quando pensamos nos modos de ser da juventude entendemos que ser jovem é ser responsabilizado pelo sucesso e ascensão, bem como pelo fracasso ou desistências, pois como assinalam Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) tal responsabilização é individualizante e torna individual questões de ordem sociais/coletivas. Ginzel (2017) aponta que a juventude moderna é um produto da modernidade, fruto de um momento da história e de um conjunto de transformações da vida social.

Da modernidade que trouxe consigo a escola de massas e a consequente escolaridade obrigatória, a institucionalização de um tempo específico para aprender e a criação de um espaço propício à participação num grupo de pares, ao desenvolvimento de sociabilidades e à identificação com as culturas juvenis. É, dessa forma, também fruto de um momento histórico que assistiu ao nascimento dos Estados-Nação, à nuclearização da família e sua constituição enquanto domínio privado da vida social. Esse conjunto de transformações – nos diversos níveis da vida social – contribuiu

compreensão da vida - em um sentido mais amplo - levando em conta a complexidade que lhe é inerente.

para a construção dessa realidade complexa e mutável que se tornou objeto de análise sociologicamente relevante (Ginzel, 2017, p. 14).

Assim, a juventude no campo do ensino e aprendizagem que é o Ensino Superior é atravessada e constituída por uma dada racionalidade. A racionalidade neoliberal produz uma noção individualizante e culpabilizante acerca do que alguém vai se tornar (Coimbra; Bocco; Nascimento, 2005). A juventude é posta e concebida como a faixa etária que se consolida como decisiva para a vida profissional (Mansano, 2003).

O neoliberalismo é conforme Foucault uma racionalidade que produz efeitos nos modos de ser. O conceito de governamentalidade diz respeito às artes de governar, conforme Oliveira (2019) sendo um conceito gerado para compreender o processo de criação dos Estados de governo, mas que se estende, nas análises de Foucault (2008a) para compreensão de todas as relações de poder, e, como foram/são conduzidas as condutas das pessoas, compreendendo a capilaridade do poder. Portanto, poder não é algo que alguém ou um grupo possua, algo que seja constante ou universal, sendo a governamentalidade um conceito central para tal entendimento.

Dentre as racionalidades desenvolvidas e analisadas, Foucault (2008a) expõe aspectos da passagem da governamentalidade liberal criada no século XVIII como uma forma de vida, para a governamentalidade neoliberal em meados do século XX. Esta passagem não expressa uma substituição, mas uma nova feição do liberalismo. A racionalidade neoliberal é uma racionalidade política moderna que produz subjetividades a partir desse modelo que migrou da economia para outros domínios da vida social.

Subjetividade para Foucault trata-se da interface entre política e ética (também como cuidado de si): “O sujeito é efeito de práticas de sujeição e práticas de liberdade, produzidas no ambiente cultural no qual habita”. (Ferreiro Neto, 2019, p. 9). Através da racionalidade neoliberal os princípios econômicos tornam-se balizadores para toda a sociedade. Uma forte mudança fala da

centralidade das trocas no liberalismo em uma sociedade de homens livres, ao passo que o neoliberalismo centraliza e maximiza a competição (Veiga-Neto, 2013). É assim, que a centralidade da forma de empresa no interior do corpo social constitui “o escopo da política neoliberal” (Foucault, 2008a, p. 203).

Destarte, a racionalidade que perpassa nosso modo de viver também no campo educativo sustenta uma expectativa de um sujeito que precisa aprender a aprender e nessa permanente e constante reconfiguração de si, coloca os indivíduos na gerência do seu capital humano, onde essa gerência procura a possibilidade de multiplicá-lo (Veiga-Neto, 2013). A construção da máquina que irá gerar capital humano “capital como um conjunto de competências, que são os órgãos ou as engrenagens do corpo-máquina do trabalhador” (Mota, 2022, p. 238) tem uma dependência dos investimentos educacionais, ou seja, do que se tem como possibilidade ou não de vivências educacionais.

As narrativas das/os estudantes articulam-se as discussões desses autores, na medida em que se pode observar na fala de uma das estudantes que pensando na sua entrada na universidade associa a mesma com “decidir a vida” (I6), com ideais referentes a idade que indicam situações de comparação: “Tipo tu tem que decidir tua vida agora, porque a sensação é essa é que tu tem que decidir agora. (...) como se com 30 tu já tivesse que ter tudo que tivesse a vida inteira. Sabe, isso muitas vezes já coloquei para meus colegas que tipo vocês estão com 18, eu estou com 25. Estamos no mesmo lugar, entende?” (I6).

Ehrenberg (2010) coloca que a busca incessante por si, pela autorrealização, torna o outro um desaparecido. O outro é somente uma forma de medida. Transformar o outro, na relação, apenas como um marcador de medida comparativa traz impactos para os processos de subjetivação.

Ainda, Mansano (2011) problematiza sobre a entrada na universidade e a escolha de um curso de graduação com expectativas e pressões com a juventude de que seja uma escolha

certeira, tal pressão relacionada a mecanismos de controle, disseminando uma ideia de escolha definitiva.

A necessidade de fazer uma escolha correta sobre a carreira profissional a ser seguida tornou-se tão naturalizada que praticamente ofuscou outra dimensão importante da vida do trabalhador: a construção do vínculo com a profissão como uma processualidade a ser inventada e experimentada (Mansano, 2011, p. 70).

Assim, outras narrativas importantes apontam que a discussão sobre a pressão acerca do tempo, da entrada na universidade, da sensação de “perder tempo” e de que a universidade representa essa possibilidade de crescimento de capital humano, além das pressões da entrada na universidade logo após a escola, sugerem uma sensação de autorresponsabilização e de pressões intensas:

As pessoas só ficam: Aí tem que se formar logo! Porque eu, por exemplo, eu entrei um ano depois, então vai se formar com tantos anos, já podia ter se formado com tantos... Ai essa pressão, e aí, tipo, tu vai estar fazendo quase 30 anos, não vai ter casa, não vai ter carro. E isso bota muita, muita pressão, mas eu não acho certo. (I1)

Sinto uma pressão da vida pra gente não se formar muito tarde. E hoje eu sinto que eu vou me formar muito tarde. Tipo quando eu entrei na faculdade a primeira vez eu tinha 18 anos, eu ia me formar com 23. Agora eu vou me formar com 25, Quase 26. (I9)

Pesquisadora: Isso parece te assustar um pouco.

Interlocutora: Ai, bastante. Porque acho que se formar na faculdade é o início de tua vida. E aí parece que a minha vida vai ter início mais tarde. (I9)

Eu acho que o processo de entrar ele foi uma porcaria, horróroso, porque eu sempre estudei em escola particular, entende? Eu acho que uma coisa muito forte nessas escolas é a ideia de que tu vai, tu vai ir para uma faculdade (...) Então, todos os dias eu tinha coordenador, todo dia, não é nem brincadeira, todo dia ele entrava na nossa sala e falava qual a importância que a gente estudasse de 8 a 12 horas por dia, porque só assim a gente ia passar. Em que a gente

devia olhar para os nossos colegas e pensar concorrentes. Sim, e era essa a vida. (I7)

Essa impossibilidade de pensar outros caminhos, de uma pressão “da vida” (I9), esta experiência de cursar o ensino médio olhando para concorrentes, aponta para tal racionalidade e modo de subjetivação pautado na concorrência, na rigidez e também na autorresponsabilização. Mota (2022) sugere que individualmente a educação é também um caminho ou meio para a constituição de capital humano. A educação entra como forma de investimento para um rendimento futuro, como forma de fazer crescer o capital humano, tornando a pessoa apta a aumentar sua renda. No entanto, para quem essa possibilidade é real?

Consideramos relevantes as contribuições de Duarte (2020) quando analisa o lugar das universidades e da formação no ensino superior na vida dos estudantes, problematizando que um dos efeitos da racionalidade neoliberal neste cenário é de que a universidade se coloca no papel de corresponder às demandas do mercado. Diferentemente de um papel que incentiva uma formação crítica, criativa, correlacionada à vida, às questões, às vivências dos estudantes.

Portanto, cabe o questionamento para as juventudes, acerca das condições para produção de suas existências, sejam elas materiais ou simbólicas (Duarte, 2020). Em uma das narrativas, a estudante diz que alguns professores da escola pública em que estudava direcionavam a fala em sala de aula sobre o acesso à universidade somente se dar aos melhores da turma no quesito nota e desempenho. O que a fazia sentir que esse acesso não era para ela. Assim, relata sobre o encontro com um professor no momento da vida em que estava fazendo cursinho, após o ensino médio:

E eu lembro que eu nesse ano que eu estava fazendo cursinho, eu fazia tipo uns bicos assim e eu cuidava de brinquedo. E aí eu lembro que numa das festas eu encontrei um professor que tipo assim eu gostava muito dele. E que ele era tipo o nosso paraninfo da formatura. E ele olhou pra mim, pra minha amiga, sendo que tipo assim, ela era filha da tal da empresa de brinquedos. E nós estávamos

as 2 trabalhando ali. E ele chegou e disse: É, então tá aí o reflexo do estudo de vocês. Sabe, e tipo muito isso assim aquela presença tipo da gente nem ter a possibilidade de sonhar com uma faculdade, sabe? Era praticamente um sonho impossível dentro da minha realidade. E nunca nos deixaram sonhar aquilo de forma sábia. (I6)

A fala da interlocutora 10 também traz aspectos desta pressão após a escola: “Eu sabia que tinha que escolher, tinha que vir pra cá. A pressão era grande, meu último ano de escola foi tumultuado por causa disso. Ficava pensando: o que eu vou escolher? Será consigo? Onde vai ser? Era muitos pensamentos e eu ficava angustiada né”. Mansano (2011) afirma que uma suposta liberdade de escolha com relação ao campo profissional tem uma série de desdobramentos. Primeiro que o jovem é capturado por tal ideia de liberdade e aposta na identidade profissional como aquela que lhe possibilitaria satisfação e reconhecimento social. Outro desdobramento é como se definindo o caminho e a escolha não houvesse mais problemas, mas sabemos de questões relacionados ao acesso e possibilidade de permanência na universidade, bem como a falta de garantia que aquela pessoa formada atuará na área de formação (Mansano, 2011).

Entendendo, a partir dos estudos foucaultianos (2008), que vivemos em uma sociedade inscrita em uma lógica neoliberal, o que pressupõe que a sua regulação se dê por mecanismos de concorrência, os trechos a seguir apontam para pensar sobre o nosso tempo e os modos de subjetivação da juventude na universidade. Como aponta o filósofo, estamos inseridos/as em uma trama social e nesta, a forma de empresa se generaliza e se difunde em todas as unidades da vida social. Em uma das narrativas podemos ver que o sentido de ser/estar universitário é atrelado ao desempenho, ao resultado de um número, da nota:

Eu falei inclusive esses dias para uma colega minha que eu achei que quando começasse a faculdade vai ser a pessoa mais feliz do mundo por mim está fazendo o que eu queria, mas eu falei que o que eu sentia dificuldade no começo e eu não estava tipo, muito feliz, tipo meu

Deus, tô fazendo faculdade, porque acaba que tenho pressões, tem cobranças, tem responsabilidade eu diria. Mas depois que tipo tu passa e tu vê tuas notas finais, pelo menos que tu passou em tudo e fica, meu Deus, que alívio. Acho que compensa para mim. Pelo menos compensou quando eu vi as minhas notas, eu falei, Ah, esse negócio valeu a pena um negócio que eu sei que, que é bom para mim. (I2)

“Ser universitária” para a interlocutora 1 vem sendo um caminho de expectativas e do papel do desempenho na produção de sentido dessa travessia perpassado pela racionalidade neoliberal, assim como a interlocutora 7 que sobre as expectativas dessa vivência relaciona-a com o cansaço, com o não ter tempo para nada. Ainda assim, mesmo sabendo “que a nota ela não faz o profissional, ela não faz a pessoa” (I7) de alguma forma vê-se capturada e constitui-se como universitária de uma forma que a nota 9,8 era difícil de ser reconhecida como uma excelente nota.

É que assim é, é fato que é o período universitário é basicamente o período mais estressado, estressor e afins da vida de uma pessoa. Parece que quando a gente fala da universidade, está todo mundo tão cansado. Ouvia dos meus professores e tipo assim, ah universidade não deu tempo para nada. A universidade, assim se preparem, como se fosse o fim do mundo, e é isso aí. E eu acho que a gente viu que não é um momento onde existe um descanso, não é um momento onde existe a possibilidade de tu parar às vezes (...) E por mais que a gente tem a noção que a nota ela não faz o profissional, ela não faz a pessoa. Ainda assim existe muito isso, sabe, tipo. Quantas vezes não foi nenhuma nem 2 que eu tiro 9,8. E eu não ficava feliz, porque não tinha tirado 10, sabe? No básico entende, de não ficar contente com 9. (I7)

A pressão de “eu podia estar fazendo tal coisa” da interlocutora 3; ou a necessidade de um filme, “que seja benéfico” (interlocutora 6) em momentos de lazer/descanso; ou ainda de uma universitária que tira 9,8 e não fica feliz, nos apontam que essa difusão de um ideal empresarial produz modos de ser estudante, de se relacionar e viver a experiência universitária:

Ou optar por ver um filme, então que seja benéfico. Que tem a ver com aquilo ali? Tudo tem que ser utilitário, né? Assim. Mas tipo assim, aí esse final de semana eu vou ter descanso. Ah, mas a professora falou de olhar um filme que fazia sentido com conteúdo, e daí tu vai lá e olha o filme. (I6)

Eu, quando possível, meio que me desligo da universidade não pego no celular, eu foco em mim. Tem que fazer alguma coisa que é urgente vou fazer sim, mas final de semana eu dedico pra mim, para estar com a minha família, para fazer algo que eu quero, para sair. Mas, claro, às vezes fica martelando, eu estou, eu saio, eu fico, meu Deus, eu podia estar fazendo tal coisa, porque eu tenho que entregar a semana que vem. Mas eu tento. Eu tento ao máximo final de semana. Não deu chega: eu preciso de um tempo para descansar. (I3)

Assim, mesmo esse período de formar e gerir esse capital humano não está restrito apenas com o período formativo da graduação, pois como discutimos, a racionalidade neoliberal é muito performativa, molda desejos, não se tratando de uma coerção comportamental. Guattari e Rolnik (1996, p. 26) aponta que as mudanças nas subjetividades não são mudanças ideológicas "mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo". As narrativas que expõe esse modo de viver a graduação perpassado por uma cobrança intensa, por essa "pressão da vida" (I9) ou ainda do "eu podia estar fazendo alguma coisa" (I3) sobre o término da faculdade temos a seguinte narrativa:

Sempre quero continuar estudando, eu nunca quero me acomodar, entendeu? Ah, consegui emprego legal, é isso aí, sabe? Estou ganhando o suficiente para sobreviver e viver, legal. Eu não quero isso na vida, sabe? Em nenhum momento, nem quando eu tiver essa chance, não... Então eu penso em procurar mais. Procurar mais, procurar o que fazer, procurar o que estudar, procurar assim, né? (I9)

Foucault (2008) entende a governamentalidade neoliberal como um modo particular de produção de subjetividade, um sujeito que é empresário de si. Conforme Reis (2020, p. 1076), nessa

perspectiva, os sujeitos são vistos como empreendedores que devem investir continuamente em seu capital humano para maximizá-lo. Pensando também nos modos de ser jovem universitário, entendemos haver uma solidão na responsabilidade de sustentar a si, questões apontadas anteriormente com Coimbra, Bocco e Nascimento (2005). A interlocutora 2 fala dessas inseguranças nesse processo e sobre a expectativa das relações:

Eu não me vi como adulta, adulta... não. Não jovem, mas ano passado, por exemplo não sabia o que eu era, porque eu era aprendiz, mas eu não tava mais na escola, só que eu não dirigia. Não fazia nada de adulto, eu não fazia faculdade. E aí agora, simplesmente assim, tipo eu efetivei no começo do ano né? Depois eu saí, aí agora eu já fiz carteira, já dirijo pra ir sozinha assim, aí eu tenho que vir pra cá, pra lá. Eu acho muito legal, muito legal, mas tem tudo isso, né? A gente pensa. Essa questão de fazer amigos, até. Eu pensei que tipo, muito amigos, mas claro a gente faz cadeiras só com um ou outro, então tu vai transitando. Eu me sinto jovem, mas eu achava que seria nossa!! Sabe?! (I2)

Compreender as relações destes modos de ser, considerando o período pós-pandêmico da Covid-19, acredita-se ser importante os tensionamentos que a interlocutora 8 nos traz através de uma ampla discussão sobre a relação da pandemia com o engajamento dos universitários por meio da sua participação ativa nos coletivos de protagonismo e movimento estudantil:

Acho que a pandemia também tirou, claro que eu não posso falar de antes da universidade que eu não tive essa experiência, mas de que eu entrei para cá deu para perceber que o peso que a vida adquiriu assim, no cotidiano, se tornou tão pesado que as questões delicadas ninguém mais quer retratar elas, ninguém mais quer. Então prefere deixar de lado. Prefere não discutir. Prefere não questionar. Ah, porque é um estresse, uma responsabilidade que as pessoas não querem mais assumir e é assim tudo, sabe? É assim, no país inteiro na verdade. Então é muito difícil chamar tanto para a questão política quanto para a questão social também para os movimentos

sociais, para as pautas sociais, para as pautas comunitárias. Às vezes a gente acha que vai ter um público gigantesco porque é uma coisa. Todo mundo gosta e é uma procura mínima sim, que já é importante, porque mostra que tem aluno que está resistindo e que está participando e que está ali, está presente. Está existindo o movimento dentro da universidade e sempre vai existir, né? Mas é enxugadinho. E acho que está nesse peso, mesmo que a vida se tornou pesada. Então as coisas que costumam ser pesadas a gente deixa de lado. Nem, nem põe na balança, sabe? (I8)

Silva (2019) potencializa essa discussão questionando: Como as juventudes contemporâneas reposicionam-se nas tramas do neoliberalismo? A partir desta questão aponta a emergência de novos modos de construção das subjetividades sustentado pela obsessão do indivíduo por si, pela precarização da vida e das relações de trabalho. Tal sensação e vivência de precarização, de esfacelamento de vínculos é trazida nesta narrativa, mas que também aponta para aqueles que resistem.

Desse modo, pensarmos sobre os impactos da pandemia através das falas que se produziram na pesquisa /intervenção são extremamente necessários, como nos sugere Romanini (2021) que ao compartilhar o estudo de caso do grupo de escuta a universitários durante a pandemia, observou uma série de impactos nos estudantes em diferentes momentos do curso. Assim, o autor sugere que a retomada das atividades à presencialidade demanda espaços de acolhimento e escuta, e, do desenvolvimento de ações voltadas aos efeitos relatados pelos estudantes no pós-pandemia (Romanini, 2021). Tal vivência, atravessa a constituição e os modos ser estudante da graduação. A relação da interlocutora 6 com as aulas remotas, proveniente de um novo currículo da universidade, implementado na pandemia, o qual tem diferentes disciplinas compartilhadas com outros cursos, que comportam um número bem elevado de alunos, é expressa com ênfase na relação com o professor neste formato de aula na modalidade remota síncrona:

Não sei, o professor, o professor, ele não tem conhecimento dos alunos que estão ali. A gente tem muito pouco conhecimento dos professores. Aconteceu de um dia da gente passar por uma professora que deu aula online pra gente e elas dividiam matéria. Eram 2 professoras, então acabava que ela apareceu menos ainda, então se tinham 8 aulas, ela apareceu 4. E aí eu sei que a gente passou, eu olhei assim e conheço essa mulher da onde? E aí tipo assim, nossa, mas ela foi professora da gente, imagina. (I6)

Essa fala da interlocutora 6 nos permite levantar alguns tensionamentos acerca do que é possível se produzir nesse formato de ensino-aprendizado. Acreditamos que esta seja uma discussão ampla e complexa, no entanto, pensar nos afetos produzidos pelo encontro, que geram uma sensação de pertencimento, questão que se estabelece entre aluno e professor, ou entre alunos se faz necessário. Há nesta fala um certo estranhamento, um certo distanciamento. Refletir sobre esse enfraquecimento de laços e seus possíveis efeitos no espaço de travessia universitária, portanto, seguindo nessa discussão, o interlocutor 4 nos aponta uma percepção sobre a importância do contato com grupos diferentes, com outros cursos, enquanto a interlocutora 3 aponta os desafios para o reconhecimento de pertencimento ao curso a partir dessa convivência com as diferenças:

Eu não esperava que teria uma interação tantos cursos assim, que nem essas disciplinas, essas é multidisciplinar mesmo, né? Algumas delas, bem no início do curso, então isso realmente me pegou de surpresa. (I4)

Pesquisadora: Uma surpresa de que jeito?

Não tem como definir muito. Realmente foi uma experiência, uma experiência que tu não esperava, sabe? E alguns pontos foi positivo, outros negativos. Tu percebe que são realidades diferentes e mentalidades diferentes. Isso também vem de cada curso. Percebe que, dependendo do curso, os alunos, eles vão adotar metodologia diferente de estudo e de trabalho em equipe também. Alguns não gostam de trabalhar em equipe. É mais competitivo dentro dos cursos e aí, eu realmente lado positivo disso foi que tudo como tu

tem contato com diversos cursos, diversas realidades diferentes, não só no teu curso, né? Tu acaba tendo uma outra perspectiva de mundo. Que aí tu sai daquilo que tu está acostumado que nem Ah interior, né? Talvez uma certa simplicidade, e aí tu vem para pessoas onde alguns são de famílias mais ricas, outros são de famílias que vieram da periferia, então. São vidas totalmente diferentes, e daí tu tem contato com tudo isso e é maravilhoso.

O que me fez continuar? Foi ter feito um semestre antes da pandemia porque ali, na pandemia, aquela coisa de não saber o que queríamos fazer, todo aquele gerou muita tensão, tanto que eu tranquei um semestre, né? Muitas disciplinas gerais pode fazer com qualquer curso. Faço com a fotografia. Tu faz com engenharia, sabe? Certo, tem que ter, mas no início do curso tem muito isso, então tu acaba ficando meio perdido. Tu acaba não tendo disciplinas específicas e tu acaba ficando meio perdido ali, sabe? Então fica, meu Deus, será que eu tô fazendo realmente escolher o certo? E só que também não dá para dizer que o problema é esse, porque com a pandemia, né? (I3)

Han (2022) filósofo contemporâneo nos põe a pensar o que, de fato, a presença de outros nos convida a fazer. Segundo ele trata-se de sair de um ensimesmamento, recolhimento em si, do afetar-se pela alteridade. Conviver nos convoca a lidar com o outro, dificuldades muitas vezes apresentadas sob a forma de intolerâncias e indiferenças. Podemos pensar que a sensação da competitividade consigo mesmo e com os outros, fragiliza os laços e coloca os/as universitários/as a um intenso sentimento de não pertencer, e nesse contexto, a responsabilização pela necessidade de sustentar uma performance ou então fracassar fica escancarada.

Assim, interessa-nos, como apontam Rolnik e Guattari (1996) a compreensão dos planos micropolíticos, onde se fabricam os territórios existenciais e onde ocorrem os processos de subjetivação. Reconhecemos que o mundo está em constante produção, sendo possível pensar nas linhas e fluxos que o compõem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu refletir sobre novas possibilidades para a “saúde mental”, assim como a proximidade das entrevistas com os alunos das graduações possibilitou um olhar para aquilo que lhes dá sustentação nesse processo de ser/estar universitário, compreendendo mais sobre seus modos de subjetivação, ou seja, houve uma abertura ao encontro e, “a partir disto, faz emergir um mundo que antes existia como virtualidade e se atualiza pela observação” (Hillesheim; Bernardes; Medeiros, 2009, p. 222). Neste ser/estar universitário da juventude identificamos pontos discutidos referente ao impacto da lógica neoliberal nas produções de modos de ser jovem universitário, onde há uma ênfase da juventude como o momento da escolha, assim como a responsabilização pela garantia do sucesso, a pressão pelo desempenho e notas que também produz sentido às vivências. Também encontramos nesta pesquisa/intervenção as potencialidades que levam ao encontro, àquilo que produz sentido e sustentação para as travessias.

Consideramos, neste momento, imprescindível sustentar a importância da convivência no período de formação, pois a experiência universitária pode potencializar e produzir novos encontros, estes produzem novos afetos e podem dar novos contornos a essa experiência (Félix; Oliveira, 2020). Além disso, que pensemos a saúde mental para além da educação em saúde mental ou serviços individuais clínico-terapêuticos. Dessa forma, sustentamos também a importância dos coletivos no espaço universitário, são nestes espaços que podem ser possíveis a produção de torções em noções tão arraigadas referente a uma saúde mental associada a produtividade/desempenho. E também produzir deslocamentos nessa noção de responsabilização e culpabilização individual no que diz respeito ao sucesso ou fracasso.

Por fim, que coloquemos em pauta o que se vivencia na universidade, o modo como as relações se dão e que a palavra possa circular. Pois nesta circulação, apostando nos coletivos e na convivência universitária se possa refletir sobre a produção de

saúde mental e não somente em saúde mental pela via do adoecimento, da falta e da busca por um aprimoramento de si.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro, v. 34, 1995.

DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventudes e universidade: os desafios da formação de jovens no tempo presente. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 18, n. 1, p. 220-233, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18224/cam.v18i1.7753>. Acesso em: 24 jun. 2025.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Tradução Pedro Bendassoli. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

FÉLIX, Jeane; OLIVEIRA, Mariana Lins de. A educação não-escolar como potencializadora de processos (trans) formativos de jovens universitários/as. **Interfaces Científicas Educação**, Aracaju, v.9, n.3, p.83-95, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v9n3p83-95>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FERREIRA NETO, João Leite. Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35512>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FONSECA, Tânia Mara Galli *et al.* A pesquisa como instauração de modos de existência. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; REIS, Carolina dos, HADLER, Oriana Holsbach (orgs.). **Produção**

do conhecimento: profanações do método na pesquisa. Porto Alegre: ABRAPSO, 2020, p. 41-67.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população.** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins, 2008b.

GINZEL, Flávia. **É tempo de travessia:** os múltiplos caminhos de jovens universitários para a vida adulta. Orientadora: Maria Carla Corrochano. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017. Disponível em: https://www.ppged.ufscar.br/pt-br/arquivos-1/dissertacoes-defendidas/2017/flavia_ginzell.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro:** sociedade, percepção e comunicação hoje. Editora Vozes, 2022.

HILLESHEIM, Betina; BERNARDES, Anita Guazzelli; MEDEIROS, Patrícia Flores. Leitura de uma onda: pesquisa e observação. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 03, p. 213-224, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9368/6719>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Para além da escolha profissional, experimentações intensivas.** Psicologia em Revista, v. 17, n. 1, p. 67-81, 2011.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade.** Revista de Psicologia da UNESP, v. 8, n. 2, p.110-117, 2009.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Vida e profissão:** cartografando trajetórias. Grupo Editorial Summus, 2003.

MOTA, Thiago. Neoliberalismo e capital humano em Foucault. **Revista O que nos faz pensar**, v. 29, n. 49, p. 227-255, 2022.

Disponível em: <https://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/arti cle/view/773/687>. Acesso em: 24 jun. 2025.

NASCIMENTO, Maria Livia; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A pesquisa-intervenção em psicologia: os usos do diário de campo. **Barbarói**, n. 57, p. 239-253, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>. Acesso em: 24 jun. 2025.

OLIVEIRA, Lorena Silva. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Ítaca**, n. 34, p. 48-72, 2019. DOI: <https://doi.org/10.59488/itaca.v0i34.26395>. Acesso em: 24 jun. 2025.

REIS, Diego dos Santos. A arte neoliberal de governar e a teoria do capital humano: Perspectivas críticas em educação e trabalho. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 3, p. 1076-1093, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2020.54596>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ROMANINI, Moises. “E agora, o que eu faço?”: reflexões sobre os efeitos da pandemia na vida e saúde mental de estudantes universitárias/os em início, meio e final de curso. **Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde**, v. 4, n. 2, p. 85-92, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17058/rips.v4i2.16914>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Trabalho, Educação e Juventudes: diálogo com o pensamento social de Christian Laval e Pierre Dardot. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, n.3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00223>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 2, p.70-77, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>. Acesso em: 24 jun. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ESCOLAS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES ADOLESCENTES

Morgana Pappen¹
Ana Carolina Bienert²
Luci Helen Alvez Freitas³
Bruna Rezende Martins⁴
Ana Carolina de Oliveira Korb⁵
Anelise Miritz Borges⁶
Hildegard Hedwig Pohl⁷
Letícia Lorenzoni Lasta⁸
Suzane Beatriz Frantz Krug⁹

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde (2006 *apud* Falkenberg *et al.*, 2014) define “educação em saúde” como um processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação

¹ Enfermeira. Doutora em Promoção da Saúde (PPGPS/UNISC). Integrante do GEPS/UNISC.

² Enfermeira. Mestranda do PPGPS/UNISC. Integrante do GEPS e do GIATES/UNISC.

³ Psicóloga. Mestranda do PPGPS/UNISC. Integrante do GEPS e do GIATES/UNISC.

⁴ Enfermeira. Doutoranda do PPGPS/UNISC. Integrante do GEPS e do GIATES/UNISC.

⁵ Acadêmica do Curso de Medicina. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Integrante do do GEPS/UNISC.

⁶ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Ciências da Saúde. Integrante do GEPS/UNISC.

⁷ Educadora física. Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente do Departamento de Ciências da Saúde e do PPGPS/UNISC. Integrante do GEPS/UNISC.

⁸ Psicóloga. Doutora em Psicologia Social e Institucional. Docente do Departamento de Ciências da Saúde e do PPGPS/UNISC. Vice líder do do GEPS/UNISC.

⁹ Enfermeira. Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Ciências da Saúde e do PPGPS/UNISC. Líder do GEPS e do GIATES/UNISC. E-mail: skrug@unisc.br.

temática pela população. A educação em saúde contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e gestores, a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades (Falkenberg *et al.*, 2014).

Falkenberg *et al.* (2014) referem que a educação em saúde é um processo político pedagógico que requer o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo. Esse processo permite desvelar a realidade e propor ações transformadoras que levam o indivíduo à sua autonomia e emancipação como sujeito histórico e social, capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade. Assim, as ações educativas desenvolvidas têm como objetivo promover a compreensão de como os comportamentos podem impactar a saúde, exigindo a capacidade de adquirir, entender e operacionalizar o conteúdo da educação em saúde para melhorar seu estado de saúde.

No contexto das áreas rurais, a educação em saúde enfrenta desafios específicos que exigem abordagens adaptadas às particularidades dessas comunidades. A escassez de profissionais de saúde, as longas distâncias até os serviços de saúde e as condições socioeconômicas adversas são fatores que dificultam o acesso e a efetividade das ações educativas (Pappen *et al.*, 2025). Um estudo de revisão integrativa sobre a Atenção Básica à Saúde em áreas rurais no Brasil identificou que estratégias como a atuação comunitária, modelos de extensão/visitação e o uso de tecnologias de comunicação/informação são fundamentais para superar essas barreiras e promover a equidade no acesso aos serviços de saúde (Jesus *et al.*, 2024). Essas iniciativas contribuem para ampliar o conhecimento da população sobre saúde e incentivar práticas preventivas, fortalecendo a autonomia dos indivíduos no cuidado consigo mesmos e com a comunidade.

Além disso, o impacto das ações educativas em saúde nas escolas das zonas rurais, especialmente entre crianças e adolescentes, tem se mostrado significativo. Um exemplo disso é o estudo de Ying Xu *et al.* (2022), realizado em escolas primárias rurais da China, que evidenciou resultados positivos a partir de

intervenções educativas voltadas ao conhecimento nutricional, hábitos alimentares e comportamento alimentar. Após a aplicação contínua dessas ações, observou-se uma melhora expressiva nas condições nutricionais das crianças, demonstrando a eficácia da educação em saúde nesse contexto.

A partir disso, elegeu-se como questão-guia para este estudo: Quais as percepções de estudantes de escolas da zona rural de municípios do interior do Rio Grande do Sul acerca da educação em saúde? Neste sentido e através dos dados obtidos juntamente com leituras, análises e discussões acerca desta temática, o presente estudo objetiva entender como as abordagens de educação em saúde nas escolas rurais podem influenciar nas condutas de cuidado em saúde da comunidade escolar investigada, sob a perspectiva dos estudantes.

PERCURSO METODOLÓGICO

Estudo de cunho qualitativo e descritivo, recorte de pesquisa-ação que integra a tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), intitulada “EDUCAÇÃO EM SAÚDE: realidade, reflexões e intervenções em escolas da zona rural em municípios do Rio Grande do Sul (RS)”. A análise dos dados produzidos foi desenvolvida no contexto da fase II do projeto de mesmo nome, contemplado no edital nº 09/2023 - Programa Pesquisador Gaúcho (PqG), proposto pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Participaram do estudo 14 estudantes que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ser discente do nono ano do Ensino Fundamental da escola participante da pesquisa e ser morador do município no momento em que a produção dos dados foi realizada. Como critérios de exclusão, os estudantes não poderiam apresentar atestado médico.

Para este estudo, foram abordadas três questões norteadoras guiadas pela temática: estratégias e ações de educação em saúde

desenvolvidas na escola. Essas questões integram um instrumento de coleta de dados composto por uma entrevista semiestruturada, contendo 11 perguntas abertas. As questões selecionadas foram: “Qual a sua compreensão sobre as estratégias e ações de educação em saúde desenvolvidas na escola?”; “Você acha que as atividades de educação em saúde realizadas na escola influenciam na sua saúde? Por quê?”; e “Qual tema relacionado à educação em saúde você acha importante ser trabalhado na escola? Justifique”.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, direcionada a alunos dos anos finais do ensino fundamental de três escolas municipais rurais, localizadas na região central do Rio Grande do Sul - uma em cada município estudado. As entrevistas foram realizadas nas dependências da escola, em salas reservadas nas próprias instituições de ensino, com duração aproximada de 30 minutos, as quais foram gravadas, posteriormente transcritas para um documento de texto e analisadas. As atividades ocorreram nos meses de junho a setembro de 2022.

A análise dos dados de forma mais detalhada no contexto da fase II do projeto foi realizada no ano de 2025, a partir da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), a qual se subdivide em três fases, sendo a primeira intitulada como “pré-análise” que remete a leitura e escolhas dos dados; a segunda que é a “exploração do material,” caracterizada pela criação das categorias; e a terceira que é o “tratamento dos resultados” direciona a interpretação dos mesmos. Para este estudo, a análise dos resultados guia-se a partir dos pressupostos teóricos do campo conceitual da educação em saúde e será apresentada em dois eixos temáticos: “O que dizem os estudantes de escolas rurais sobre educação em saúde?” e “Impactos da educação em saúde desencadeados na vida dos estudantes: criticidade e ação”.

Os participantes estão caracterizados com nomenclatura própria, a fim de manter o seu anonimato, sendo apresentados pela letra inicial “A”, seguido do numeral arábico subsequente. Destaca-se que como a pesquisa foi realizada com estudantes com idade inferior a

maioridade penal, os responsáveis pelos estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, os estudantes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Torna-se relevante salientar que esta pesquisa atende aos preceitos éticos estabelecidos em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, apresenta parecer favorável nº 5.306.152 do Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 14 estudantes, com idade em torno de 14 anos (entre 13 e 16 anos) e predomínio do gênero masculino com 11 (78,58%) indivíduos. Cabe ressaltar que as escolas que os estudantes frequentam ficam localizadas no seu município de residência, não havendo necessidade de deslocamento intermunicipal. Quanto ao residir com a família, 11 (78,57%) deles moram com os genitores, dois (14,28%) estudantes residem com a mãe e o padrasto e um (7,15%) estudante com o genitor. A seguir, apresentam-se as duas categorias temáticas elaboradas a partir dos dados produzidos nas entrevistas.

O que dizem os estudantes de escolas rurais sobre educação em saúde?

Durante este estudo, se buscou discutir aspectos da educação em saúde, entendida como um processo que ultrapassa a mera transmissão de informações biomédicas e deve envolver ativamente a comunidade. Conforme Ceccim e Ferla (2008), a educação em saúde deve ser compreendida como uma prática ampliada, dialógica e intersetorial, articulando saberes populares e científicos na construção de sujeitos críticos e autônomos. Assim, não deve estar restrita a profissionais da saúde e da educação, mas sim ser apropriada pela sociedade como um todo, promovendo o protagonismo dos indivíduos na produção do cuidado e na defesa do direito à saúde. Sob esta ótica, questionou-se sobre o

entendimento quanto às estratégias e ações de educação em saúde desenvolvidas nas três escolas do interior do RS. Nesse sentido, as falas abaixo demonstram a importância da educação em saúde na perspectiva dos discentes.

A1: “Eu acho muito importante, muito importante para nós saber, é necessário. Elas podem prevenir doenças e coisas, é passado bastante informações e explicações para se prevenir”.

A2: “Eu acho que são necessárias, é bom ter, importante colocar a saúde no meio escolar das pessoas para tentar ajudar as pessoas que não tem muito acesso por fora”.

A3: “Eu acho muito interessante porque é uma coisa que a gente nunca tinha escutado antes, nunca tinha vindo ninguém aqui pra falar sobre isso”.

Verificou-se que discentes de diferentes escolas ressaltam que a educação em saúde contribui para a ampliação do conhecimento e da percepção dos indivíduos sobre temáticas relacionadas à grande área da saúde. Ademais, os estudantes destacam para a necessidade de inclusão e discussão do tema, promovendo conhecimentos e expandindo-os na comunidade, a qual nem sempre possui acesso facilitado aos serviços de saúde ou certos saberes acerca de processos de saúde e doença. Outro aspecto incidu no ato de investir na prevenção de doenças e/ou seus agravos no espaço escolar, devido ao seu impacto positivo na saúde.

Referente às atividades de educação, constatou-se uma pluralidade de percepções sobre a temática, como apresentado a seguir:

A4: “Boa, porque eles estão fazendo com capricho, consigo entender, um pouco o que eles explicam e o que não entendo fico sem entender, às vezes pergunto, às vezes eles falam na doença e em casa pode ser aquela doença”.

A5: “Eu acho que está certo, eu, não sei. Acho que está bom assim. Eu acho que umas coisas que falam não uso para nada, nem em casa e nem

para a vida. Quem vem aqui deveria falar mais de forma detalhada, no caso. Dependendo, deveriam falar mais da minha realidade, falar das coisas de casa, da saúde e agricultura, a escola deveria sair do assunto só matérias, eu acho, chamar gente para ser diferente”.

A partir da análise dos trechos supracitados, percebe-se que para alguns indivíduos a educação em saúde se mostra relevante, considerando o cuidado e preocupação dos profissionais no desenvolvimento das atividades. Em contrapartida, os participantes enfatizam que a educação em saúde poderia abordar de forma mais efetiva aspectos do cotidiano dos estudantes, viabilizando maior pluralidade de discussões envolvendo temáticas em sala de aula. Essa abordagem contribuiria para a transversalidade dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, favorecendo a construção de novos sentidos que, conectados à realidade dos discentes, possam se traduzir em aprendizagens com aplicação prática em suas vidas. Como desafio, Silva *et al.* (2025) revelam a importância de haver a transformação da concepção de escola, pois o ensino e o cuidado com a saúde são construídos lado a lado, em prol de indivíduos mais saudáveis, críticos e engajados socialmente.

Dado o exposto, a educação em saúde é entendida como uma prática social centrada na problematização do cotidiano e na valorização da experiência das pessoas, tendo como referência a realidade na qual estão inseridas, buscando desenvolver o senso de responsabilidade pela própria saúde e pela saúde da comunidade a que pertencem (Câmara *et al.*, 2012). Nesse sentido, o desenvolvimento de intervenções na educação escolar visa preparar os estudantes para agir criticamente diante da formação sobre ações em saúde e a criação de habilidades para a tomada de decisões (Cusack, 2017).

Faz-se iminente a atuação intersetorial envolvendo parceiros que incorporem educação e saúde com vistas a promover a atenção integral à população, ação complexa, mas fundamental (Justina, 2021). Em relação aos possíveis impactos que a educação em saúde

pode trazer na vida das crianças e/ou adolescentes, o estudo de Keselman *et al.* (2015) menciona que as informações em saúde fornecem conhecimentos, senso crítico e empoderamento nas interações de adolescentes com a família e a comunidade, um contexto que permite aos estudantes engajamento nas atividades.

Diante da necessidade de tornar as ações de educação em saúde mais significativas, os estudantes foram questionados sobre quais temáticas consideram mais relevantes. Assim, foram levantadas diferentes temáticas que se inter-relacionam com o contexto pessoal e familiar no cotidiano, principalmente relacionados ao trabalho na agricultura, conforme citado a seguir:

A6: [...] “Mas sobre saúde, a água, porque a água ajuda bastante, em tudo. [...] Sobre assuntos relacionados ao fumo, quando a gente passa mal, falta orientação, aí vamos ao médico”.

A5: “Eu acho que hoje, eu sou fanático em agricultura no caso, mas sobre saúde acho que teria que ser algo da gente não ficar doente quando trabalha. Lidar no campo, eu gosto de lidar no campo, acho que deveria ser algo para não adoecer, cuidando da saúde e do trabalho também”.

É possível ressaltar que discussões envolvendo a água são trazidas como sugestões, seja pela necessidade de hidratação ou envolvendo as condições para o seu consumo sadio, englobando aspectos relacionados à contaminação, potabilidade, escassez e exacerbação. Ademais, as falas dos estudantes evidenciam o contexto da agricultura no qual estão inseridos e preocupados com o processo de saúde e adoecimento de seus familiares trabalhadores agrícolas, apontando para a necessidade de orientações sobre cuidados de saúde que visam proporcionar maior bem-estar.

Cargnin *et al.* (2016) dissertam que a saúde do trabalhador rural envolve diversos fatores que impactam diretamente na sua qualidade de vida. Desse modo, os riscos à saúde no plantio do fumo, se tornam um problema significativo, principalmente devido

à exposição prolongada ao sol e ambientes com substâncias tóxicas (Dode; Riquinho; Broch, 2018). Nesse sentido, informações sobre os perigos do fumo e a promoção de hábitos saudáveis são mais essenciais (Cargnin *et al.*, 2016).

Outra sugestão proposta pelos estudantes consiste na discussão de aspectos envolvendo gênero, sexualidade e respeito aos direitos humanos.

A7: “Um tema sobre saúde, acho que sobre gênero, não ter preconceito, só porque é homossexual não ter preconceito, porque ele é uma pessoa também”.

Neste sentido, uma parte da sociedade brasileira reconhece o papel da sexualidade dentro do ambiente escolar como tabu. César (2009) afirma que em contrapartida, nos últimos vinte anos, após o surgimento da epidemia do Vírus da imunodeficiência humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e o crescente número de gravidez precoce entre jovens em idade escolar, a sexualidade se firmou como um tema central neste debate. Vale ressaltar que qualquer decisão teórica e epistemológica carrega uma dimensão política. Desse modo, a autora escreve que quando se trata de sexualidade, é essencial refletir sobre as implicações das políticas públicas e educacionais. O trabalho com a diversidade sexual nas escolas exige, primeiramente, um entendimento dos professores, que precisam se abrir a uma nova abordagem do (des)conhecimento, reconhecendo que esse trabalho não pode ser guiado por padrões heterocisnormativos (César, 2009). Ademais, os estudantes demonstraram-se preocupados com assuntos pertinentes à sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gestação na adolescência, o que pode ser observado nos depoimentos a seguir:

A2: “Sobre saúde, prevenção, prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, porque tem muita gente nova que está começando [...] esse tipo de coisa, eu acho melhor ressaltar esse tipo. Informar mais e alertar mais, para não acontecer esse tipo de coisa”.

A partir das análises das sugestões propostas pelos estudantes, percebe-se a necessidade em discutir aspectos envolvendo a adolescência. Embora haja restrições, bem como tabus que circulam no campo social e que adentram as comunidades escolares, é importante discutir aspectos relacionados ao período de transformações físicas, emocionais e sociais que ocorrem neste ciclo vital (Bezerra; Matos, 2022).

Dentre as temáticas citadas pelos participantes estão: identidade de gênero, orientação sexual, ISTs, uso adequado e/ou inadequados de preservativos, bem como, gestações precoces. Esses temas são essenciais para promover a saúde dos adolescentes e prevenir o surgimento de patologias e suas complicações. Assim, Bezerra e Matos (2022) compreendem que esse diálogo ajuda a construir uma base de conhecimento que permite aos jovens, tomar decisões mais informadas e responsáveis, tanto em relação à sua saúde sexual quanto ao seu bem-estar geral.

Ademais, a necessidade de informações acerca da prevenção, sinais, sintomas e tratamento de patologias endêmicas foi uma sugestão proposta pelos estudantes. Conforme pode ser analisado nas falas a seguir:

A4: “Sobre Covid, pq meu avô passou muito mal e tem outras coisas mas não me lembro”.

A1: “Sobre saúde, acho que sobre as doenças que estão gerando cada vez mais, por exemplo, dengue, febre amarela. Eu acho que drogas também, e alimentação certinha e conforme minha realidade”.

Constatou-se que os jovens sentem a necessidade de aprendizados acerca de patologias que marcaram não só a vida pessoal, mas que estão presentes no seu entorno e causam impactos significativos na forma de viver e de cuidar da saúde.

Portanto, os participantes destacam aspectos relevantes da educação em saúde, os quais são vivenciados no espaço escolar, no seio familiar, cuja atividade laboral e rural se insere, e nos demais

espaços extramuros da escola. Para tanto, há necessidade de ações didáticas e linguagem acessível e assertiva para a construção de espaços dialógicos significativos, que fortaleçam a integração entre educação e saúde.

Impactos da educação em saúde desencadeados na vida dos estudantes: criticidade e ação

Ao questionar os estudantes se as atividades de educação em saúde desenvolvidas no meio escolar são capazes de gerar influências na sua saúde, pode-se verificar a oportunidade do jovem executar ações aprendidas e dialogadas no espaço escolar, de forma a modificar as suas práticas preservando a saúde:

A3: “Sim, porque vou estar preparada pra que se aconteça alguma coisa”.

A8: “Bem pouca. Acho que podem, consigo colocar em prática as coisas que eu aprendo”.

A9: “Lógico, com certeza. Eles mostram mais coisas que influenciam na saúde e coisas que podem fazer, coisas para evitar, essas coisas. As orientações eu poderia usar depois”.

Assim, enfatiza-se o papel relevante desempenhado pelos adolescentes nas ações de educação em saúde, não somente acumulando informações, mas promovendo o conhecimento com o outro na diversidade de eventos do cotidiano, emergentes na relação entre educação e saúde. Com vistas a incentivar o raciocínio crítico, de modo que o indivíduo possa identificar situações e intervir, quando necessário, o que pode ser observado na fala a seguir:

A7: “Sim, porque eu aprendo o que acontece com os outros quando não se cuidam, eu consigo saber o que consigo fazer para minha saúde ficar bem no caso. As informações que eles passam, algumas eu lembro em casa [...]. Em casa, eu chego e falo para o pai, por

exemplo da dengue, aí a gente já sai arrumando tudo para não deixar água parada”.

Ao se considerar o acúmulo de informações, o educador brasileiro Paulo Freire aborda o conceito bastante difundido sobre a educação bancária, a qual revela que o docente não é o único detentor do conhecimento e que a forma de compartilhar deste, não deve ser depositada no estudante (Freire, 1987). A partir disso, o autor propõe uma educação baseada em problemas, capaz de possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades, como pensamento crítico, raciocínio lógico e tomada de decisões (Freire, 1987; Santos *et al.*, 2025; Vale; Vicente; Silva, 2022).

Dito isso, Silva *et al.* (2018) reiteram que o estudante adolescente é um agente multiplicador de conhecimentos, considerando a promoção da saúde, para o desenvolvimento das seguintes habilidades: mudança ativa, parcerias, comunicação e liderança. Ou seja, a necessidade de manter o sentido do que se pretende socializar, de modo que o outro também esteja disposto a dialogar e, a partir disso, compreender. Para isso, a comunicação participativa desempenhada pelo estudante, instiga-o para novas construções, aprimorando sua habilidade de liderança.

Ademais, torna-se relevante destacar que o estudante, ao estar imerso em um mundo de aprendizagens, também torna-se um agente multiplicador de conhecimentos em prol do autocuidado em saúde e para além dos muros da escola, abrangendo a comunidade na qual está inserido. Isso pode ser observado nos depoimentos a seguir:

A10: “Claro, porque... não sei... quando eu vejo um galão com água parada eu tiro”.

A1: Sim, porque, tipo, podem influenciar em cuidar mais da nossa saúde. Quanto mais eles orientarem, mais a gente sabe e pode cuidar para não adoecer.

Nota-se que os efeitos das ações de educação em saúde promovem modificações nos comportamentos, reduzindo os riscos de adoecimento e de agravos não somente entre os adolescentes, mas também entre suas famílias e comunidade. Sob este viés, torna-se importante destacar que além de ser um agente multiplicador de conhecimentos, o estudante também assume um papel ativo na relação com o ecossistema no qual está inserido, agindo positivamente em favor do meio ambiente e potencializando a saúde, quando evidencia a importância de não deixar água parada para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e contribuir para estancar os casos de dengue e outras patologias transmissíveis por mosquitos. Portanto, observa-se que o estudante preocupa-se também com o coletivo, quando reporta-se a “nossa saúde”, desse modo, ao adotar práticas conscientes, o estudante contribui diretamente para a construção de uma cultura ambiental mais responsável e para a transformação positiva de seu ecossistema local (Santos *et al.*, 2024).

Santos *et al.* (2024) ressaltam que o estudante desempenha um papel ativo na relação com o ecossistema ao seu redor. Nesse sentido, ao se conscientizar das questões ambientais, ele não apenas absorve informações, mas também se torna um protagonista nas ações que visam à preservação e sustentabilidade do meio ambiente. Assim, esse protagonismo se reflete em atitudes cotidianas, como o cuidado com o consumo de recursos naturais, o incentivo a práticas de reciclagem e a promoção de comportamentos ecológicos dentro e fora do ambiente escolar.

Por fim, nesta categoria tornou-se perceptível os impactos que são desencadeados na vida dos estudantes através das práticas e ações de educação em saúde, as quais permitem uma formação integral do aluno, incentivando o seu empoderamento, além de contribuir para o autocuidado e a mudança de comportamento. Essas ações levam a melhora da qualidade de vida, o que contribui para uma sociedade mais saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na percepção dos estudantes, as ações de educação em saúde são de suma importância, evidenciando sua necessidade quando se objetiva prevenir patologias ou o agravamento de um prognóstico. Ademais, é uma forma de auxiliar no conhecimento e protagonismo do cuidado em saúde, não somente no espaço escolar, mas também na comunidade rural.

Sob essa ótica, a educação em saúde contribui para a constituição de uma consciência crítica e de uma responsabilidade ética, individual e coletiva, no que diz respeito ao cuidado de si e do outro. O estudante, compreendido como sujeito em processo formativo, passa a exercer o papel de agente multiplicador de saberes, promovendo práticas de cuidado que reverberam socialmente, em especial nos territórios onde vivem.

Nesta perspectiva, os estudantes também contribuíram com sugestões de temáticas a serem abordadas nas discussões sobre educação em saúde. Como propostas, os participantes mencionam a importância da água para a vida, drogadição, saúde do trabalhador e da trabalhadora agrícola, questões envolvendo gênero, sexualidade e métodos preventivos contra infecções sexualmente transmissíveis e gestação na adolescência. Por fim, os estudantes também ressaltaram algumas patologias endêmicas como dengue, febre amarela e Covid-19, sem deixar de lado a importância de uma alimentação saudável e a prática de atividades físicas.

Entretanto, foram identificadas algumas lacunas que podem vir a comprometer a efetividade das ações educativas. Uma delas refere-se à linguagem técnica empregada por profissionais de saúde e demais atores envolvidos nas práticas educativas, a qual, por vezes, distancia-se das especificidades culturais e das formas de compreensão presentes no contexto rural, dificultando o engajamento pleno da comunidade.

Por fim, os impactos gerados pelas ações de educação em saúde na vida dos estudantes e de suas famílias foram considerados significativos. Os participantes indicam que essas iniciativas

ampliaram o acesso a informações relevantes e contribuíram não apenas para a prevenção de agravos e doenças, mas também para a promoção ativa da saúde, com base nas vivências concretas e nos saberes locais das populações rurais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279p.

BEZERRA, Thiago de Matos; MATOS, Cintia Chagas. Impactos da gravidez na adolescência no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e39111528381-e39111528381, 2022.

CÂMARA, Ana Maria Chagas Sette *et al.* Percepção do Processo Saúde-Doença: Significados e valores da educação em saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 41 36 (1 Supl. 1): 40-50, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/Kr5X5X4qZNWYCKmdfXDbqFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARGNIN, Marcia Casaril dos Santos *et al.* Cultura do tabaco versus saúde dos fumicultores. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, p. e2940014, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002940014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/7gVkvVMypMRWYM7SMMRrjL/#:~:text=A%20fumicultura%20est%C3%A1%20associada%20a,durante%20a%20colheita%20do%20tabaco>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio. Educação em saúde: fundamentos, práticas e perspectivas. *In*: BOSI, Maria Lúcia Magalhães (Org.). Educação popular em saúde: temas e propostas. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 175–196.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em revista**, p. 37-51, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000300004>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/KJYWKvFypgHjzbMtm4MvwDv/>.
Acesso em: 29 abr. 2025.

CUSACK, Leila *et al.* A qualitative and study exploring high school students' understanding of, and attitudes towards, health information and claims. **Health Expectations**, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28475266/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DODE, Juliana; RIQUINHO, Deise Lisboa; BROCH, Daiane. **Agrotóxicos, saúde e trabalho rural: a atuação do Cerest da região Macro Sul do Rio Grande do Sul. Saúde coletiva, desenvolvimento e (in) sustentabilidades no rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 51-63, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184485/001079598.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FALKENBERG, Mirian Benites; *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, p. 847-852, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013%20%20>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kCNFQy5zkw4k6ZT9C3VntDm/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JESUS, Hernandes Machado *et al.* Revisão integrativa sobre a Atenção Básica à Saúde em áreas rurais: estratégias e desafios. **Revista de Saúde Coletiva da UEFS**, v. 14, n. 4, p. e11498-e11498, 2024. DOI: <https://doi.org/10.13102/rscdauefs.v14i4.11498>. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/11498>. Acesso em: 29 mar. 2025.

JUSTINA, Tamires Dela. **Educação em saúde e o Programa Saúde na Escola: uma revisão de escopo.** Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Residência Multiprofissional Integrada em Sistema Público de Saúde. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21942/TCCE_

RMISPS_2021_DELA_JUSTINA_TAMIREES.pdf?sequence=1&isAll
owed=y. Acesso em: 25 mar. 2025.

KESELMAN, Alla *et al.* Harnessing health information to foster disadvantaged teens' community engagement, leadership skills, and career plans: a qualitative evaluation of the Teen Health Leadership Program. **Journal of the Medical Library Association: JMLA**, v. 103, n. 2, p. 82, 2015. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4404860/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

PAPPEN, Morgana *et al.* Educação em saúde: intervenções em escolas da zona rural em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 498–513, 2025. DOI: 10.14393/REP-2025-73990. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2025-73990> Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/73990>. Acesso em: 08 abr. 2025.

SANTOS, Ana Beatriz Braz dos *et al.* **Ciência ao alcance de todos:** polinizando conhecimento. *In:* XVII Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande, 2024. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/2830/2635>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SANTOS, Antonio Nacílio Sousa dos *et al.* Paulo Freire e o currículo escolar–da prática cotidiana dos educandos à superação da “educação bancária”. **Aracê**, v. 7, n. 1, p. 3428-3455, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2989/3755>. Acesso em: 08 abr. 2025.

SILVA, Érica Lorena Batista da *et al.* Saúde na escola: como a interdisciplinaridade transforma o cuidado. *In:* SOBREIRA, Eline Nogueira Santos (Org.). **Saúde da Família:** Integrando Tecnologia, Humanização e Cuidado Integral para um Futuro mais Saudável. Editora Cognitus, 2025, p. 225. DOI: 10.71248/9786598599447-16. Disponível em: <https://editoracognitus.com.br/captulo/10065-sal-de-na-escola-como-a-interdisciplinaridade-transforma-o-ensino-e-o-cuidado>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, Kely Vanessa Leite Gomes da *et al.* Formação de adolescentes multiplicadores na perspectiva das competências da promoção da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 89-96, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/YHCD4dhDbHqhf5JFkYDc7vP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

VALE, Cassio; VICENTE, Vinícius Renan Rigolin de; SILVA, Gilmar Pereira da. Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará: Principles of banking education in the educational policy of the state of Pará. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 16, n. 34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4957>. Acesso em: 10 abr. 2025.

XU, Ying *et al.* Effect of school-based nutrition and health education for rural chinese children. **Nutrients**, v. 14, n. 19, p. 3997, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu14193997>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36235650/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

EMERGÊNCIAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: CONSTRUINDO ESPAÇOS PARA (RE)PENSAR AS ADOLESCÊNCIAS

Alíssia Gressler Dornelles¹
Cristiane Muller²

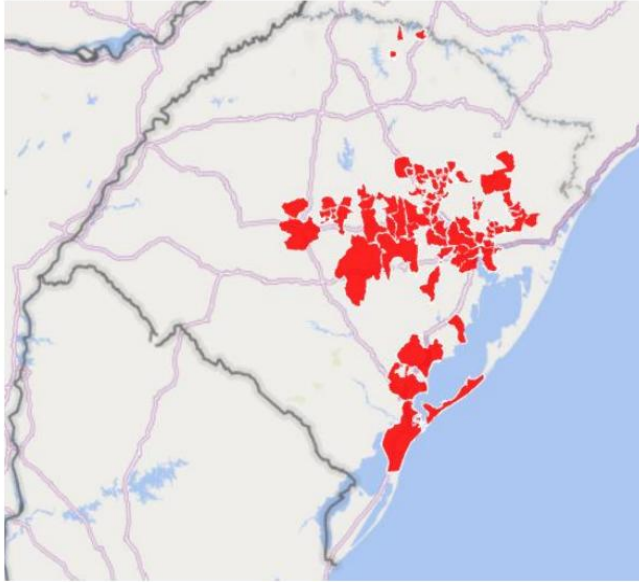
UM PONTO DE PARTIDA

“Tudo mudou de uma hora para outra...” (sic). Essa foi a constatação feita por um adolescente no momento em que trabalhávamos nas escolas com o acolhimento dos estudantes e professores, por ocasião dos impactos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, em maio de 2024. Essa situação de desastre socioambiental deixou marcas significativas de destruição em muitos municípios. Conforme o Boletim Evento Adverso nº 1, elaborado pela EMATER/RS, em 21 de maio de 2024 haviam 78 municípios gaúchos em situação de calamidade pública e 340 em estado de emergência. Na região do Vale do Rio Pardo, oito municípios decretaram estado de calamidade pública: Candelária, General Câmara, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Venâncio Aires e Vera Cruz (Rio Grande do Sul, 2024).

¹ Psicóloga. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFSM). Docente do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

² Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Figura 1 – Mapa do RS com 78 municípios em calamidade pública



Fonte/Legenda: mapa do estado do Rio Grande do Sul, retirado do Relatório da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS de 21 de maio de 2024 (Rio Grande do Sul, 2024, p. 04).

As repercussões desdobraram-se em todos os setores da sociedade, abalando a vida da população, afetando moradias, instituições, empresas, vias de acesso rodoviário, transporte público etc. Neste contexto, foi possível observar a mobilização do poder público e sociedade civil no auxílio às pessoas e territórios diretamente atingidos, tanto na situação de emergência, como nas etapas posteriores de reorganização e reconstrução dos territórios.

A Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), enquanto instituição comunitária e comprometida com o cuidado e promoção de saúde na região e atenta às demandas e necessidades locais, atuou em várias frentes de cooperação. Dentre elas, podemos citar as ações desenvolvidas através do Laboratório de Práticas Sociais (LAPS) com estagiários e professores do Curso de Psicologia, realizando ações interdisciplinares em escolas estaduais da região.

Com a inserção da prática de estágio de psicologia na 6ª Coordenadoria Regional de Educação, foi possível desenvolver propostas de apoio institucional, organizando agendas de visita a escolas localizadas nos territórios mais atingidos. As atividades realizadas suscitaram reflexões e discussões que ganharam espaço tanto nas supervisões e orientações de estágio, como nos encontros do Grupo da Pesquisa sobre Adolescências (Grupad), vinculado aos programas de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

Diante disso, quando pesquisamos sobre atuação em situações de emergências e desastres, estudos indicam que alguns grupos populacionais podem enfrentar maiores impactos, em razão das condições de vulnerabilidade a que estão expostas com maior frequência e intensidade, como é o caso de mulheres, idosos e crianças (Guimarães *et al.*, 2014; Araújo; Souza, 2023). Pessoas com deficiência também são mencionadas (Guimarães *et al.*, 2025), sublinhando a importância de se pensar nas especificidades da oferta de cuidados e atenção das políticas públicas a estes grupos.

Entretanto, encontramos poucas discussões sobre o lugar ocupado pelos/as adolescentes nestes contextos, bem como sobre os impactos sentidos por eles/as, tanto em nível individual como coletivo. Assim, diante de um evento adverso tão significativo para as pessoas e comunidades na região, questionamo-nos: quais os efeitos produzidos nos/as adolescentes? Considerando que estamos falando sobre sujeitos em desenvolvimento - incluindo aí diversos processos subjetivos e sociais relacionados ao adolescer na sociedade ocidental contemporânea (Anacleto; Fonseca, 2021) - onde eles/as se encontram e como se sentem? Como lidam com isso? Quais os papéis desempenhados por eles/as diante de um cenário de catástrofe e também nos processos de reorganização de suas vidas, seus territórios? E, por fim, quais possibilidades de cuidado com as adolescências neste contexto?

Tomando essas questões como provocações norteadoras, este capítulo tem como objetivo trazer à luz elementos teóricos e

recolhidos do campo de prática, a fim de fomentar a reflexão acerca do(s) lugar(es) para as adolescências em contextos de crise climática e desastres socioambientais, a partir da atuação da Psicologia no campo da Educação.

CAMINHOS PARA PRODUZIR ENCONTROS COM AS ADOLESCÊNCIAS

A seguir, pretendemos apresentar um recorte do trabalho desenvolvido com adolescentes escolares e professores/as, a partir das escutas e rodas de conversa realizadas em escolas públicas nos municípios do interior do Rio Grande do Sul durante a prática de estágio na 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE), órgão descentralizado da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, sediada no município de Santa Cruz do Sul. Para tanto, trazemos aqui alguns recursos metodológicos que compuseram essa trajetória, especialmente no planejamento e execução de ações que foram empreendidas a partir das demandas escolares decorrentes das enchentes.

Tais atividades ocorreram no período de maio a outubro de 2024, com escolares de 13 a 18 anos e grupos de docentes e equipes diretivas, onde estes puderam relatar suas experiências e sentimentos frente às devastações - concretas e simbólicas - oriundas das enchentes na região. O trabalho foi desenvolvido com três escolas, a partir da solicitação das próprias equipes escolares à 6ª CRE. Em dois locais, as atividades foram desenvolvidas de forma *on-line* (*Google Meet*) por conta da distância geográfica. As informações construídas nestas experiências foram sistematizadas com o uso de diário de campo e a ferramenta virtual *Mentimeter.com* e analisadas de forma narrativa.

Elegemos as rodas de conversa como principal recurso metodológico por entendermos que são espaços de construção dialógica que favorecem a produção de saberes coletivos e contextualizados, a partir da contribuição singular de cada membro integrante. Para tanto, tomamos como inspiração teórico-

metodológica as ideias de Paulo Freire sobre Educação Popular (Freire, 1983; 2001), apostando em uma proposta de trabalho que valoriza a horizontalidade das relações, a importância do diálogo como prática libertadora e a necessidade de uma educação que reconheça o sujeito como protagonista da sua história. Nestes espaços, possibilitamos a fala espontânea dos/as participantes, acolhendo-as com escuta sensível, tomando suas narrativas como expressões fundamentais de seus modos de vida.

As rodas de conversa foram realizadas em momentos distintos e sem frequência determinada previamente, nos formatos presencial e *on-line*, sendo a maioria delas destinadas ao acolhimento dos/as adolescentes, seus sentimentos e percepções acerca da situação vivenciada. Ainda, as rodas serviram como espaço para pensarmos coletivamente em estratégias de enfrentamento, formas de produzir sentidos ao acontecido, incluindo também um olhar para questões transversais à comunidade escolar de forma mais ampla (como as famílias, as relações comunitárias e territoriais, os espaços e acessos públicos etc.).

A fim de instigar a participação dos/as adolescentes, em alguns encontros utilizamos também recursos de perspectiva lúdica para tornar o momento mais descontraído e ofertar diferentes formas de expressão que não apenas a palavra falada. Podemos destacar a construção coletiva de cartazes e também a construção participativa de “nuvens de palavras”, com auxílio de uma ferramenta virtual.

Nas rodas de conversa realizadas com professores, equipes diretivas e demais funcionários/as da escola, buscamos promover um diálogo e espaço de acolhimento de seus sentimentos, a fim de escutá-los/as e dar suporte em suas ações no contexto escolar e educacional, mas também apoiá-los/as em seu papel como mediadores/as da relação entre escola, família e sociedade. Para estes momentos, priorizamos igualmente a escuta sensível e empática, a horizontalidade na construção da conversa e a valorização de seus saberes diversos, advindos da experiência.

CONSTRUÇÕES E REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

A partir das ações desenvolvidas e reflexões produzidas em encontros de orientação, supervisão de estágio e grupo de pesquisa, alguns elementos foram ganhando espaço nas discussões pela importância de sua contribuição para pensarmos criticamente sobre nosso olhar para as adolescências na contemporaneidade e, particularmente, diante de um cenário de emergência e desastre que atinge a todos. Por isso, elencamos tais ideias em dois tópicos principais, sendo o primeiro voltado a uma reflexão crítica sobre as concepções de adolescência(s) na contemporaneidade, e o segundo destinado a interpor provocações para pensarmos sobre as adolescências em contexto de crise climática e desastres socioambientais, a partir das contribuições possíveis no campo da educação.

Concepções acerca das adolescências e seus atravessamentos: uma perspectiva crítica

Sabemos que a adolescência, enquanto período de passagem da infância para a vida adulta, é uma construção moderna da sociedade ocidental (Bock, 2007). Isto significa que nem sempre este tempo foi considerado em suas especificidades em nível de desenvolvimento subjetivo, cognitivo e social.

Neste sentido, Barbosa-Silva, Pereira e Ribeiro (2021) chamam a atenção para a problemática de que as adolescências ainda são geralmente associadas exclusivamente às mudanças biológicas dos corpos, como um fenômeno social e uma passagem necessária para a vida adulta. Ainda, costumam ser associadas a um conjunto de preconceitos e estigmas do que é ser adolescente, como se existisse uma identidade única para quem vive este período. Por isso, neste escrito, buscamos refletir sobre os processos e fenômenos que perpassam as adolescências a partir de uma perspectiva crítica que nos convida a uma desnaturalização da adolescência como fase do ciclo vital, num sentido estritamente evolucionista.

Partindo de uma perspectiva biopsicossocial, o desenvolvimento humano é impactado por fatores políticos, culturais, contextuais e sociais. Esse entendimento ocorre a partir do conceito de interseccionalidade, que leva em conta que marcadores sociais como raça, gênero, classe e idade afetam diretamente o contexto de cada indivíduo, de forma integrada e com a sobreposição de cada uma. A partir dessas características, as estruturas de poder atuam e definem uma série de possibilidades (ou a ausência delas) para cada sujeito, criando um cenário de desigualdades (Collins; Bilge, 2021).

Diante dessa compreensão, podemos também realizar uma problematização do adultocentrismo, que Cavalcante (2021) caracteriza como uma forma de a sociedade não levar em consideração que as infâncias e adolescências também possuem potencialidades e atuam nas transformações sociais, num entendimento de que no futuro serão agentes de mudança, mas agora ainda não precisam ser escutadas e vistas como protagonistas. Ainda, nesta perspectiva, a adolescência tende a ser vista dentro de uma concepção limitada, dentro de um determinado espaço-tempo e sem levar em conta as diferentes realidades.

Estabelecendo outro contraponto a esta compreensão, Berni e Roso (2014) salientam a importância de atentar aos discursos e produções advindas dos/as próprios/as adolescentes, pois muitas vezes essas manifestações divergem da perspectiva apresentada nas produções científicas sobre a temática, que acabam por reproduzir conceitos, sem refletir sobre as representações que estes/as jovens experimentam em suas vivências cotidianas. Assim, desde a perspectiva da Psicologia Social Crítica, podemos conceber os/as adolescentes como agentes histórico-sociais e que, como seres humanos, constroem-se constantemente, a partir das relações que estabelecem, num processo dinâmico e dialógico entre diferentes atores e contextos.

Lopes e Bezerra (2021) também propõem uma reflexão acerca das “formas de adolecer” na contemporaneidade. Em uma análise a partir da teoria foucaultiana, os autores afirmam que os discursos

acerca da responsabilização dos próprios sujeitos trazem uma forte influência sobre as formas de compreensão dos/as adolescentes em relação às suas constituições. Vende-se a ideia da necessidade de se autorresponsabilizar pela sua trajetória, atribuindo o conhecimento e cuidado de si e dos outros como o que irá destacá-los/as (ou não) em seus percursos de vida. Seguindo na mesma compreensão, Hamann (2012) atenta para o impacto da lógica neoliberal nos processos de subjetivação, na medida em que se trata de uma forma de governabilidade responsável por realizar a “condução da conduta”, de modo a individualizar e incentivar a competição entre os sujeitos. Nessa perspectiva, tem-se a responsabilização de cada um/a por seus sucessos e fracassos, a partir da ilusão de que as oportunidades são semelhantes para todos/as, independentemente dos marcadores sociais.

Todos esses atravessamentos apontam para uma necessidade de ampliar o olhar sobre/com as adolescências. Ao mesmo tempo em que se trata de um período do ciclo vital que significa uma passagem para a vida adulta, ele precisa ser compreendido na sua amplitude e pluralidade, levando em conta os aspectos interseccionais, as relações estabelecidas, as pressões e ideais existentes sobre essa fase da vida, bem como a necessidade de entendermos os/as adolescentes como seres ativos de seus processos de construção subjetiva e social.

Crise climática, desastres socioambientais e seus efeitos para as adolescências

“Não imaginava que o estrago tinha sido tão grande” (sic), disse uma adolescente que retornou à área central da sua cidade após ter ficado isolada em sua residência por vários dias. O território geopolítico do Rio Grande do Sul, desde então, carrega as marcas espaço-temporais inscritas pelo desastre: trata-se de um “antes” e um “depois” das enchentes de maio de 2024. Mas sabemos que este fato não é isolado e muitas situações de emergência vêm sendo destravadas em decorrência dos desequilíbrios ambientais sofridos

pelo planeta. Hoje, mais do que nunca, ouvimos falar sobre as mudanças climáticas, e seus efeitos são sentidos no dia a dia: calor extenuante, chuvas intensas, períodos extremos de seca, queimadas nas florestas, lavouras perdidas, animais em extinção. Entretanto, sabemos que essa é uma realidade moldada pela ação humana ao longo de muitos anos: desmatamento, extração e exploração de recursos naturais, poluição. Trata-se de uma crise ecológica que descortina também as diferentes facetas de uma crise da modernidade.

Nancy Mangabeira Unger (2009), com base em fundamentos filosóficos, analisa a crise ecológica a partir dos padrões de relação estabelecidos pelo paradigma ideológico, teórico e político da modernidade: o antropocentrismo. A autora destaca que a gravidade da atual situação não se deve apenas à ameaça de destruição de recursos essenciais, como a água e o ar, mas também ao projeto de dominação do ser humano sobre a natureza, sustentado pela ideologia do individualismo e pela noção de uma suposta igualdade universal. Segundo Unger (2009), essa conjuntura impacta a construção das coletividades, resultando em uma tendência ao isolamento, à segregação e à despotencialização dos espaços comuns de compartilhamento da vida nos territórios, das experiências e narrativas, das subjetividades.

Partindo dessas considerações, podemos pensar que as situações de desastres socioambientais representam uma parte - significativa, mas não isolada - dos efeitos da crise ecológica e climática vivenciada nos dias atuais. A *“Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres”* da Organização das Nações Unidas (ONU), define desastre como uma interrupção grave e significativa na vida de uma comunidade, causando mortes e prejuízos materiais, econômicos e ambientais que superam sua capacidade de resposta com os próprios recursos (UNISDR, 2009). Somando-se a este entendimento, para sustentar essa discussão, optamos pela noção de “desastre socioambiental” sob uma perspectiva epistemológica crítica, conforme defendem Valencio *et al.* (2009) e Nodari, Espíndola e Lopes (2015). Os autores ressaltam a

importância de reconhecer o papel humano nos colapsos ecológicos, não apenas em nível individual, mas principalmente a partir das dinâmicas sociais, institucionais, políticas e econômicas que atravessam as complexas relações entre sociedade e natureza.

Dados trazidos pela Organização das Nações Unidas apontam que, em situações de crises e emergências climáticas, os grupos que se encontram em condições de vulnerabilidade são os que mais sofrem os impactos da tragédia, especialmente mulheres e crianças (UNITED NATIONS, 2022). Já o trabalho de Osorio-Parraguez e Espinoza (2016) aponta para os impactos sentidos por pessoas idosas, particularmente na zona rural, demonstrando também a importância de atentarmos às necessidades específicas de cada grupo populacional, cada território e cada faixa etária. Com isso, os autores destacam a importância de se levar em consideração os determinantes sociais da saúde que contribuem ou dificultam para o enfrentamento de situações críticas e emergências. Dentre eles, os marcadores de idade, gênero, condições territoriais (como acesso a serviços de saúde, educação, por exemplo) são fatores relevantes para as possibilidades de enfrentamento em desastres, bem como para a reorganização da vida da/na comunidade.

Diante de tais considerações, pensando no público-alvo deste trabalho - adolescentes escolares - podemos nos questionar: estamos lançando o devido olhar (e cuidado) para esta parcela tão importante da população? E desde que perspectiva temos compreendido e abordado as adolescências na contemporaneidade, especialmente em situações críticas e de desastres socioambientais?

O Fundo das Nações Unidas para a Infância divulgou em 2022 um relatório apontando que 40 milhões de meninas e meninos brasileiros estão expostos a mais de um risco climático ou ambiental. O número é equivalente a 60% dos jovens no país. O relatório chama a atenção para a urgência de priorizar crianças e adolescentes nos debates e políticas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas (UNICEF, 2022b). Com isso, podemos ressaltar a necessidade de ações como as apresentadas neste

trabalho, a fim de dar visibilidade às adolescências, suas necessidades e suas potencialidades.

Além da compreensão do que é ser e estar adolescente nos dias atuais, é importante considerar o contexto em que as ações com os/as adolescentes foram demandadas e desenvolvidas. Desde o início do planejamento das atividades, coube-nos a reflexão acerca das influências e efeitos que um grande evento como enchentes dessa magnitude pode desencadear no psiquismo humano.

Em situações como essa, entende-se que há diversos processos de luto que podem estar envolvidos, como a morte ou desaparecimento de pessoas próximas, as perdas materiais e simbólicas e as diversas transformações que foram se descortinando nos cenários e nas rotinas de cada sujeito. Segundo Freud (2014), o luto pode ser caracterizado como um deslocamento do investimento psíquico, que se volta ao processamento daquilo que se perdeu e que posteriormente possibilita a criação de mecanismos de reconstrução e adaptação às mudanças ocorridas. Esse processo depende de processos individuais e contextuais específicos, sendo muito importante a preservação dos rituais diante das perdas, auxiliando na produção de simbolizações (Freud, 2014). Por isso, ao propor atividades com os/as escolares, tomamos como referência bases teóricas que nos instrumentalizaram para compreender os processos de luto que ali estavam envolvidos.

A Organização Mundial da Saúde (2015) sublinha a importância dos primeiros cuidados psicológicos (PCPs) como estratégia de atenção e intervenção psicossocial em situações de crises e emergências, destinada às pessoas que foram expostas e, direta ou indiretamente, impactadas por algum evento crítico, especialmente nos primeiros dias ou meses decorridos do incidente. Os PCPs podem contribuir para prover necessidades básicas e reduzir o estresse inicial causado por eventos traumáticos de forma a facilitar o processo de retomada da organização da vida. Respeitando a dignidade, cultura e habilidades das pessoas afetadas, pode ser uma forma de auxiliar na promoção da sensação

de pertencimento, segurança e proximidade, no apoio social, físico e emocional, além de ser uma estratégia para trabalhar com indivíduos e comunidades. Para isso, é importante respeitar os processos, a disponibilidade e os limites individuais de cada um, para que a forma de apoio seja efetiva e não prejudique àqueles/as que estamos buscando auxiliar. Durante a oferta das atividades nas escolas, buscamos seguir tais pressupostos, oferecendo auxílio dentro das fronteiras do que cada participante sentisse e indicasse como possível e confortável para si, na tentativa de propiciar e fortalecer os aspectos de segurança, apoio e de capacidade de poder auxiliar outras pessoas.

Além disso, outros embasamentos teóricos importantes utilizados no desempenho das atividades, foram os documentos “Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica” (CFP, 2019) e “Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres” (CFP, 2021). Ambos os documentos orientadores enfatizam a importância do trabalho dos/as psicólogos/as sustentado em uma perspectiva social e voltado para a coletividade. No que se refere especificamente à situação de desastres, faz-se necessário atentar às reais necessidades de cada grupo/indivíduo para o determinado momento, além de ser fundamental trabalhar no fortalecimento dos laços coletivos e comunitários.

Nesse sentido, destaca-se o papel primordial da escola que, além de sua função essencial na formação de sujeitos e cidadãos através da educação, costuma ser um ponto de referência local para as famílias e comunidades. Conforme as orientações da UNICEF (2022a), a escola tem uma função de busca ativa em situações de crises e emergências, cooperando de forma significativa para a organização concreta e simbólica das pessoas e territórios. Além de contribuir com ações de prevenção de riscos de abandono e de evasão escolar de crianças e adolescentes, a escola atua no fortalecimento do trabalho intersetorial no município, com vistas a garantir o acesso dos/as estudantes e suas famílias aos serviços de

A partir da formação da nuvem de palavras, pode-se afirmar que a maioria dos escolares sentia que predominava a ansiedade e o medo. Tomando este ponto de partida, abrimos espaço para uma roda de conversa com intuito de desenvolver o que já havia sido descrito pela plataforma. Naquele momento, predominaram os relatos de sentimentos de incertezas que acabavam por gerar muita ansiedade e medo. Alguns/mas adolescentes mencionaram o quanto estavam apreensivos/as por terem suas casas e/ou de pessoas próximas novamente inundadas e a angústia que a chuva gerava neles/as. Essa preocupação estava os/as prejudicando em vários âmbitos de suas vidas, visto que a aflição permanecia em todos os momentos dos dias. Trouxeram relatos de que, inclusive, em alguns momentos, voltavam apressados às suas residências diante da ocorrência de fortes chuvas e/ou transbordamentos de rios/arroios por conta do medo de novas inundações.

Alguns/mas escolares relataram sobre as diversas perdas materiais que tiveram, sobre terem ajudado na realização de resgates de pessoas e animais e conseguirem evitar a morte de muitas pessoas, incluindo irmãos e vizinhos. Muitos/as também se envolveram em atividades comunitárias, ajudando com a distribuição de doações e a limpeza de imóveis, estando presentes na sua escola para essas atividades durante a suspensão das aulas.

Após a realização da roda de conversa acerca dos acontecimentos e das emoções suscitadas, foi realizada a atividade seguinte, convidando-os/as para pensar sobre como estavam lidando com tudo que estavam vivenciando. Tais respostas também foram lançadas na plataforma virtual, gerando uma nova nuvem de palavras.

Figura 3 – Respostas dos escolares em relação ao questionamento “O que têm feito para lidar com essas emoções?” com o uso da plataforma *mentimeter.com*



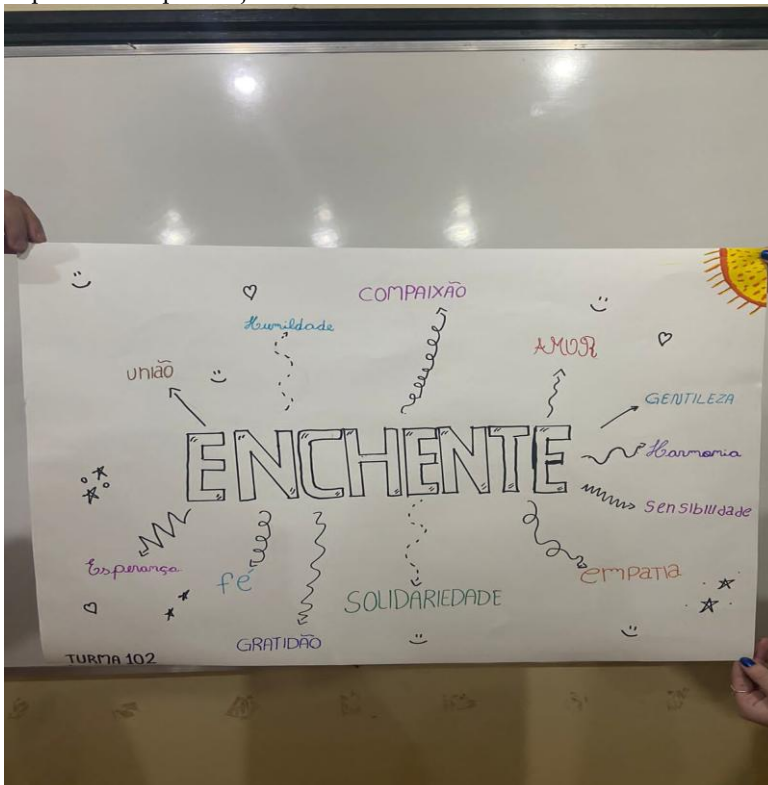
Fonte: Acervo das autoras.

Após as respostas serem finalizadas, foi novamente retomada a roda de conversa com os/as alunos/as sobre suas estratégias de enfrentamento. Muitos/as relataram estar se sentindo distraídos/as e menos produtivos/as em suas tarefas, mas referiram estar tentando “*seguir a vida*” (sic). Neste momento, frisou-se a necessidade de compreender que o momento crítico vivenciado trazia consigo uma demanda emocional muito grande e que buscar atividades para aliviar essas tensões poderia os/as ajudar a passar por esses momentos. Além disso, frisou-se a relevância de realizar movimentos coletivos, a fim de fortalecer laços afetivos e comunitários, como uma ferramenta potente para fortalecer recursos psíquicos e emocionais.

Em outro momento, com a segunda escola, também através de um encontro virtual pelo *Google Meet*, propôs-se primeiramente uma roda de conversa para dialogar sobre as experiências e vivências que perpassavam os/as escolares. Os relatos voltaram-se para a preocupação com a possibilidade de novas ocorrências de desastres e para os processos de luto que estavam vivenciando.

Diante das discussões realizadas, pediu-se para cada turma confeccionar um cartaz, com a finalidade de expor na escola, as estratégias que consideravam relevantes para enfrentar o momento repleto de ansiedade e meio que estavam vivenciando. A seguir, temos a foto do cartaz produzido por uma das turmas que participou da atividade.

Figura 4 – Cartaz confeccionado por alunos do 1º ano do Ensino Médio diante da proposta de uma construção conjunta sobre aspectos que consideravam importantes e que os ajudavam a lidar com as adversidades do momento



Fonte: Acervo das autoras.

A partir da imagem, podemos constatar que os escolares levantaram a importância de diversos aspectos coletivos como a união, sensibilidade e solidariedade. Outro dado relevante é o desenho de um sol, elemento destacado pelos/as adolescentes na obra: um contraponto às chuvas, luz, calor, claridade.

Em uma terceira escola, foram realizadas duas atividades presenciais com adolescentes. Num primeiro momento, ainda no mês de maio, foi realizada uma atividade de acolhimento com alguns/mas alunos/as e pais que conseguiram comparecer à escola. Concomitantemente, também ocorreu o acolhimento dos/as docentes e funcionários/as da escola.

Na ocasião, boa parte dos/as escolares estavam sem acesso à escola e as aulas estavam para serem retomadas poucos dias depois. Os/As que conseguiram chegar até a escola, manifestaram sentir um choque muito grande diante da constatação do cenário da cidade devastada e ainda estavam elaborando os acontecimentos, relatando muitas dúvidas em relação às condutas que deveriam tomar.

Num segundo momento, já no final de junho, com a maioria dos/as escolares já tendo retornado à escola, a direção solicitou que fosse realizada uma nova atividade com uma das turmas do 1º ano. Como recurso para essa atividade, utilizou-se uma “caixa-convite” que ficou disponível aos/às estudantes, onde poderiam ser depositadas perguntas de forma anônima para serem trabalhadas posteriormente, sendo as respostas construídas no coletivo, no momento da roda de conversa presencial.

Os questionamentos naquele momento circulavam principalmente em torno da temática de relacionamentos, como lidar com as frustrações e as possibilidades para o futuro. Observou-se uma preocupação em adquirir habilidades socioemocionais para lidar com situações cotidianas e também com os caminhos a serem percorridos futuramente, no âmbito acadêmico e/ou profissional.

Tais questões foram trabalhadas no encontro com a turma, incentivando-os a pensar conjuntamente em possíveis respostas para os questionamentos. A partir desse exercício, muitos escolares se sentiram autorizados a expressarem o que costumam fazer em situações semelhantes e/ou o que consideravam correto. Tais manifestações geraram reflexões e trocas de saberes importantes, partindo da compreensão dos sujeitos a partir de olhares, lugares e marcadores diferentes. Também houve a expressão do descontentamento com as reformas curriculares, que o obrigavam a ficarem mais tempo na escola para realizarem disciplinas das quais não haviam optado e não gostariam de estar cursando.

Com isso, podemos perceber o quão importante é valorizar o papel ativo dos/as adolescentes, que constroem infinitos saberes e

conhecimentos baseados em suas experiências pessoais e sociais e que muito podem contribuir quando viabilizamos oportunidades para que possam se expressar. Ainda, caminhando na contramão dos processos cada vez mais acentuados de auto responsabilização e individualização, as construções coletivas se mostram ferramentas muito potentes, visto que possibilitam a ampliação sobre as compreensões de mundo que outras pessoas e grupos possuem sobre o mesmo problema ou situação, possibilitando assim a abertura para novas possibilidades.

Sob a ótica dos/as docentes

Após a ocorrência das enchentes, foram realizados três encontros de acolhimento com os/as docentes, além de escutas individuais. Inicialmente, havia uma preocupação muito grande com o retorno às aulas, principalmente em relação a maneira como poderiam realizar o acolhimento dos/as estudantes e suas famílias (o que dizer, como dizer, como agir) e dos prejuízos nos processos de aprendizagem que poderiam ocorrer diante da suspensão das aulas e do impacto emocional frente ao desastre.

Ao longo de todos os trabalhos realizados, predominou também uma preocupação com todos os/as alunos/as, especialmente com aqueles/as cujas famílias foram mais fortemente afetadas pelas enchentes, fato este que motivou a busca pelas atividades de acolhimento para os/as estudantes. As inquietações também giravam em torno das instabilidades do tempo, das constantes ameaças (e concretizações) de novas enxurradas, inundações e fechamento de acessos que afetavam o deslocamento dos/as escolares e seus familiares.

Isso demonstra o quanto o papel do/a professor/a transcende a atuação pedagógica em sala de aula, reforçando a importância de sua função social não só para os/as estudantes, mas para a comunidade. Eles/as promovem a articulação entre diversas instâncias e buscam suporte para atender às diferentes demandas dos/as adolescentes e suas famílias, sejam elas de ordem

pedagógica, logística, emocional ou social, visando garantir direitos fundamentais a essas pessoas.

Ainda, houve muitos relatos de reconhecimento, apontando que, apesar de todas as dificuldades do contexto, boa parte dos/as alunos/as realizava um grande esforço para poder chegar até a escola, mesmo que isso representasse sair de casa de madrugada, horas antes do início da aula, e percorrer caminhos muito longos. A mesma situação foi relatada em relação às mobilizações para prestarem os processos seletivos de vestibular ou para cumprir outras atividades. Assim, percebe-se que essa postura empática, acolhedora e disponível dos/as professores/as foi essencial para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas naquele momento por toda a comunidade escolar, sendo eles/as considerados ponto articulador da rede de apoio necessária às famílias do território.

INSPIRAÇÕES FINAIS PARA CONTINUARMOS A ESPERANÇAR

A partir dos relatos e ações testemunhadas, pudemos observar um papel ativo dos/as adolescentes diante dos desastres socioambientais, na medida em que desempenharam funções importantes dentro dos seus espaços familiares, sociais e comunitários. Isso foi observado em diferentes momentos e também pôde ganhar visibilidade nas conversas com os/as educadores/as, que testemunharam seus movimentos de protagonismo, através do apoio entre colegas, ajuda nas questões familiares, mobilização e comunicação no ambiente escolar e também na comunidade.

Tal contexto nos leva a considerar a importância de refletirmos sobre o lugar das adolescências no contexto contemporâneo e sobre nosso papel de escuta e cuidado com suas especificidades e demandas de todas as ordens, inclusive emocionais e subjetivas. Apostar nas adolescências e caminhar com elas, em suas diferentes roupagens, contextos e formas de expressão, significa continuar acreditando e lutando por um futuro melhor, mais justo e inclusivo,

em que os diferentes sujeitos possam ser considerados protagonistas de suas existências, compartilhando experiências e saberes que podem ampliar as possibilidades e horizontes de vida e de narrativa das novas gerações. Numa perspectiva freireana, apostar na potência das adolescências e da educação significa, acima de tudo, continuarmos a esperar.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, Julia M. B.; FONSECA, Paula Fontana. De que crise se trata na adolescência contemporânea? Algumas considerações psicanalíticas e educacionais. **Educação em revista**, v. 37, p. e24157, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/9VL68Td8cpB8w4TmHVXBrwx/?format=html>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ARAÚJO, Patrícia Andrade de; SOUZA, Marcos José Nogueira de. Vulnerabilidade Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Choró-CE. **Caminhos da Geografia**, v. 24, n. 91, p. 71–85, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/62355/35610/307835>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BARBOSA-SILVA, Larissa Horácio; PEREIRA, Álvaro Itaúna Schalcher; RIBEIRO, Francisco Adelson Alves. Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/389>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BERNI, Vanessa Limana; ROSO, Adriane. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 126-136, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vQrgynH9BHggw3M5kXnHjmm/?lang=pt&format=html>. Acesso em 18 mar. 2025.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista**

Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 11, n. 1, p. 63-76, Jan./Jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. **Fronteiras**, v. 23, n. 42, p. 196-215, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15814>. Acesso em: 25 mar. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-gestao-integral-de-riscos-emergencias-e-desastres/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2014.

GUIMARÃES, Ana Beatriz Porto *et al.* Mapeamento de Vulnerabilidades em Saúde dentro de Território em Área de Risco. **Revista da JOPIC**, v. 2, n. 13, p. 38-47, 2025. Disponível em:

<https://revista.unifeso.edu.br/index.php/jopic/article/view/4629>.
Acesso em: 31 mar. 2025.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça *et al.* Construção e validação de um índice de vulnerabilidade socioambiental para a vigilância e gestão de desastres naturais no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4157-4165, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7pgYzF3fTnDMYSMmMshYdNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2025.

HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, n. 3, p. 99-133, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/12910>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LOPES, Robson Wander Costa; BEZERRA, Matheus Gonçalves. Adolescência: Sintoma e subjetivação. **EDUCAmazônia**, v. 26, n. 1, p. 118-136, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7797975>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NODARI, Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo R. S. (Orgs.). **Desastres socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo**. Brasília, DF: OPAS, 2015. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7676/9788579670947_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 jun. 2025.

OSORIO-PARRAGUEZ, Paulina; ESPINOZA, Adriana. Salud mental en desastres naturales: estrategias interventivas con adultos mayores en sectores rurales de Chile. **IUHPE – Global Health Promotion**, v. 23, n. 2, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/143203/Salud-mental-en-desasters-naturales.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024**. Associação Riograndense de

Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS: Boletim Evento Adverso, nº1, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

UNGER, Nancy Mangabeira. Crise ecológica: a deserção do espaço comum. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 03, p. 147-155, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432009000300011&script=sci_abstract. Acesso em: 20 mar. 2025.

UNICEF. **Busca ativa escolar: em crises e emergências** (2. ed.). Brasília: UNICEF, 2022a. Disponível em: https://buscaativaescolar.org.br/storage/files/shares/2022/BAE_04_crises_e_emergencias_web.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNICEF. **Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2022b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNISDR. **Terminology on Disaster Risk Reduction**. ONU: 2009. Disponível em: https://files.acquia.undp.org/public/migration/ge/GE_isdr_terminology_2009_eng.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

UNITED NATIONS. **Violence against women and girls, its causes and consequences**. General Assembly. Secretary-General, 11 July 2022. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3982849?v=pdf>. Acesso em 20 abr. 2025.

VALENCIO, Norma *et al.* (Orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

BIOGRAFANDO ALMA NA UNIVERSIDADE: IMAGENS DO MITO DA HEROÍNA NA NARRATIVA DE VIDA DE UMA ESTUDANTE

Patricia Vargas da Rosa¹
Ana Luisa Teixeira de Menezes²

A ALMA COMO PONTO DE PARTIDA DAS NARRATIVAS DE VIDA

A forma como, em linguagem, efetivamos uma compreensão do mundo e de nós mesmos, dando sentido à nossa experiência de vida como seres humanos, é a narrativa. A ação de narrar, portanto, não diz respeito apenas a descrever eventos, mas seleciona, organiza e interpreta, de forma a dar coerência e sentido ao vivido, permitindo situar-se no tempo e no espaço. A vida humana, em si, é uma narrativa, de modo que não refletimos uma realidade, mas a reconfiguramos no narrado, que não é instrumento, mas fundamenta os nossos modos de compreender o mundo e a nós mesmos (Ricoeur, 1994, 2010).

Como os estudantes dão sentido ao (com)viver compartilhado na universidade? O que a escuta sensível das narrativas dos jovens convida a refletir sobre processos de formação e transformação no ensino superior? Essas inquietações emergiram em nossa pesquisa/tese (Rosa, 2024), no Doutorado em Educação, em que buscamos compreender modos de imaginar a (com)convivência

¹ Pedagoga e licenciada em Letras. Mestre em Letras (UNISC) e Doutora em Educação (UNISC). Pedagoga no campus de Cachoeira do Sul da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Psicóloga, analista junguiana pelo IJRS e AJB, doutora em Educação (UFRGS). Docente do Departamento de Psicologia e professora dos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) e PPGPSI / UNISC. E-mail: luisa@unisc.br.

que emergem com as narrativas de vida dos estudantes de um campus de uma universidade pública federal.

Buscamos, neste capítulo, trazer um recorte desse estudo, a partir da focalização nas imagens do mito da heroína na narrativa de vida de uma das estudantes que participaram da pesquisa, Selkie (nome fictício), com 18 anos na época. A partir da análise do narrado por ela, nos questionamos: como pensar formas de cuidado na universidade? Não se trata, entretanto, de um esforço em busca de respostas às indagações, mas de uma escrita-convite à imaginação, ao questionamento, à conversa e, sobretudo, a um escutar sensível no espaço-tempo universitário.

Uma escuta sensível tem como base a compreensão através da empatia, que consiste em conseguir se ligar com o outro nas dimensões afetiva, imaginal e intelectual (de maneira integrada), não para interpretá-lo ou julgá-lo, mas acolhê-lo, para compreendê-lo e aceitá-lo incondicionalmente, como uma atitude de respeito, consideração e valorização do outro em sua legitimidade, complexidade e capacidade criadora (Barbier, 1993). Isso requer uma abordagem integrativa do escutar, ou seja, envolvendo o todo de quem escuta, não dizendo respeito apenas ao aparelho auditivo. Escutar, nesse sentido, é uma atitude ativa da imaginação que nos permite entrar no mundo do outro e no nosso de numa maneira mais profunda, é fazer alma/psique/imagem que coloca em conversa, em troca solidária e em comunhão de afetos, na relação entre alteridades que, pela linguagem, se entrelaçam.

As imagens do mito da heroína, como um modo de imaginar as (com)vivências universitárias na narrativa da estudante Selkie, emergiram como amplificações simbólicas, evidenciando a sua força geradora de sentidos para as manifestações expressivas do inconsciente coletivo e o aprofundamento do vivido no ensino superior. Com aporte teórico em estudos de Carl Gustav Jung (1987, 2015, 2016, 2000a, 2000b), James Hillman (2010a, 2010b, 2018) Joseph Campbell (1990, 2007), Penna (2004) e outros autores, consideramos que a lógica dos mitos ajuda a selecionar a trama das narrativas na psique. A partir da abordagem desses autores, compreendemos as

narrativas de vida de estudantes como biografias da alma, por apresentarem uma perspectiva de aprofundamento de suas próprias imagens. Dar à própria narrativa um sentido de mito é uma forma de encontrar sentidos mais profundos para o que é vivenciado na jornada de cada um na universidade.

Consideramos que não há uma diferença entre alma e aquilo que experimentamos pela presença do corpo (Hillman, 2010b; Jung, 2000a) — uma biografia é constituída e atualizada na relação de cada um consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Jung (2000a) afirma que a alma é condição indispensável de toda a experiência humana. As narrativas de vida são, assim, modos como escreveremos e nos inscrevemos como **“biografias da alma”**, expressão que Hillman (2010a) empresta para a compreensão do profundo de nossas histórias, que não podem ser escutadas a partir da ideia de uma externalidade ou internalidade literal da alma, mas dela como uma perspectiva de aprofundamento.

O CAMINHO PERCORRIDO

Nosso percurso em pesquisa teve como pressuposto que toda a vivência é também (com)vivência, pois vivemos juntos, em linguagem, de modo que vamos compartilhando o mundo **entre-nós** (Rosa, 2024). A partir da abordagem da Educação Biocêntrica (Cavalcante; Góis, 2015), que tem a vida como centro de todas as ações, a metodologia contemplou a realização de rodas de conversa com os estudantes, onde propusemos a modelagem em argila e a oralidade em composição, como uma forma imaginativa de narrar a si. A narrativa de vida de cada um foi expressa, assim, pela argilapalavra (Rosa, 2024). Foram desenvolvidas cinco rodas de conversa em um campus de universidade pública federal, totalizando uma participação de 27 estudantes. Neste capítulo, discutiremos sobre a narrativa de uma das participantes, Selkie (nome fictício), em sua interlocução com o mito da heroína. A escolha se deve à força simbólica do narrado, evidenciada ao longo do processo de pesquisa, que dialoga, também, com o campo

temático das adolescências na universidade — a participante, na época dos encontros, tinha 18 anos.

A amplificação simbólica, com base em Penna (2004), foi empregada como forma de compreender e analisar o que emergiu na narrativa da estudante. Essa metodologia parte do paradigma junguiano, que considera a existência das dimensões consciente e inconsciente da psique, bem como a concepção das esferas individual e coletiva do inconsciente. De acordo com esse referencial, o inconsciente se torna acessível por meio de suas manifestações simbólicas, sendo o símbolo não uma representação, mas um fenômeno apreensível e compreensível, que atua como uma espécie de ponte para o desconhecido. Assim, o símbolo é o que viabiliza o conhecimento, à medida em que os conteúdos do inconsciente e da realidade existencial, antes não conhecidos, passam a fazer parte da consciência, realizando o seu potencial transformador (Penna, 2004).

Conforme Hillman (2018), um símbolo não pode aparecer de outra forma que não contextualizado em uma imagem. Jung (2016) explica que uma imagem é simbólica quando adquire sentido para além daquilo que é literal ou manifesto, tendo um aspecto inconsciente mais amplo, uma dimensão tanto singular quanto coletiva, que não conseguimos definir ou explicar totalmente, porque estão fora do alcance da compreensão humana. De acordo com Penna (2004), é a experiência numinosa que ele provoca o que confere a um fenômeno a qualidade de símbolo, ou seja, é a energia psíquica, a força vital o que o faz significativo para a pessoa, no caso de símbolos individuais, ou para a comunidade, no caso de símbolos coletivos.

No contexto da pesquisa em que foi produzida a narrativa de Selkie, partindo da sistematização metodológica proposta por Penna (2004), a amplificação simbólica comportou quatro momentos interligados e, muitas vezes, indissociáveis entre si. Iniciamos com a apreensão dos fenômenos, durante as rodas de conversa, pela manifestação das narrativas de vida dos educandos

pela argilapalavra, recurso expressivo que favoreceu emergir rico material simbólico.

Cada estudante compartilhou os sentidos individuais que reverberaram na sua narrativa. Na roda de conversa, outro momento que seguiu foi aquele em que o grupo também compartilhou sentidos e outras imagens que cada narrativa ressoava para o coletivo. Ocorreu, ainda, a análise e compreensão do material por meio do processamento simbólico, pela pesquisadora, o que ocorreu por meio de associações, comparações e analogias entre diversas áreas do conhecimento e diferentes funções, como sentimento, pensamento, intuição e sensação. “A integração das funções da consciência promove uma produção de conhecimento de ordem intelectual, perceptiva, valorativa e intuitiva” (Penna, 2004, p. 87).

As compreensões singulares que emergiram nas argilapalavras de Selkie, bem como dos demais participantes nos encontros foram, assim, enriquecidas, ampliadas, interrogadas e aprofundadas coletivamente durante as rodas de conversa, o que também seguiu nos momentos posteriores da pesquisa, não como uma busca de significados ocultos, em que “isto representa aquilo”, mas buscando indagar ressonâncias e interconexões possíveis com e em outras imagens, símbolos e reflexões, a fim de atingir uma maior integração na consciência.

O processo partiu, portanto, de uma correlação do simbólico com as dimensões individual e coletiva. Conforme Penna (2004, p. 84), “do ponto de vista individual, o conhecimento do ser humano se dá por meio das suas manifestações subjetivas, como os sonhos, fantasias e sintomas”, enquanto, de um ponto de vista coletivo, “[...] se dá por suas manifestações coletivas, isto é, culturais, tais como na mitologia, no folclore, na arte, nos eventos históricos e sociais”, em processos dinâmicos que fluem do diálogo entre intersubjetividades. Uma imagem, portanto, pode apresentar-se tanto em sua face individual quanto coletiva, como apresentação daquilo que Jung (2000b) chama de um inconsciente coletivo. Em nosso estudo, o processamento simbólico ocorreu nessas duas perspectivas.

Algumas questões nortearam as amplificações simbólicas tanto na dimensão individual quanto coletiva: O que as imagens que se apresentam nos dizem ou dizem de nós? Como repercutem em nós? Que outras imagens se interconectam de modo sensível e inteligível, ressoando amplificações e aprofundamentos? Em que mitos encontram ressonâncias?

Cabe destacar que a amplificação simbólica se processa de modo complexo e dinâmico na relação que se dá entre a consciência, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. Amplificar simbolicamente alarga, mas não esgota as possibilidades de conhecimento a partir do material produzido, permanecendo a sua dimensão de mistério e multiplicidade de sentidos e interconexões.

ENCONTRO COM O HERÓI E A HEROÍNA NAS NARRATIVAS DE VIDA

Para Hillman (2010a), a lógica seletiva do mito é o que ajuda a selecionar a trama de nossas narrativas na psique. Há uma correspondência entre trama e a palavra grega *mythos*: “[...] onde quer que a palavra ‘trama’ apareça, a palavra grega original é *mythos*. Tramas são mitos” (Hillman, 2010a, p. 23).

Assim, os modos como criamos nossas narrativas dizem de um sentido de mito que os selecionam, pois “a maneira pela qual contamos a nós mesmos é o gênero por meio do qual os eventos se tornam experiências” (Hillman, 2010a, p. 41). Imaginamos a vida (e não somente narramos fatos), nas histórias que contamos e que somos, importando também o **como** nos historiamos.

Cada um carrega as próprias tramas em sua narrativa, escrevendo sua história tanto de forma retrospectiva, voltando aos padrões universais, quanto prospectivamente, à medida em que se individualiza como ser humano (Hillman, 2010a). Conforme Jung (1987), os mitos possibilitam o encontro com o Si-mesmo e com a universalidade de determinadas imagens que fundamentam o humano e não poderiam ser acessadas em sua totalidade pela

racionalidade. Em Campbell (1990), também encontramos uma noção de mito, como pistas da ancestralidade, narrativas das sabedorias de vida e da potência espiritual da vida humana, maneiras de imaginar a vida.

Compreendendo os mitos que nos povoam, nos conectamos tanto com o universal e profundo da nossa humanidade quanto com a nossa potência individual — uma integração entre consciente e inconsciente, que é a meta do que Jung (2016) identifica como um processo de “individuação”. Esse individuar-se, como a busca que cada um empreende por uma narrativa própria que, ao mesmo tempo, integre-o ao coletivo, ressoou em diferentes momentos como uma jornada heroica nas argilapalavras dos estudantes, durante as rodas de conversa.

Imagens do mito de herói/heroína como modos de imaginar a (com)vivência universitária emergiram em suas narrativas, sob diferentes formas, tramas e personificações, evidenciando a sua força geradora de sentidos. Conforme Campbell (2007), a aventura mitológica do herói, independente de sexo biológico ou identidade de gênero da pessoa, amplia a fórmula presente em rituais de passagem que ocorrem em diferentes culturas, marcando a alteração de uma determinada condição a outra. Assim, ele reconhece um percurso padrão, um monomito, que pode ser resumido pelas etapas de partida (ou separação), iniciação e retorno.

Embora Campbell (2007) fale em um monomito, reconhecemos que modos femininos de biografar-se podem ter tonalidades distintas em relação aos marcos da jornada do herói. Emergem, então, imagens de uma jornada da heroína, para amplificar sentidos do processo de individuação também como a busca de uma conexão com um feminino interior. É uma jornada que abarca, sobretudo, um processo de conhecimento de sua própria autenticidade e da potência geradora para realizar a sua existência (Murdock, 2022).

Ainda que Murdock (2022) escreva mais diretamente às mulheres, pensamos, entretanto, de forma ampliada — o masculino e o feminino não em relação a sexo ou identidade de

gênero, mas como forças primordiais (arquétipos) que operam dentro de cada um de nós, independentemente dessas orientações. A ideia de uma heroína interior com a qual qualquer um pode dialogar também é presente em Pearson (2023a). Estés (2018), por sua vez, apresenta o arquétipo da mulher selvagem para falar de individuação em uma perspectiva do feminino.

A jornada da heroína, descrita por Murdock (2022), apresenta alguns contrastes ou nuances em relação à jornada do herói. Há várias etapas cíclicas descritas por ela, que adverte que elas não são fixas, e que o que ela apresenta não se aplica somente às mulheres (o que precisa ser considerado, no atual contexto social, de uma maior fluidez das identificações de sexo e gênero). O que se destaca, em sua abordagem, é que a jornada da heroína inicia com a separação ou desconexão dos aspectos femininos da vida e termina com a integração dos princípios masculino e feminino.

O movimento dessa jornada é cíclico e ocorre de forma contínua, partindo de uma espécie de chamado à busca de uma identidade própria, quando se percebe que vem vivendo mais de acordo com as expectativas e padrões sociais do que com a sua natureza, e sente-se o impulso a uma vivência mais autêntica: “esse ‘chamado’ ocorre não numa idade específica, mas quando o ‘antigo eu’ já não serve mais” (Murdock, 2022, p. 25). A jornada da heroína se desenvolve para a cura da desconexão com a dimensão feminina e a integração com a masculina, em equilíbrio com a natureza — um reconhecimento e valorização tanto das necessidades dos outros, quanto das suas próprias.

A jornada da heroína (ou da deusa) é circular, o que remete a uma profunda ligação do feminino com os ciclos naturais, como, por exemplo, o menstrual, das colheitas ou das estações, por exemplo. Enquanto a jornada do herói é mais pensada em termos de busca de uma espécie de elixir da vida, tesouro secreto ou Santo Graal, a heroína, no enfrentamento das dificuldades e desafios, entre separações e reencontros com sua essência, compreende paradoxos como o de “não saber as respostas e a disposição a dar

ouvidos à nossa sabedoria interior e à sabedoria do planeta, que implora por mudanças” (Murdock, 2022, p. 31).

Na perspectiva da jornada da heroína, inclui-se também a deusa. Conforme Woolger e Woolger (2007), uma deusa é a imagem que um arquétipo feminino pode assumir em uma narrativa mitológica. Reconhecer a deusa como linguagem do feminino requer um envolvimento profundo com as forças femininas que vivem em nós e por nosso intermédio. “Temos de aprender a conhecê-las como presenças espirituais e psicológicas – o que o psicólogo Carl Jung chamou de arquétipos, que vale dizer, transformadores vivos da nossa vida e da nossa consciência” (Woolger; Woolger, 2007, p. 12). Para Pearson (2023a, p. 436), cada figura arquetípica ilustra diferentes faces da alma e “[...] contribui para a descoberta de uma dimensão humana necessária que pode ajudar a você a saber quem é e o que veio fazer”.

O arquétipo da mulher selvagem (Estés, 2018) é outra forma de compreender a energia geradora feminina na individuação. Ela chega a esse arquétipo a partir da constatação de características psíquicas em comum entre as mulheres e animais selvagens, como os lobos, “no que diz respeito à sua vivacidade e à sua labuta” (Estés, 2018, p. 16). O uso do termo selvagem, longe do sentido pejorativo de algo fora do controle, remete ao seu sentido original, de uma vida natural, de uma integridade inata da criatura.

De acordo com a autora, o arquétipo da mulher selvagem é a alma, engendrando a força dos ciclos de vida-morte-vida. Embora com tonalidades distintas em relação à jornada mitológica do herói, baseada na fórmula separação-iniciação-retorno, o processo de individuação, na dimensão do feminino, também guarda relação com o sentido de passagem de um estado a outro da relação com o outro profundo, a partir da compreensão de seus ciclos próprios. Trazemos a narrativa da pesquisadora francesa Martin (2021) com o urso, na qual foi atacada, como um desses ciclos de um tempo que traz a essência de uma iniciação, de morte/renascimento:

Quando o avisto, ele já está diante de mim, está tão surpreso quanto eu. Estamos a dois metros um do outro, não há escapatória possível, nem para ele, nem para mim...Abro os olhos, vejo-o fugindo ao longe correndo mancando, vejo o sangue na minha arma improvisada. E fico, ali, alucinada e ensanguentada, me perguntando se vou viver, mas eu vivo, estou mais lucida do que nunca, meu cérebro roda a mil por hora. Penso: se eu sair dessa, será uma outra vida (Martin, 2021, p. 96 – 97).

Assim como heróis, mulheres selvagens, deusas, heroínas, os jovens estudantes da universidade, também protagonizam suas próprias jornadas cíclicas, como foi possível amplificar em pesquisa, a partir da dimensão simbólica das suas narrativas de vida. Destas, trazemos à essa escrita um exemplo, a narrativa da estudante Selkie (nome fictício), de 18 anos, que buscamos aprofundar a partir da perspectiva individual, bem como em seu aspecto de coletividade, em suas interconexões com imagens arquetípicas expressas através dos mitos, lendas, contos populares e narrativas ancestrais.

ENCONTRAR A PELE DA ALMA: A NARRATIVA DE VIDA DE SELKIE

Trazemos a argilapalavra da estudante que recebe o nome fictício de Selkie, denominação usada pelos povos celtas para seres mitológicos que viveriam no mar, como focas, mas mudariam a pele para tornarem-se mulheres, na areia, conforme Chevalier e Gheerbrant (2023) — os mesmos autores explicam ser a foco um dos símbolos do inconsciente. Na época em que participou de uma das rodas conversa da pesquisa, ela tinha 18 anos. A narrativa dessa colaboradora, em uma sociedade pensada pelo masculino e para o masculino, dá a pensar como os percursos femininos de (trans)formação envolvem movimentos cíclicos de separação e reencontro com sua própria natureza.

Figura 1 – Modelagem em argila criada pela estudante Selkie



Fonte: arquivo pessoal (fotografia de modelagem em argila).

Foi bastante impactante escutar, da jovem, que ela já havia sentido como se estivesse morta ou enraizada, em parte de sua vida:

Uma boa parte da minha vida eu estive assim. Não exatamente morta, mas enraizada num lugar... Um dia eu acordei e eu tive que ter 18 anos. E eu tinha coisas para fazer. E eu só sabia que tinha que fazer aquilo. Eu não me sentia mais viva. Eu sentia que cada vez que eu voltava para casa sozinha, e eu me deitava, eu me enraizava um pouco naquela cama. E a faculdade, por mais que eu esteja aqui há menos de um ano, sinto que me salvou. Desde antes de eu entrar aqui, foi alguma coisa que surgiu como algo que me deu uma vontade de soltar essas raízes, de levantar da cama, e de voltar para casa (trecho de narrativa da estudante Selkie).

A vontade de desprender-se de algo, como raízes que podem, em um aspecto, ser aprisionadoras, que era sentida por Selkie, emerge como um impulso feminino à sua força interior, mais autêntica e intuitiva. Uma das histórias narradas por Estés (2018), “Pele de foca, pele de alma”, colabora para amplificar simbolicamente a narrativa de Selkie, como uma jornada de reencontro com a sua natureza e os seus ciclos. Resumidamente, o conto traz que uma mulher-foca, enquanto dançava em sua forma

mulher, junto com outras, em uma rocha próxima ao mar, teve sua pele de foca, que havia sido despida e depositada na rocha, roubada por um caçador solitário, que por ela se apaixonara e com quem acabou se casando e tendo um filho — e este, mais tarde, será quem irá ajudá-la a recuperar sua pele e atender ao chamado de sua própria autenticidade.

A imagem da pele de foca, pele de alma se conecta também com a narrativa de Martin (2021) em sua pesquisa nas montanhas de Kamtchátka, de seu encontro com o urso, no qual as fronteiras entre os mundos implodem, com toda a corporeidade presente na alteridade de seres que as fizeram metamorfosear-se nas zonas sombrias da floresta.

De acordo com Estés (2018), as imagens simbólicas de cativo ou roubo de algo significativo são comuns em processos de individuação de grande parte das pessoas, apresentando-se em momentos de rupturas, enfraquecimento do sentido de identidade, interferência ou interrupção de algo de valor vital, por exemplo. Ela analisa, a partir dessas situações, que “[...] o fato de ser roubado evolui definitivamente para uma misteriosa oportunidade de iniciação arquetípica para aqueles enveredados na situação... o que se aplica a quase todo mundo” (Estés, 2018, p. 301).

Nesse processo de iniciação, uma pessoa, quando não se encontra em consonância com seu interior profundo, pode sentir, tal qual a mulher-foca, como se tivesse tido sua pele roubada.

Muitas vezes, no começo, no primeiro semestre, foi horrível. Eu tinha muito medo de ficar sozinha de novo, porque eu sempre estive sozinha. Tanto que, no primeiro semestre, eu praticamente nem comia, porque eu tinha medo de ir almoçar sozinha. Então, na maioria dos almoços, eu ficava no banheiro, chorando. Pelo menos metade do primeiro semestre passei assim (narrativa da estudante Selkie).

Reverbera em nós, na argilapalavra de Selkie, uma imagem que se repetiu, também, em algumas outras narrativas de jovens estudantes, com sentido de um esvaziamento de quem se é, de

perda de sentido. “Quando somos jovens e a vida da nossa alma entra em colisão com os desejos e as exigências da cultura e do mundo, nós realmente nos sentimos perdidas, longe de casa” (Estés, 2018, p. 308). Como, no entanto, todos vivemos processos psíquicos de vida, morte e renascimento incessantemente, parece inevitável que haverá momentos em que estaremos mais perto e, em outros, mais distantes da imagem da mulher selvagem.

É possível, contudo, tomar consciência do caráter iniciático desses instantes de distanciamento que, em sua positividade, podem nos convidar a uma observação mais atenta aos ciclos que cada um percorre em torno de um senso de completude interior, como Selkie dá a imaginar:

E aí, eu tive que ter uma consciência por mim, de ter que fazer isso por mim, acordar todos os dias, levantar. E colocar na minha cabeça: hoje eu vou comer sozinha porque eu preciso comer, porque eu preciso fazer isso, sozinha. E eu comecei a fazer isso e parece que isso abriu muita coisa (narrativa da estudante Selkie).

Constela-se para nós, na argilapalavra de Selkie, o senso de necessidade de encontrar autenticidade em si, de precisar fazer isso, muitas vezes, sozinha, pois intui que será preciso desprender-se de qualquer opressão para poder sentir a sua energia criadora própria.

Muitas vezes, aqueles papéis que a sociedade, enquanto expressão de uma cultura (alimentada não somente por homens), atribui às mulheres (e não só a elas), parecem tornar necessário revestir-se de uma espécie de casca para conseguir se proteger ou se acomodar a determinados comportamentos esperados, como Selkie conta em sua narrativa:

Quando ela (o que foi modelado em argila) começou a rachar, eu quis deixar ela rachada, porque, para mim, quando eu olho para aquilo ali, eu vejo uma casca. Eu vejo a casca de um eu. Eu consigo me imaginar, ver a minha imagem ali, e eu consigo ver essa casca quebrando e alguma coisa saindo depois disso, que é o que a faculdade me trouxe, de certa forma (narrativa da estudante Selkie).

Assim como a mulher-foca, Selkie parece compreender que a “casca” à qual se refere não corresponde à sua pele da alma, mas a um sentido de proteção. A casca pode ser associada, ainda, como um símbolo da persona, que, na abordagem junguiana, corresponde a uma espécie de máscara utilizada pela pessoa para ajustar-se às circunstâncias e expectativas em geral (Jung, 2015). Enquanto uma casca social, a persona revela, mas também oculta, porquanto o seu oposto é a sombra, o lado obscurecido da personalidade de cada um — e que, normalmente, só enxergamos no outro.

A persona é como se fosse a casca de um eu que, de certa forma, também protege:

Tem a entrada no aquário (sala de convivência), tu és um pedaço de carne desfilando pelo campus. Isso foi uma situação totalmente desagradável, por muito tempo. E aí, o que aconteceu para mim? Eu não ando sorrindo, nunca andei, nunca gostei de andar, mas aqui, eu vi mais ainda uma necessidade de ter que ter uma cara feia, de não ser aberta. Tanto que as pessoas com quem eu comecei a conviver, começam a conversar comigo e todos falavam: eu tinha medo da tua cara, porque tu estás sempre com a cara fechada. Mas essa foi a forma que eu dei para conseguir caminhar por aqui, para conseguir estar nos lugares ou, por exemplo, entrar no aquário sozinha e sentar. É o único jeito de você ficar bem, é ter uma casca. Porque sem isso eu me sinto totalmente inferiorizada (trecho da narrativa de Selkie).

Essa máscara pode ser imaginada, ainda, como uma espécie de disfarce, que possibilita circular mais facilmente em uma cultura que tem o masculino como ponto de vista único e que, às vezes, parece hostil à presença das mulheres e da dimensão feminina, como dá a refletir Selkie:

Há aulas em que, às vezes, eu sou a única guria entre os 30. Aí chega a hora de perguntar alguma coisa, todo mundo se sente sem voz ali no meio. Eu sento na frente. Eu tento ignorar todo o resto que está atrás de mim, mas, mesmo assim, eu sinto aquela coisa, como se

muita gente me olhasse, pensando: “esse não é o teu lugar. Esse não é o lugar de uma mulher”. Não que alguém vá falar isso, mas é um sentimento. [...] E se um menino vai mal na prova, é porque a prova é difícil, se é mulher, é porque é burra... [...] eu acordo todos os dias sabendo que eu vou ter que fazer o dobro, porque sou mulher (trecho da narrativa de Selkie).

A partir da interconexão entre as narrativas trazidas por Estés (2018), Martin (2021) e a da estudante Selkie, elaboramos que o processo de encontro com a própria autenticidade parece exigir que reconheçamos tanto as cascas que vestimos para estar em conformidade com a sociedade quanto aquilo que faz parte de nossa autêntica pele (que mantemos como sombras na profundidade do inconsciente), para poder integrá-los como um **sentir-se na sua própria pele**, retornar ao seu próprio lar:

O meu lugar sou eu, hoje. Há muito tempo, eu sinto que eu não tenho um lar, mas eu aprendi a ressignificar isso em mim. Eu sou meu lar, não importa se estou aqui ou vou para outro lugar, eu vou para um lugar em que me sinta melhor, porque eu sou meu lar, e eu vou me sentir em casa quando eu me sentir bem (trecho de narrativa da estudante Selkie).

O encontro simbólico da jovem estudante Selkie com sua potência geradora de sentidos pode ser imaginada, em paralelo com o encontro da mulher com sua pele de foca, como algo que a convida a se aproximar de sua porção intuitiva e mais livre de opressões. Ninguém consegue, entretanto, permanecer somente na sua pele selvagem o tempo todo, pois vivemos em sociedade, mas se poderia restringir os roubos/perdas da autenticidade ao dar “[...] ouvidos à voz que chama de casa e voltar ao âmago do self onde o conhecimento imediato é pleno e acessível” (Estés, 2018, p. 305), ou seja, mantendo-se o mais próximo possível da pele da alma.

REFLEXÕES PARA SEGUIR CONTANDO HISTÓRIAS

Ao longo da pesquisa, a força geradora de sentidos das imagens do mito da heroína se manifestou na dimensão simbólica da narrativa de vida que trouxemos a essa escrita, apresentando-se como expressão do inconsciente coletivo no narrado. Pelo convite ao imaginar — a linguagem própria da psique —, a história reverbera imagens que nos ajudam a dar um sentido de *mythos*, de trama, à existência.

Cada um de nós faz a sua história e é feito por ela, na relação com um outro que, justamente por ser outro, nos transforma. A universidade pode ser imaginada, assim, como lugar que não é somente de um depósito de conhecimentos, numa concepção bancária de educação, como definiria Paulo Freire (2005). A academia é, também, espaço-tempo de transformação de nossas próprias histórias, de individuação, no sentido proposto por Jung (1987), como uma tarefa de busca constante e que nunca termina, pela ampliação da consciência da totalidade (Si-mesmo), no contínuo da vida.

A jornada de individuação não é uma busca individualista, pelo contrário, individuar-se diz de uma integração complexa de si, com o outro, e com/no mundo. Transformar-se é ampliar uma compreensão de si como produtor de seus próprios saberes, a partir da sua existencialidade singular e, também, plural (Passeggi; Vicentini; Souza, 2013; Josso, 2008, 2012).

Nesse sentido, os mitos possibilitam a conexão tanto com o universal e profundo da nossa humanidade, quanto com a nossa potência individual. Dar à própria narrativa um sentido de mito é uma forma de permitir que a voz da alma a conte e encontre significados mais profundos para o que é vivenciado na jornada de cada um.

A partir da análise da narrativa da estudante Selkie, compreendemos que a escuta sensível das juventudes pode se efetivar como uma estratégia de cuidado na universidade. Escutar, entretanto, é um desafio em um mundo que parece dar mais valor

ao dizer. Na universidade, sobretudo, uma instituição ainda muito atrelada, histórico e culturalmente, a práticas monológicas, parecem necessários, cada vez mais, escutadores sensíveis: para receber e compreender o valor e beleza das diferentes biografias de alma que a povoam, para pensar ações mais interculturais e integrativas, para reduzir índices de abandono e reprovação, para personificar suas práticas humanizadoras. Fazê-la uma instituição mais almada e menos desanimada, é dar ouvidos ao que a psique tem a dizer através de todas as coisas do mundo, recuperando, assim, o mundo como lugar da alma (Hillman apud Machado; Menezes, 2021).

Abrir-se à escuta sensível das narrativas de vida dos estudantes na universidade, compreendendo-as como biografias da alma, é integrar, como necessárias e inseparáveis aos conhecimentos no ensino superior, as dimensões do coração, do inconsciente, do cuidado, da presença do corpo e dos sentidos.

REFERÊNCIAS

BARBIER, René. **A escuta sensível em educação**. Cadernos da ANPED, Porto Alegre, n. 5, p. 187-216, 1993.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento/Cultrix, 2007.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAVALCANTE, Ruth; GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Educação biocêntrica: ciência, arte, mística e transformação**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

CHEVALIER; Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 38. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2023.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HILLMAN, James. **Ficções que curam**: psicoterapia e imaginação em Freud, Jung e Adler. Campinas, SP: Verus, 2010a.

HILLMAN, James. **Re-vento a psicologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.

HILLMAN, James. **Uma investigação sobre a imagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista Educação**, v. 30, n. 3, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741>. Acesso em: 18 mar. 2025.

JOSSO, Marie-Christine. O corpo biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/21805/16028>. Acesso em: 14 mar. 2025.

JUNG, Carl Gustav *et al.* **O homem e seus símbolos**. 3. ed. especial. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000a.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MACHADO, Leandro; MENEZES, Ana Luisa Teixeira de. O mandala como emergência simbólica da alma: a educação como construção de significados do si mesmo. *In*: MENEZES, Ana Luisa

Teixeira de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SOUZA, Fátima Rosane Silveira (org.). **Aprendizagens interculturais na Educação e na Psicologia**. 1. ed. Porto Alegre: CirKula, 2021. p. 337-358.

MARTIN, Nastassja. **Escute as feras**. Tradução de Camila Vargas Boldrini e Daniel Lühmann. São Paulo: Editora 34, 2021.

MURDOCK, Maureen. **A jornada da heroína**: a busca da mulher para se reconectar com o feminino. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

PASSEGGI, Maria da Conceição; VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). **Pesquisa (auto)biográfica**: narrativas de si e formação. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

PEARSON, Carol S. **O despertar da heroína interior**: a ascensão de Perséfone e outros mitos e arquétipos na jornada do herói. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2023a.

PENNA, Eloisa Marques Damasco. O paradigma junguiano no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa. **Psicologia USP**, v. 16, n. 3, p. 71-94, 2004.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994. Tomo 1.

RICOEUR, Paul. Vida: uma narrativa em busca de um narrador. *In*: RICOEUR, Paul. **Escritos e Conferências 1**: em torno da psicanálise. São Paulo: Loyola, 2010. p. 197-211.

ROSA, Patricia Vargas da. **Biografias da alma na universidade**: imagens do mito do herói/heroína nas narrativas de vida de estudantes. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3940/1/Patricia%20Vargas%20da%20Rosa.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2025.

WOOLGER, Jenifer Barker; WOOLGER Roger J. **A deusa interior**: um guia sobre os mitos femininos que moldam nossas vidas. São Paulo: Cultrix, 2007.

III. ADOLESCÊNCIAS SEUS (IM)PASSES E REDES

À DERIVA: O ABANDONO SIMBÓLICO NA TRAVESSIA ADOLESCENTE

Alexandra Araujo¹
Jerto Cardoso da Silva²

Incêndio
Durante a noite, adormecido, senti um calor ardente.
Pela manhã, contudo, o frio era congelante.
Estranhamente, não conseguia me mover.
O que aconteceu com o meu corpo?
(João, 12 anos)

ADOLESCÊNCIAS

Um dos fatores primordiais de existência é o corpo, ao menos nessa dimensão relacional que temos acesso através dos sentidos. É, por essência, fator primevo de inscrição de ser no mundo, no espaço, no tempo. O corpo compõe-se, simbólica e literalmente, das significações de quem se é. Nosso representante indivisível, inseparável, único, inerente. Somos — ao menos nesse durante que denominamos vida — corpo (Le Breton, 2012; Simas, Rufino, 2018; Araujo, 2025). Não só, mas também, um organismo complexo, “uma unidade corpórea, psíquica, social, ecológica e cultural” (Araujo, 2025, p. 36). Portanto, somos um corpo biológico reconstituído pela linguagem, que o transcende sem se desconectar e o insere na cultura e seus símbolos.

Sempre em fluxo, em metamorfoses, ao longo dessa trajetória temporal. Possui certa autonomia assombrosa, tampouco se tem

¹ Psicóloga. Mestre em Psicologia do Mestrado Profissional de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

² Professor Doutor adjunto e pesquisador do curso de Psicologia e do Mestrado Profissional de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: jerto@unisc.br.

total controle sobre seus sistemas, crescimentos, formas, demandas, desmandos, apetites, adoecimentos, entre outros aspectos de ser, de viver. No princípio, um corpo frágil, dependente de cuidados e sentidos de um outro, que proverá sua sustentação e sobrevivência. E, se tudo der certo, com a chegada da puberdade, se transforma, ganha novos contornos, novos odores, novas funções. Mas, nem só benesses, o púbere enfrenta um amplo e angustiante refazimento que pode ou o coagir ou o impulsionar em seus atravessamentos fisiológicos, simbólicos, sociais e culturais.

Ao observar os fundamentos que exprimem e demarcam, tanto temporal quanto simbolicamente, o caminho que conduz em direção à maturidade social de um indivíduo, há variantes conforme a coletividade a que se refere, e/ou na qual está inserido. Não há uma identificação geral categórica em relação à puberdade, embora existam correlatos temporais.

A atual convenção nominativa do período — entre a infância e a idade adulta — em adolescência, está estruturada e circunscrita ao período histórico e cultural vigente, mais precisamente a partir de meados do século XX. Ainda que não possamos falar de uma adolescência universal, homogênea, em generalizações globais e/ou contemporâneas, uma vez que é atravessada pela diversidade subjetiva, geográfica, social e cultural, seria mais adequado referirmo-nos em adolescências (Moraes; Weinmann, 2020).

Para analisarmos em proximidade ao fenômeno e problematizar os seus contextos, utilizaremos a definição do antropólogo Le Breton (2017), sem pretensão em estabelecer verdades absolutas, mas sim tencionar reflexões amparadas por algum contorno:

[...] um período mais ou menos longo entre a infância e a maturação social, um período de formação escolar ou profissional [...] Esse período é em primeiro lugar a resolução para o jovem da questão do sentido e do valor da sua existência [...] (Le Breton, 2017, p. 22).

Em culturas autóctones — ou ancestrais — essa transição se faz, amiúde, através de rituais específicos onde o “saber comunitário” materializado pelo do rito, se põe como delineamento simbólico estruturante. O lugar do ser pertencente ao tecido social está ancorado pelo coletivo. A eclosão da potência corporal do púbere, assim como seu estranhamento, encontra apaziguamento, significado e sentido na circunspeção comunitária (Guerra *et al.*, 2017). No entanto, essa não é nossa realidade ocidental, sul-americana, brasileira.

Estamos, desse modo, nos referindo a pessoas, seres humanos, suas subjetividades, singularidades, afetos — no intuito de vislumbrar algum traço de peculiaridades em nuances — nesse focal período de suas vidas, de modo um tanto genérico, mas não em categorias absolutas ou blocos fechados. Logo, o que podemos observar de coletivo, nesse enquanto, na atual etapa de nossa trajetória histórica e cultural?

Há alguns elementos a ressaltar numa visão mais integrada deste momento delicado e inquietante de constituição de si — um corpo sexuado, forte, potente, mas que se concebe em fases, muitas vezes díspares em relação aos indivíduos da mesma faixa etária. A edificação de uma identidade impõe-se, dura e dolorosamente, e requer um sofisticado aparato em representações simbólicas como bálsamo e eixo fundante (Le Breton, 2018). Atualmente, esse percurso ocorre encadeando-se em uma sociedade esvaziada de significantes coletivos, de ritualística simbólica, onde impera uma narrativa pautada em um “individualismo democrático”, em que “cada adolescente se torna seu próprio condutor, e decide sozinho o sentido de sua existência” (Le Breton, 2017, p. 22).

Diante da tarefa em estabelecer um marco simbólico para esse momento, entre o infantil e a vida adulta, o adolescente — em nossa sociedade — tende a ficar sem o amparo protetivo dos rituais coletivos. Ritos esses que se modificaram e se dissiparam rapidamente na liquidez dos tempos (Baumann, 2007). Isso o lança numa busca solitária por sentidos que lhe deem sustentação. As redes sociais, então, passam a ser um foco de suporte nesse movimento solitário de

alicerce de significação Com essa cena impressa no firmamento da teia social, muitas vezes, se encontra abandonado nas encruzilhadas da vida. Cada um por si, o rito é solitário, não há lugar social garantido, nem anteparo simbólico em ideais norteadores. “A família — ou a comunidade — não se encontram mais na centralidade desse processo” (Guerra *et al.*, 2017, p. 10).

Para adentrarmos nesse universo particular, faz-se necessário saber de onde observamos, do “ponto de vista do mundo adulto”, do sistema “ideológico dominante” (Becker, 2017, p. 44), daqueles que “somos responsáveis” pela apresentação, iniciação, condução e inserção desses seres à integração ao contexto social. Qual relação estamos desenvolvendo e sustentando com essa geração?

Na melhor das hipóteses, um adolescente será um adulto. Desde o nascimento, a responsabilidade pela manutenção, sustento, educação, relações, apresentação dos códigos sociais etc. esteve subordinada aos cuidados dos adultos. Um adolescente carrega todo o histórico dessas implicações relacionais que antecederam esse momento singular em sua composição. Logo, faz-se necessária a observação de como essas tramas estão sendo constituídas.

Todos nós, humanos, necessitamos de um sentimento de pertença à estrutura social coletiva à qual estamos inseridos, como algo de um vínculo basal que está ligado às possibilidades de significação de nossa existência (Mathias, 2023). Somos seres complicados; buscamos sentidos e significados em nossos percursos, em nossas vivências, em nosso estar no espaço coletivo, em nossa quota parte (Araujo, 2025).

Inicialmente, temos os cuidadores primários a realizar essa mediação e interlocução relacional com o mundo que comungamos coletivamente. Essa intercessão social vai se ampliando e refinando ao longo de nossa trajetória, assim como suas representações subjetivas. E nesse *continuum* vamos elaborando alguma autonomia — incrementando conteúdos; dilatando ou fixando horizontes; reforçando ou enfraquecendo elementos; revigorando ou camuflando imagens; prolongando ou diminuindo fases pré-determinadas; continuando ou rompendo legados etc.—

paradoxalmente e tanto objetiva quanto subjetivamente. Intitulamos “vida” a esse período datado entre o nascimento e a morte — ainda que essas definições possam ser problematizadas, daremos alguma borda a fim de possibilitar um estudo.

Falamos então de adolescências, considerando que há sentidos que se impõem de forma hegemônica sobre o adolescente. Numa sociedade pós-moderna, que influencia as relações afetivas desses jovens, subjetivando-os por uma cultura de consumo e individualismo, impondo a construção de imagens corporais e de identidades plurais, através de grupos sociais que se ampliam, na mesma medida se isolam, numa lógica de exclusão de alteridades.

Observa-se um espaço vazio entre as gerações, onde, simbolicamente, estacionam-se como em circuitos fechados de códigos, linguagens, afetos e significações. Vazio esse que outrora fora ocupado pela família, escola e comunidades, àqueles que seriam em tese os responsáveis pela “transmissão do valor simbólico da vida” (Le Breton, 2017, p.15), interpõe-se um abismo. Sozinhos, em sua busca hesitante de quem se é — de sua relevância, de seus sentidos, sentimentos e, sempre em busca de relação e integração. Encontram-se, assim, passíveis a serem cooptados pelas redes e guiados por um bombardeio de algoritmos que seguem as lógicas do mercado de consumo instantâneo (Soares; Takadam; Maestri, 2023; Caniato e Nascimento, 2020). As redes sociais surgem como o principal “espaço de afirmação subjetiva” (Dias *et al.*, 2019, p. 4).

As famílias e a escola, por sua vez, do mesmo modo, foram aliciadas, também estão em desamparo. Sem balizas coletivas, são instituições absorvidas pela mesma estrutura sociocultural. Entretanto, como células isoladas em si mesmas, na vã tentativa de fazer o “certo” e o “correto”, anteparam-se em jargões externos, repetindo padrões que já não cabem, ou em narrativas ocas — introjetadas pelas práticas das mesmas lógicas de mercado. Assim, pagamos o tributo desse projeto civilizatório (Soares; Takadam; Maestri, 2023), em esvaziamentos e fragilização dos vínculos afetivos, ausências de diálogos, pouca reflexão crítica e em busca da culpabilização de um outro — seja lá quem for.

Posto isso, salientamos que o progresso tecnológico não garante, nem está atrelado ao progresso humanitário. Segundo Castro (2020), as redes sociais promovem a generalização do valor mercantil, favorecendo a desinformação e a disseminação de discursos que reforçam valores hegemônicos. Portanto, a adolescência abandonada nas redes sociais pode estar sendo subjetivada e marcada pela intolerância, radicalismo, misoginia, feminicídio, homofobia, preconceitos inúmeros, como postula Quadrado e Ferreira (2020), influenciados pelos algoritmos de seleção de dados. Ressaltamos, então, que nessa triagem há interesses de grandes corporações em manter consumidores de informação e de produtos superfaturados e sem crítica a conceitos, destituídos de uma reflexão ética e humanitária. A *tecno lógica* é mercadológica manipulada pelas grandes organizações.

Isso produz uma ampla sintomatização social, viralizando e banalizando a violência contra o outro e contra si. Muitas vezes, personificada em ferocidades múltiplas, calcada na intolerância em negociar a partir do encontro com o outro em alteridade — o que poderia possibilitar crescimento e amadurecimento, se mediado pelo outro — aparece como fenômeno associado e consonante à edificação mercadológica, assim como as soluções simplistas marcadas por um individualismo alienante. Temos um “problema”: vendemos “o pensamento acrítico”, literalmente.

Não queremos apontar culpados isolados ou únicos, e sim observar o fenômeno e ampliar o debate, problematizar os lugares que estamos ocupando como responsáveis pela humanização do outro ou a sua desumanização, mas pensar na lógica que reproduzimos compulsoriamente. A fim de, quiçá, repensar-nos e nos deslocarmos. Afinal, que adultos nos tornamos?

ABANDONO SIMBÓLICO E AFETIVO NA ADOLESCÊNCIA

Sabemos que bebês que são abandonados simbolicamente e afetivamente na infância podem morrer, pois o desamparo — não somente físico, mas também psíquico e emocional — pode levar ao

óbito. Segundo Passos, Neves e Menezes (2018), nascemos desamparados e essa é uma condição fundamental que ameaça a existência do sujeito na civilização, apoiada na ideia de impotência do psiquismo: ele não se gera sozinho. O enfrentamento do desamparo é essencial e constitutivo, podendo ser mediado por um suporte fértil, imaginativo, criativo, singular, ou mesmo pernicioso, danoso, nefasto, funesto.

Na adolescência, o desamparo é intensificado pela puberdade, exigências sociais e culturais, que trazem mudanças que atravessam diferentes camadas da existência, tanto em extensão como em profundidade; tanto corpóreas como psíquicas e emocionais; todas em valências fundantes e significativas na vida do adolescente, que nesse período, busca referências e suporte para lidar com a angústia e o desamparo constitutivo (Alberti, 2009; Lesourd, 2004). Assim, o abandono afetivo pode trazer consequências graves para sua composição enquanto indivíduo, incluindo o aumento do risco de aniquilamentos subjetivos e objetivos, de si e de outros. Ainda, pode comprometer o desenvolvimento integrado do adolescente, causando dificuldades no estabelecimento de conexões, relacionamentos interpessoais bem como questões tormentosas de autoestima (Cardin; Guimarães; Cazelatto 2019; Moucherek; Araujo, 2022). Portanto, sem conexões significativas ofertadas pela família ou pela sociedade, ele fica à deriva. Repensarmos nossas relações afetivas na atualidade é uma tarefa crucial e intransferível.

Os impactos na formação da subjetividade que tal cenário de indolência prefigura, podem desencadear os mais diversos e profundos sofrimentos, como transtornos emocionais em derivações penosas, o não encontrar seu espaço na coletividade, dificuldades de relacionamentos, entre tantos e tantos outros desassossegos, inquietações, agonias, tensões, angústias das mais diversas ordens que os podem afligir. Isso ocorre porque a ausência de amparo social próximo pode levá-lo a buscar sustentação em outros lugares, e não encontrando, instala-se o sentimento de abandono, fragilizando seu corpo simbólico e deixando seu corpo

biológico carente de significação. Tal processo dificulta a construção da identidade, especialmente diante da perda do suporte simbólico dos pais e pessoas próximas (Dias *et al.*, 2019).

A mortificação real ou simbólica na adolescência é um tema complexo que, quando persistente, provoca vulnerabilidade na constituição subjetiva do jovem. Sem amparo social, o distanciamento emocional pode desprotegê-lo e paralisá-lo diante do processo de amadurecimento, dificultando a reconstrução de seus sentimentos, pensamentos e vínculos, o que pode levá-lo a comportamentos autodestrutivos. A elaboração simbólica é fundamental para a construção da identidade, autonomia emocional, criticidade cognitiva e produção de novos sentidos, especialmente em um momento marcado por paradoxos, rompimentos e investimentos em projetos de vida (Maluf, 2019).

Nesse contexto, o papel dos outros significativos — pais, amigos, familiares, escola — é crucial e estruturante para o adolescente. Eles podem tanto favorecer a construção de vínculos afetivos seguros quanto contribuir para o distanciamento. A experiência da pandemia evidenciou como o distanciamento social e afetivo pode afetar os jovens em múltiplas camadas, provocando sintomas de depressão e insulamento emocional. A atenção e o suporte desses agentes sociais são essenciais para evitar que o adolescente se sinta mais desamparado e para possibilitar que encontre suporte emocional efetivo (Moreira *et al.*, 2022).

BRASIL, BRASILIDADES E ADOLESCÊNCIA

Assinalamos um período em que as primeiras inserções voltadas ao burilamento de valores coletivos — de enraizamento e incremento da imagem, identidade e autonomia — despontam no indivíduo. Tais integrações são balizadas pelas atuais matrizes componentes dos ajustes e normas da atual sociedade, concentrando-se, neste momento, na forma que se figura a organização coletiva brasileira.

Segundo o historiador Luiz Antonio Simas (2013), o Brasil é um projeto de colonização e destruição que deu certo. Um projeto de morte, aniquilador de corpos, de espoliação, de normatização, de domesticação. Produtor incessante, de desencanto, de apagamento e silenciamento de saberes, de tecnologias e formas de vivências que não operem segundo as estabelecidas pela ordem de dominação. Inclusive no que concerne à afirmação da própria historicidade. Afinal, somos passado, presente e passado (Bispo dos Santos, 2023). Árvore que pretende copa larga precisa de raízes profundas bem fincadas e assentadas no solo.

Se buscarmos contornar a borda de extensão “adolescência” em brasilidades, urge observar mais um fenômeno apontado pelo autor citado no parágrafo anterior — sem romantizar a precarização e o horror que o fator colonial nos impôs enquanto herdeiros e marcados por essa trajetória. Aqui, em nosso território, também encontramos, no meio desse esquema, práticas que se constituem e se constroem em alternativas de vida e beleza como afirmação de ser no mundo, de encantamento, de ancoragem no sagrado como centro que aponta uma direção (Eliade, 2018). Poéticas, religiosidades, música e formas de vida que existem e resistem. Manifestando-se como dobra da morte e do aniquilamento. Permanecendo no encantamento da vida, onde o encantado é aquele que se transforma sem deixar de ser quem é.

Não buscamos a lógica de superação de uma estrutura que propõe a transformação do ser e da vida, em engrenagem, em utilitarismos, mas na sustentação do contraditório inerente, de singularidades e contornos próprios, em pertenças e reconhecimentos ancestrais. E isso se faz, também, através das afirmações e alicerces de memórias. Em apoio ao novo — adolescente — em cruzamento com o antigo — as gerações anteriores —, na aproximação e intercessão, espaço onde o sinal da cruz possa emergir como adição e ampliação de caminhos — não somente como símbolo de opressão, tortura e colonização. Pois, afinal, quem “em sã consciência” se projetaria simbolicamente enquanto engrenagem desse sistema?

Premente afirmar a dimensão de encantamento enquanto prática de vida, de resistência e existência, tanto simbólica como objetivamente. Não é algo que se faz por volição, mas numa esfera que transborda o lugar do querer. De corpo que contraria a “demanda produtora de escassez” (Rufino, 2019, p.16), de experiências cotidianas de jogo, de sobrevivência subjetiva, não em apaziguamento do conflito, mas em sua sustentação presente. Numa proposta de relação afetiva, entre e intergeracionais, que se permitam contaminações, confrontos, trocas, arranjos e acordos possíveis. Pois, como diria Bispo dos Santos (2023, p.36) “[...] Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende”. Que nos permitamos afetar!

Diante do exposto, evidenciamos que a adolescência — enquanto etapa singular da existência humana — tem sido atravessada por um profundo vazio simbólico, que se expressa tanto na ausência de rituais de passagem quanto na fragilidade das instâncias tradicionalmente mediadoras — como família, escola e comunidade. A falta de ancoragem coletiva e afetiva acentua o desamparo estrutural do adolescente, que, em meio a transformações sociais, biológicas e psíquicas intensas, busca sustentação em uma sociedade cada vez mais orientada por lógicas individualistas e mercadológicas. Tal cenário favorece uma precarização das experiências subjetivas, intensificando sintomas de sofrimento psíquico e dificultando a constituição de vínculos significativos e os processos identitários.

Nesse contexto, é contundente repensar os modos de relação que temos estabelecido com os adolescentes. A responsabilidade do mundo adulto, em sua função simbólica e afetiva, não pode ser negligenciada ou delegada à aleatoriedade dos algoritmos e suas redes sociais. É preciso (re)construir espaços de escuta, afeto e presença, capazes de operar como contraponto ao abandono simbólico e emocional vigente.

Essa reconstrução exige não apenas a retomada de vínculos intergeracionais, mas também a valorização de saberes ancestrais,

práticas culturais de resistência. Exige, ainda, a afirmação de modos de vida que contemplem as ciclicidades inerentes à própria natureza da existência. Que possamos abrir brechas para possibilidades de encantamento enquanto firmeza, tenacidade, assombro e beleza — na prática cotidiana, da teimosia em perseverar quando se atravessa a escuridão — como princípio vital de ânimo, de vigor — como flor que brota em meio ao asfalto. Para tanto necessitamos uns dos outros: corpo a corpo, voz a voz. É mais fácil arrancar um único fio de cabelo do que romper uma trança enlaçada pela força do cuidado. Assim, teremos mais alicerces para sustentar a travessia adolescente em direção à vida e à criação de novos sentidos existenciais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sônia. **O adolescente e seu pathos**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ARAUJO, Alexandra. **Refazendo fios da existência**: estudo reflexivo sobre a escuta profissional frente ao desencanto com a vida. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/3998>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ARAUJO, Raquel Figueira de Sousa; MOUCHEREK, Michelle Correa. **Abandono afetivo na infância e os danos psicológicos**: Uma revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 15, e274111536934, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.36934>

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/ Psieagrama, 2023.

CASTRO, João. **A Influência das Redes Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

CANIATO, Angela Maria Pires; NASCIMENTO, Mérly Luane Vargas do. **Adolescência e pós-modernidade**: Considerações acerca dos processos de subjetivação no mundo atual. Revista Científica do UniRios, v. 2020.2, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/116> . Acesso em: 23 jun. 2025.

CARDIN, Valéria Silva Galdin.; GUIMARÃES, Nádía Carolina Brencis; CAZELATTO, Caio Eduardo Costa. **Das implicações do abandono afetivo nas relações familiares**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, v. 1, n. 40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.76803>

DIAS, Vanina Costa *et al.* **Adolescentes na Rede: Riscos ou Ritos de Passagem?** Psicologia; Ciência e Profissão, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003179048>

ELIADE, Mircea, 1907-1986. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

GUERRA, Andréa Maris Campos et al. **Prefácio** *In*: LE BRETON, David. Uma breve história da adolescência. David Le Breton. Tradução de Andréa Maris Campos Guerra et al, Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. David Le Breton; tradução: Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LE BRETON, David. **Uma breve história da adolescência**. David Le Breton. Tradução de Andréa Maris Campos Guerra et al, Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017.

LE BRETON, David. **Desaparecer de si**: uma tentação contemporânea. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LESOURD, Hélène. **A adolescência: uma crise da cultura?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MALUF, Maria Regina. **Elaboração simbólica e desenvolvimento infantil**: desafios contemporâneos. São Paulo: Editora XYZ, 2019.

MATHIAS, Dionei. (2023). **Pertencimento**: discussão teórica. Alea: Estudos Neolatinos. 25. DOI: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202325110>.

MORAES, Bruna Rabello de; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Notas sobre a história da adolescência**: transformações e repetições. Estilos da Clínica, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 2, p. 280–296, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p280-296>.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira de, *et al.* **Trajetórias adolescentes e infração**: José, entre a morte e a aposta. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003231908>.

PASSOS, Carina Freitas; NEVES, Anamaria Silva; MENEZES, Lucianne Sant'Anna. **Prolegômenos do desamparo na psicanálise**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 21, n. 3, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n3p525.7>

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. **Ódio e intolerância nas redes sociais digitais**. Revista Katálysis, v. 23, n. 03, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419>.

RUFINO, Luíz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio. **Pedrinhas Miudinhas**: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2013.

SIMAS, Luiz Antonio. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas/ Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SOARES, Beatriz Sanches; TACADAM, Heloisa Kerkhoff; MAESTRI, Marcos. **As relações afetivas dos adolescentes na pós-modernidade na perspectiva da psicologia sócio-histórica**. *Foco*, v. 14, n. 2, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3076>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ADOLESCÊNCIA E REDES SOCIAIS: HORIZONTE E ABISMO

Maria Cristiane Nali¹

*“Socorro, não estou sentindo nada
Nem medo, nem calor, nem fogo
Não vai dar mais pra chorar
Nem pra rir (...)
Socorro, alguém me dê um coração
Que esse já não bate nem apanha
Por favor! Uma emoção pequena, qualquer coisa
Qualquer coisa que se sinta
Tem tantos sentimentos, deve ter algum que sirva
Qualquer coisa que se sinta (...)
Socorro, alguma rua que me dê sentido
Em qualquer cruzamento
Acostamento, encruzilhada...”
(Arnaldo Antunes, 2007)*

INICIAÇÃO AO TEMA

Inúmeras ofertas para um público ávido por consumir. Tal público é o público adolescente que, em meio ao seu processo constitutivo, demanda um (re)conhecimento de seu estado, ou seja, não mais criança, ainda não adulto, evidenciando uma fragilidade identificatória², que faz com que tais ofertas ganhem importância e sustentação de um desejo: reconhecimento de si. As ofertas são de diferentes ordens³, para uma inserção e adequação a padrões estabelecidos numa sociedade com características capitalista e

¹ Psicóloga. Psicanalista, supervisora clínica e institucional, e professora universitária. Mestre em psicologia clínica – PUC/SP. E-mail: cristianenali@gmail.com.

² Para a psicanálise a fragilidade identificatória é uma das características da adolescência, conferindo uma importância no processo de constituição do sujeito.

³ Ofertas de bens, serviços e experiências com consumo excessivo e impulsivo.

neoliberal. O que será destacado aqui é a oferta no âmbito virtual, uma vez que dados revelam o aumento de consumo nas redes sociais. Quanto ao “ávido por consumir” vale destacar que a adolescência e suas demandas se revelam numa busca, às vezes desenfreada, para um viver que seja reconhecido e inserido no meio social. Nesse sentido, pensando especialmente na adolescência, uma indagação se impõe: Como se dá a possibilidade de reconhecimento de um sujeito em seu processo de subjetivação em meio a tantas ofertas? O que se observa constantemente, tanto na clínica quanto em supervisão clínica e institucional, é o reconhecimento das chamadas “atuações”, que se fazem muito presentes na adolescência da atualidade. Teria sido sempre assim?

A HISTÓRIA DA ADOLESCÊNCIA

No final dos anos 90, César (1998) chama a atenção:

A ciência da adolescência vem construindo e reafirmando a ideia de “crise”, que já estava presente no momento fundador da caracterização dessa “fase” da vida e que, ainda hoje, povoa os textos sobre adolescência: os adolescentes estão em crise, a adolescência é uma fase de crise”. Já desde as primeiras investigações científicas, a adolescência foi estabelecida como uma fase de “ajustes” necessários em relação aos parâmetros de maturidade, e essas difíceis acomodações foram interpretadas como responsável por “tempestades” e “tormentas”, pelos quais os adolescentes passariam inevitavelmente (p. 4-5).

Nesse estudo, a autora recupera a ideia de que a adolescência é uma construção social, ou seja, o modo *como compreendemos* a adolescência será a forma como ela será definida e vivida. Historicamente, em cada época, em cada contexto, a adolescência apresenta suas peculiaridades, o que traz diferentes possibilidades, inclusive variando de sociedade para sociedade no decorrer do tempo. Diante disso, considera-se aqui que a adolescência sofreu mutações ao longo da história, fazendo marcas e registros próprios de cada época,

reverberando no universo adulto. O que em muitos casos produz inquietações e dúvidas, ainda hoje, sendo comum encontrarmos adultos indagando em como lidar com a chamada adolescência.

É fato que, neste primeiro quarto do século XXI, temos um importante desafio frente à adolescência: seus diversos e diferentes sintomas têm recaído sobre o como (ou não) se relacionam, sobretudo pela via que mais facilmente acessam: a virtualidade, justamente o que vem (re)definindo a maneira como nos comunicamos e interagimos.

REDES SOCIAIS

O mundo digital, com sua borda infinita, já revelou um horizonte com possibilidades de um “novo mundo”, acessível a um simples e mero deslizar de dedos na tela de um pequeno aparelho, porém há também um abismo que se anuncia quando seu uso se torna exacerbado!

Para muitos pais e mães, em sua tentativa de educar e formar seus filhos, movidos por seu narcisismo e desejo, os protegem de modo a construir a ilusão de uma educação perfeita; nesse sentido, sabendo que as ruas não estão seguras, tentam garantir que seus filhos e filhas se mantenham em casa com o objeto (celular, computador etc) que lhes é acessível, sem estarem “fora do mundo”. Curioso, pois, ainda assim, podem estar!

Hoje já sabemos que as redes sociais virtuais não são seguras, assim como as ruas. O potencial destrutivo das redes sociais pode provocar na pessoa, em uma condição de vulnerabilidade psíquica, inúmeros prejuízos já anunciados por diferentes meios de comunicação; apenas para ilustrar aqui algumas “chamadas”: “Sem qualquer limite de responsáveis, 56% de crianças e adolescentes brasileiros usam internet, aponta pesquisa”⁴. Numa

⁴ Andi-Comunicação e Direitos. Veículo: O Globo – RJ, 03/05/2023. Disponível em: https://andi.org.br/infancia_midia/sem-qualquer-limite-de-responsaveis-56-de-criancas-e-adolescentes-brasileiros-usam-internet-aponta-pesquisa/. Acesso em 08 jun. 2025.

outra chamada, no mesmo ano, encontra-se: “No Brasil, 93% de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos usam a internet, apontam pesquisas”⁵. Vale destacar que as condições socioeconômicas das famílias brasileiras nem sempre permitem o acesso a um aparelho ou mesmo a uma internet; mas tal aumento de uso de internet é revelador de um acesso – muitas vezes – irrestrito no que diz respeito a um controle dos adultos, ainda que tenham o dispositivo de segurança (por vezes, burlado) ou ainda a restrição promovida pelo Brasil (2025), através da Lei 15.100/2025, sobre o uso de celulares nas escolas.⁶

O que há de tão sedutor nas redes sociais? Podemos considerar que, na adolescência, há uma demanda importante de reconhecimento do outro e, com isso um esforço do sujeito para obter um lugar que, muitas vezes, se dá pela via das *selfies*. A busca de uma “validação” a partir da própria imagem, realça que, o importante é ser visto, ser popular e performar, buscando garantir o reconhecimento. Mas ao mesmo tempo, ao se apresentar virtualmente numa janela ou vitrine, permite que um outro seja acessado, algo que muitas vezes, não é possível numa condição presencial.

Nesse sentido, constatamos que atualmente já se reconhece que a virtualidade é o novo campo de subjetivação de crianças e adolescentes, implicando novas formas de laço social e de interação. Certamente tal transformação não é sem consequências, sobretudo, conforme mencionado acima, há um narcisismo parental⁷ que idealiza um modo de “estar no mundo” que não será correspondido. O que acaba, por vezes, ocorrendo é que faz um

⁵ Conforme apresenta Martins (2023). Agência de Notícias CNJ, Brasília, 5/5/2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/no-brasil-93-de-criancas-e-adolescentes-entre-9-e-17-anos-de-idade-usam-a-internet-apontam-pesquisas/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

⁶ Destacada no Portal do Ministério da Educação (2025). BRASIL. Lei nº15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre o uso dos celulares nas escolas. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935>. Acesso em: 08 jun. 2025.

⁷ Em psicanálise considera-se que há um investimento narcísico dos pais em suas(eus) filhas(os), correspondente às suas expectativas em relação às mesmas(os).

certo “barulho”, quando para muitos pais e mães, movidos por suas próprias preocupações ou por serem advertidos por profissionais da educação, da saúde, da assistência social entre outros, se deparam com os desafios da adolescência contemporânea, mas não são indagados sobre seu próprio narcisismo que pode estar ferido.

Vale considerar que as redes sociais possibilitam um lugar de fala, de reconhecimento, de compartilhamentos, de denúncias; porém constatamos cada vez mais que também é um espaço de um coletivo sádico, revelador de práticas antes escondidas, de violência psicológica, por vezes, irreparável. A opinião do público que ali navega é implacável, provocando autocensura e insegurança na(o) jovem vulnerável psiquicamente, dado seu momento constitutivo e suas vivências parentais e sociais.

Trata-se, portanto, de um espaço em que a(o) adolescente busca identificar-se, sobretudo para pertencer a um meio que o valorize, porém, tal tentativa pode ser desastrosa. Os efeitos disso, estamos recolhendo na clínica, por exemplo, quando nos chegam adolescentes apresentando sintomas, não somente a partir de conflitos próprios de seu momento de fragilidades, mas especialmente sintomas de nosso tempo, quais sejam: excesso de diagnósticos psicopatológicos, tentativas de suicídio, violências em suas mais diversas ordens e isolamento. Enquanto sintomas, já se reconhece um profundo sofrimento, revelador de um desamparo intenso e não reconhecido por seus pares e, por vezes, nem por seus pais, mães, familiares.

Sujeito ou Objeto: sobre ser, adoecer ou perecer

Estudos na área da saúde vem revelando dados alarmantes sobre o aumento de transtornos mentais na infância e adolescência, o mais recente foi publicado na JAMA, trata-se do trabalho de Kieling *et al.* (2024), que consideram que houve um agravamento de transtornos mentais em decorrência do isolamento durante a pandemia de Covid-19. A crescente produção de diagnósticos nas últimas décadas, conforme indicado por Pinheiro (2013), atende a uma demanda da sociedade caracterizada pela urgência e

produtividade dirigida também às crianças e adolescentes. Tal demanda é expressada, muitas vezes, através de uma negação de adultas(os) frente às suas responsabilidades com os jovens. No caso da pandemia toda a sociedade sofreu os efeitos dela, algo inimaginável e que as pessoas adultas também precisaram se haver com o desconhecido.

Considera-se a importância em contextualizarmos sócio-histórica e epidemiologicamente a situação, pois justamente o *contexto*, no caso uma pandemia, pode estar revelando os sentimentos, emoções e conseqüente sofrimento, que tal situação provoca; porém a interpretação através do discurso médico, por vezes, é de psicopatologizar. Sabe-se que a fronteira entre o normal e o patológico é muito tênue e, portanto, perigosa quando se trata de definir um sujeito por um diagnóstico. O risco está estabelecido, como já anunciava Foucault (1976/2010), no aspecto central da biopolítica, sendo uma forma de exercício do poder que se estabelece sobre a vida, sobre a sociedade, controlando-a e conseqüentemente favorecendo uns e não outros, sendo característico da desigualdade. Diante disso, constata-se o aumento da vulnerabilidade social, assim como a desigualdade socioeconômica e cultural.

Em práticas institucionais⁸ que atendem famílias em vulnerabilidade e com violação de direitos, constata-se que há um aumento expressivo de diagnósticos psiquiátricos em crianças e adolescentes. Em muitos casos, os responsáveis os retiram da escola, trazendo uma narrativa em torno da compreensão de um(a) adolescente que “não quer mais estudar” ou coloca a(o) adolescente numa condição de impossibilidades: “ela(e) não consegue aprender”. Tal aspecto demarca um exercício de poder, seja pelo discurso médico (presente nas avaliações rápidas e por vezes, descontextualizadas da realidade da pessoa), seja pelo

⁸ A autora do presente texto supervisiona equipes de SESF (Serviço Especializado de Proteção Social à Família composto por profissionais da psicologia, serviço social e educação social, da Média Complexidade), que busca promover a Garantia de Direitos de Crianças, Adolescentes e suas famílias.

discurso pedagógico (em alguns casos, presente nas avaliações limitantes do processo de ensino-aprendizagem) ampliando a distância de classe social, uma vez que muitas(os) jovens não conseguem mais avançar nos processos de aprendizagem, embora sigam nos anos escolares.

REDES E LAÇO SOCIAL

Dias (2019) faz considerações sobre a adolescência e “seus ritos e riscos”, indicando a linha tênue e sensível no processo de afirmação subjetiva no qual o sujeito está vivenciando nesse momento de sua vida, com um atravessamento importante: as redes sociais e seus riscos. Nesse sentido também é preciso considerar a qualidade desse laço social, em especial quando consideramos a leitura de Bauman (2004) referindo-se às relações humanas da atualidade, muito marcadas pelo distanciamento e fragilidade de laços que, não mais se constituem para serem duradouros, ao contrário, cada vez mais fugazes em sua grande maioria porque o outro não corresponde às satisfações e expectativas dirigidas a ele.

Durante a produção do presente texto, uma Série de TV (Adolescência⁹) ganhou espaço nas mídias, causando mobilização e interesse diante da complexidade atual da adolescência. Muitas análises já foram feitas sobre a Série, o que nos faz pensar que o interesse e a curiosidade em relação a essa fase da vida, desperta em nós, adultas(os), seja sobre nossa própria adolescência, seja daquelas(es) que acompanhamos. Porém, parece importante considerarmos que, talvez, a Série possa não *tratar da adolescência*, mas sim da (des)conexão de adolescentes e adultas(os). Curioso observar que a Série, dividida em quatro episódios, em seu incrível formato “plano sequência”, apresenta: 1º. A Lei (através da prisão); 2º. O Saber (através da escola, ainda que caótica); 3º. A Ciência (através do atendimento psicológico); 4º. O Afeto (através da

⁹ Matéria apresentada por Graham (2025) e amplamente divulgada em redes sociais.

Família); ou seja, nos quatro episódios constatamos o laço social¹⁰ que se mostra “no limite”, com falhas importantes e que inevitavelmente remetem às impossibilidades *das* e *nas* relações. Aspecto importante nesse sentido é sobre os códigos próprios de adolescentes, com quem e como se comunicam, fato é que se comunicam apenas dentro de uma condição identificatória. Quando a identificação entre adulta(o)-adolescente não se dá, tem-se “zero entendimento” e, não raro, uma desimplicação da(o) adulta(o) nesse processo. Por vezes esse aspecto fica evidenciado quando se tem uma compreensão de que não há uma escuta da(o) adulta(o), revelando uma negação ao que se passa com a(o) adolescente e, infelizmente, tendo que recolher os efeitos devastadores a posteriori.

A CONCEPÇÃO DE SUJEITO

Até aqui tem-se um panorama que confere à pessoa adolescente, um determinado lugar, motivando preocupações em adultas(os) e pais, porém faz-se necessário uma interpretação dessa condição a qual a adolescência tem revelado, qual seja, a de um sintoma de uma sociedade cada vez mais na direção de um individualismo, próprio de um funcionamento capitalista e neoliberal.

A partir da psicanálise, busca-se uma leitura possível dessa situação. Para Freud (1921/1976) o indivíduo é sempre social, sendo afetado pelas relações sociais, assim como a estrutura da sociedade, promovendo uma compreensão da relação das pessoas e a dinâmica pulsional aí estabelecida. Em Carta a Romain Rolland, em 04 de março de 1923, Freud adverte que: "*Não que eu considere esse texto [referindo-se ao texto psicologia das massas e análise do eu (1921)] particularmente bem-sucedido, mas ele aponta o caminho que vai da análise do indivíduo para a compreensão da sociedade*" (Freud, 1982). Nesse sentido, o autor dá a ver que o outro é peça chave na constituição psíquica do ser humano, assim como na sua formação

¹⁰ Tal análise através dos discursos, será publicada em outro trabalho.

subjativa com determinantes, uma vez que, afetado pelo outro, sinaliza sintomaticamente a condição do outro e ou da sociedade.

Numa tentativa de tecer uma compreensão, mas também uma busca de saídas possíveis, será utilizada aqui uma chave de leitura de um conceito psicanalítico que é o conceito de sujeito. Eidelsztein (2020, p. 15) retoma que: “Lacan propõe duas operações para dar conta da causação do sujeito: alienação e separação.” Eidelsztein (2020) destaca que neste modelo teórico, Lacan traz as noções de *sujeito* e *causa*, o que pode indicar a especificidade de como o sujeito do inconsciente se constitui. Conforme aponta o mesmo autor, o conceito de sujeito lacaniano, portanto, “não coincide nem com indivíduo (biológico), nem com a pessoa (social e histórica), nem com cidadão (legal e político) nem com sócio (coletivo). (...) mas é apresentado como *parlêtre* – neologismo criado para rejeitar o ser do “ser humano”, que deveria ser traduzido como *falasser* (*hablanser*) e não como “ser falante”, como é hábito nas traduções”.

Para a noção de *causa*, Eidelsztein (2020) destaca que Lacan deixa em evidência aquilo *que não é*, ou seja, “causa não é referida àquilo que houve antes, ou como relação necessária entre fatos. (...) a causa sempre manca” (Lacan, 1964, p. 849 *apud* Eidelsztein, 2020, p. 15/16). Com isso, considera que “A linguagem é causa do sujeito”, então não é “causa de si mesmo”, “mais do que a linguagem em geral é a ordem significante em particular”, que devem ser decifrados, pois ele é um “efeito do significante”. O que evidencia a importância de, ao escutar o sujeito do inconsciente, considerar a cadeia de significantes apresentada em seu discurso. O que vale também lembrar que “esse sujeito é o que o significante representa e este não pode representar nada senão para outro significante” (Lacan, 1964, p. 849 *apud* Eidelsztein, 2020, p. 15/16).

Considerando então que para Lacan (1964/1988, p. 193/4) “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” revelando então a devida importância nesse processo constitutivo e de formação subjativa, havendo uma “dependência significante ao lugar do

Outro” (p. 196). O mesmo autor irá propor então que “A relação do sujeito ao Outro se engendra por inteiro num processo de hiância.” O que se presentifica nesse momento teórico é o aspecto da *alienação*, porém há que se acrescentar que o “[...]nascimento no campo do Outro, a característica do sujeito do inconsciente é estar, sob o significante que desenvolve suas redes, suas cadeias e sua história, nem lugar indeterminado” (p. 198), pode-se refletir que tal campo é decisivo para o sujeito do inconsciente.

Dessa forma, lançar um olhar ou melhor, uma escuta para a adolescência em sua condição de sujeito, promoverá novas e importantes compreensões em nossa sociedade atual, reconhecendo seus sintomas e suas demandas. Quiçá com menos psicopatologização e medicalização, caso contrário, o que se constata é um desaparecimento da subjetividade de adolescentes que frequentemente são “laudados” através de avaliações um tanto questionáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autenticidade é a descoberta para uma vida adulta possível. As redes sociais poderiam indicar um horizonte nesse processo, porém há um preço alto a pagar pelo posicionamento, sobretudo na adolescência, pois, por vezes, o *cancelamento* nas redes sociais parece inevitável, o que pode levar um(a) jovem a constatar que fazer parte de um certo mundo pode parecer impossível. Diante disso, faz-se urgente a construção de atenção e cuidados à adolescência!

No presente capítulo fez-se uma breve apresentação sobre a condição da adolescência hoje, ou seja, o abismo entre adultos e jovens numa sociedade hiperconectada nas redes sociais virtuais, porém desconectada nas interações presenciais. O intuito é de promover diálogos possíveis com as diferentes áreas de saber científico, apostando numa interdisciplinaridade, onde a diversidade de olhares sobre a mesma situação, podem se complementar, a fim de construirmos uma sociedade menos dominada pelo abuso de poder; para isso desenvolver condições de

criticidade também pode ser parte de um plano social, com maior proximidade e menor distanciamento.

Afinal, o (abu)uso contínuo e acrítico das redes sociais durante a adolescência, como mencionado acima, vem se constituindo um dos principais abismos na relação com adultos(as), sejam familiares ou profissionais, durante um período que se vislumbrava horizontes e possibilidades. O aumento de oferta inescapável e irretornável da virtualidade, representa hoje esse grande abismo também nos encontros presenciais, tão necessários no processo de elaboração de ideais narcísicos, próprios da adolescência.

Vale então considerar que as possibilidades de compreensão e consequente intervenção, podem se apresentar a partir da leitura e escuta de contextos sócio-históricos, assim como da singularidade de cada adolescente na perspectiva de um sujeito que ali está! Ou seja, (re)pensar o modo de conceber a adolescência, com suas demandas próprias, promoverá novos modos de intervir, sobretudo quando há o (re)conhecimento de um sujeito de desejo na adolescência, minimizando sofrimentos.

O compromisso social merece, ao menos, ser mencionado aqui, destacando a necessidade de um maior investimento (prevenção) através de políticas públicas que possam constatar e considerar que adolescentes demandam laços e espaços, sendo então reconhecidos não somente como sujeitos de direito, mas que são movidos por desejos inconscientes em sua singularidade.

Por fim, mas muito longe de conclusões, faz-se um convite aos profissionais (de saúde, de educação e da área social) a privilegiar a singularidade de adolescentes, dentro de uma dimensão ética, trabalhando com as narrativas, potencializando os discursos e práticas, numa aposta de interdisciplinaridade, de modo a construir espaços de escuta, para a apropriação de sentido e tomada de decisão no cotidiano profissional junto a adolescentes. Compreendendo que dar “lugar à palavra” de cada adolescente pode ser revelador e transformador, além de uma luta pelo direito à palavra que, por si só, já promove saúde mental.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. RJ: Zahar, 2004

BRASIL. Lei nº15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre o uso dos celulares nas escolas. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935>. Acesso em: 08 jun. 2025.

CÉSAR, M.R.A. **A invenção da “adolescência” no discurso psicopedagógico**. Dissertação (Mestrado) em Educação. Orientação: Profa. Dra. Ana Maria Faccioli Camargo, Faculdade de Educação: UNICAMP, Campinas, SP, 1998, 115p.

DIAS, V. C. *et al.*. Adolescentes na Rede: Riscos ou Ritos de Passagem?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e179048, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8W8S8XfkQWCmYNTrjCvwQkg/#>. Acesso em: 08 jun. 2025.

EIDELSZTEIN, A. **A origem do sujeito em psicanálise**. São Paulo: Toro, 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FREUD, S. **Correspondência de amor e outras cartas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do ego (J. Salomão, Trad.). *In*: Edição Standard Brasileira das **Obras Completas de Sigmund Freud**, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1921).

KIELING C, Buchweitz C. *et al.* Worldwide Prevalence and Disability from Mental Disorders Across Childhood and Adolescence: Evidence from the Global Burden of Disease Study. **JAMA Psychiatry**. 2024 Apr 1;81(4):347-356. doi: 10.1001/jamapsychiatry.2023.5051. PMID: 3829478

5; PMID: PMC10831630. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38294785/>. Acesso em 08 jun. 2025.

LACAN, J. **Seminário 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. (Trabalho original publicado em 1964).

MARTINS, M. No Brasil, 93% de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de idade usam a Internet, apontam pesquisas. **Agência de Notícias CNJ**, Brasília, 5/5/2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/no-brasil-93-de-criancas-e-adolescentes-entre-9-e-17-anos-de-idade-usam-a-internet-apontam-pesquisas/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

NETFLIX. **Adolescência**. Direção: Stephen Graham. Produção: Philip Barantini, Reino Unido. Série. 4 episódios, 240 min., 2025.

PINHEIRO, T. M. L. C.A. **Sobre o aumento dos diagnósticos infantis na contemporaneidade**: uma análise histórico-crítica; orientadora: Silvia Maria Abu-Jamra Zornig. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2013, 101p.

RESTRICÇÃO ao uso do celular nas escolas já está valendo. **Portal Ministério da Educação**: Brasília, DF. 03/02/2025 11h03 Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/restricao-ao-uso-do-celular-nas-escolas-ja-esta-valendo>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SEM QUALQUER LIMITE DE RESPONSÁVEIS, 56% de crianças e adolescentes brasileiros usam internet, aponta pesquisa. **Andi-Comunicação e Direitos**. Veículo: O Globo – RJ, 03/05/2023. Disponível em: https://andi.org.br/infancia_midia/sem-qualquer-limite-de-responsaveis-56-de-criancas-e-adolescentes-brasileiros-usam-internet-aponta-pesquisa/. Acesso em 08 jun. 2025.

SOCORRO. Intérprete: Arnaldo Antunes. Compositores: Arnaldo Filho / Alice Ruiz Schneronk. **Ao vivo no estúdio**. Mosh: SP, 2007. Disponível em: <https://youtu.be/BU4kUeqKKq0?si=ui9tGwf2wdHjSFz8> Acesso em 22 jun. 2025. YouTube Canal.

O ANTIPROIBICIONISMO ÀS DROGAS COMO DISPOSITIVO DE CUIDADO NA TRAVESSIA JUVENIL

Sandra Djambolakdjian Torossian¹

Rafael Siqueira Fredi²

Caroline Krüger³

A adolescência é frequentemente concebida como uma fase intermediária entre a infância e a vida adulta, caracterizada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais. Do ponto de vista biomédico e institucional, essa etapa costuma ser definida a partir de critérios etários. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, classifica a adolescência como o período entre os 10 e os 19 anos de idade (WHO, 2022). Essa delimitação cronológica, amplamente adotada por políticas públicas, busca produzir padrões e referências para atendimentos diversos em saúde e assistência, mas apresenta limites quando se pretende compreender a adolescência em sua complexidade psíquica e sociocultural. A cronologia, por si só, não dá conta das múltiplas experiências subjetivas e sociais que atravessam esse momento da vida, especialmente em contextos marcados por desigualdades e vulnerabilidades.

Nesse sentido, direcionamos a concepção de adolescência a partir de uma compreensão ampliada que, para além da definição etária, compreenda os atravessamentos socioculturais e subjetivos do adolecer. A contribuição de autores como Couto e Delgado (2015) é fundamental para tensionar leituras naturalizadas da

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: djambo.sandra@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura na UFRGS.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura na UFRGS.

adolescência. Para esses autores, a adolescência deve ser compreendida como uma construção histórico-social, forjada em contextos específicos e atravessada por discursos normativos que visam regular os corpos e os comportamentos juvenis. A noção de adolescência, tal como é compreendida no mundo ocidental contemporâneo, é uma invenção relativamente recente, datada principalmente dos séculos XIX e XX, quando a modernidade instituiu dispositivos de controle e vigilância – como a escola, o sistema jurídico e os saberes médico-psicológicos – que passaram a intervir de maneira específica sobre os jovens. A adolescência, assim, emerge não como uma etapa natural do desenvolvimento humano, mas como um campo de disputas simbólicas e políticas, no qual se produzem subjetividades e se instauram regimes de normalidade e patologização (Couto; Delgado, 2015).

Couto (2011) argumenta que o adolescente é, muitas vezes, percebido pela sociedade como um sujeito em falta ou em excesso, o que justifica sua constante medicalização, vigilância e tutela. Essa construção simbólica do “adolescente-problema” está diretamente ligada à tentativa de manutenção da ordem social por meio da normatização dos corpos e desejos juvenis. A adolescência, nesse contexto, torna-se um espaço liminar, onde se projetam tanto esperanças de renovação quanto medos de transgressão. Nessa perspectiva ao indicar que os discursos sobre risco, delinquência e vulnerabilidade associados aos adolescentes refletem não apenas preocupações com a saúde ou o bem-estar, mas também dispositivos de controle social que buscam neutralizar a potência transformadora dessa fase da vida. Assim, compreender a adolescência exige não apenas uma leitura cronológica ou biomédica, mas uma análise crítica das formas como ela é discursivamente produzida e institucionalmente manejada pelo estado por meio das políticas públicas de atenção infanto-juvenil (Couto; Duarte; Delgado, 2008).

Jorge Broide e Emília E. Broide (2016) propõem compreender o adolescente como parte de um “sintoma social”, na medida em que suas manifestações, muitas vezes rotuladas como

problemáticas ou desviantes, devem ser lidas como respostas a impasses do próprio tecido social. Segundo os autores, é preciso ultrapassar a leitura patologizante que tende a fixar o adolescente em diagnósticos e, em vez disso, acolher a singularidade de sua demanda. A adolescência, nesse sentido, não é um problema a ser resolvido, mas uma travessia subjetiva que se inscreve em determinada conjuntura histórica. Para os autores, o adolescente contemporâneo vive um tempo de profundas mutações culturais, que impactam direta e radicalmente os modos de subjetivação. As figuras de autoridade tradicionais se fragilizam, as exigências de performance se intensificam também a partir dos cenários digitais, e as promessas de futuro tornam-se cada vez mais incertas. Nesse cenário, os sintomas adolescentes — como o uso de substâncias ou atos de transgressão, por exemplo — devem ser compreendidos como tentativas de construção de sentido, e não meramente como desvios a serem corrigidos.

Nessa mesma direção Torossian *et al.* (2017) apontam que os sintomas adolescentes denunciam os paradoxos e contradições presentes na cultura. Assim, perante um sintoma adolescente sempre cabe perguntar-se onde este se localiza: seria um sintoma “do adolescente” ou estaria justamente localizado na tessitura das identificações ofertadas ao sujeito pelo Outro? Esse diagnóstico situacional é relevante uma vez que costuma se atribuir unicamente ao adolescente a responsabilidade de “sua cura”, sem compreender que uma intervenção nos discursos e políticas sociais é igualmente necessária. Assim, considerando os questionamentos acima e perante a necessidade de ultrapassar a leitura patologizante, pretende-se olhar, neste capítulo, para o uso de substâncias na travessia juvenil e sua vinculação ao que pode ser nomeado como discurso proibicionista às drogas.

O DISCURSO PROIBICIONISTA E O PARADIGMA DA ABSTINÊNCIA

Quando olhamos para o tema do uso de substância e como se constroem suas narrativas proibicionistas, vemos que a patologização toma um lugar de relevância. O paradigma biomédico sobre o uso do álcool e outras drogas se torna dominante nos estudos do fenômeno. Assim a proibição influenciou boa parte dos estudos sobre o campo, eles foram pensados sob um viés de reducionismo patológico. Reduccionismo esse que deixa de fora as implicações histórico-culturais. A exemplo disso temos a proibição do álcool que foi vista pela história, como um erro que resultou no aumento de diversas problemáticas já existentes e trouxe outras, como o envenenamento com metanol, aumento da criminalidade, gastos com a repressão entre outros (Carneiro, 2018).

Ainda pensando sobre o reducionismo patológico que influenciou o campo biomédico, a sociologia da saúde, em grande parte, o uso de drogas também foi reduzido à sua face patológica “ao comportamento compulsivo e a uma entidade nosográfica de contornos indefinidos, forjada ao longo dos séculos XIX e XX e identificada, após 1885, pela definição de toxicomania” (Carneiro, 2018, p. 404). Desta maneira, as drogas da toxicomania, que foram definidas a partir de convenções internacionais em 1912⁴ em diante, foram relacionadas a sociologia do desvio, do crime e da marginalidade, e o conceito epidemiologia, da medicina, foi

⁴ “Convenção de Haia, na Holanda, em 1912, é fruto de convocação direta dos Estados Unidos da América, marcando sua ascensão como potência mundial, e com o desenvolvimento de políticas de controle social através da chamada guerra as drogas. Esta Convenção traz, nos cenários nacional e internacional, uma marca de guerra, cujo inimigo é a droga. Seus capítulos tratavam: do controle sobre o comércio de ópio bruto e de ópio preparado para fumar; de limites sobre o comércio de derivados de ópio, embora com frouxas cláusulas de controle devido à pressão de países beneficiados pelo comércio dessas e da cocaína; bem como especificamente da China, na ajuda internacional para o controle do uso abusivo de ópio” (Amaral, 2016, p. 40).

adaptado para nomear supostos crescimento de consumo do tipo estabelecido como problemático.

A história da regulamentação das drogas passou, inicialmente, pelo controle religioso de seu uso, e em seguida o controle comercial foi determinante, não sem carregar consigo os preconceitos étnicos e ideológicos advindos da recusa cristã às substâncias psicoativas. Esses dois fatores, o comercial e o religioso do Ocidente cristão impuseram “ao mundo o modelo de aceitação do álcool e de proibição dos alucinógenos, que o controle médico e biopolítico contemporâneo continua a manter” (Carneiro, 2018, p. 64). Os primeiros movimentos proibicionistas a certas substâncias ocorreram na Europa, em muito com a chegada das novas drogas exóticas trazidas pelas navegações.

Assim, o proibicionismo surge nos regimes absolutistas europeus e asiáticos, e vem sendo uma biopolítica totalitária de controle pelo estado de substâncias consumidas e ingeridas pela população. Sendo que atualmente ele subsiste na forma de “guerra às drogas”. Contudo, junto ao discurso moralista e religioso, é de interesse econômico a proibição, como explicita a história do ópio na China, pois o seu “comércio só existiu porque o ópio sendo proibido na china e tendo demanda interna criou um fluxo crescente de rentabilização desse produto” (Carneiro, 2018, p. 117).

Desta forma, o que é possível de ser lido é que a proibição surge em grande parte de uma intenção econômica de rentabilidade e supervalorização do produto, que faz movimentar paralelamente uma economia a mais. Assim, o proibicionismo é intencional para a geração de lucro ao mesmo tempo em que tem consequências subjetivas graves em quem usa, devido a sua moralização.

Jonas Araújo Lunardon (2015) trata as políticas proibicionistas como uma forma de criminalização social, principalmente no que tange a proibição da maconha no Brasil, ele situa essa proibição como sendo uma política pública de Estado destinada ao controle social. Fica evidente que essa política proibicionista tem por resultado um movimento em que “juventude negra de

comunidades pobres é o alvo da criminalização e da violência estatal” (Lunardon, 2015, p. 2).

Para provar essa correlação, Lunardon (2015) traz dados do relatório produzido em 2009 pela Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia. Esse relatório elencou itens apontando; o aumento do tráfico de drogas e violência relacionada a ele; a corrupção nos meios públicos e das forças de segurança; e o aumento na produção, na comercialização e no consumo das mais variadas drogas na região. Essa comissão era formada por ex-presidentes do Brasil, da Colômbia e do México. Políticos que durante seus governos foram engajados a aprofundar as políticas proibicionistas, e que neste relatório reconhecem que essas políticas falharam.

Lunardon (2015) aponta ainda em sua pesquisa sobre os efeitos do proibicionismo na juventude periférica, como essa política proibicionista é geradora de violência de Estado. O autor diz que o Estado não oferece perspectivas de vida consistentes, deixando essa juventude desassistida e dando espaço ao tráfico como um dos principais recrutadores. Assim, o tráfico se torna a possibilidade imediata de possuir bens de consumo vendidos pela mídia. E para além disso cria-se a ideia de que é a partir do que o tráfico oferece que necessidades simbólicas como o reconhecimento de uma identidade e o estabelecimento de uma relação de poder perante um espaço, são supridas.

E é nesse sentido que compreendemos o discurso proibicionista gerador de nomeações taxativas que engessam alguns sujeitos na posição do drogado, por exemplo. O que ressaltamos é o peso de significação que uma nomeação deste tipo pode adquirir, ainda mais se levarmos em conta que ela seja produzida durante a adolescência. Uma vez que, é nesse período que marcas subjetivas são estabelecidas. O que problematizamos e abrimos à discussão é: como produzir dispositivos que visem a construção de um novo olhar para o atravessamento da experimentação e função do uso de drogas e a adolescência? Um novo olhar que vise pensar não por um viés proibicionista, mas por uma construção de formas de cuidado na escuta e atenção a

adolescentes que tem sua adolescência atravessada pelo uso de drogas, seja ele abusivo ou recreativo.

Assim, uma das formas de tratar a questão, muitas vezes pautadas pelo discurso proibicionista às drogas, é a via da abstinência, impondo que a quantidade tolerável de drogas seja zero. O importante é se manter abstinência. Relatando que isso se refere principalmente às drogas listadas como ilícitas. Para discutir tal ponto, nos apoiamos no que Eduardo Henrique Passos e Tadeu Paula Souza (2011) nomeiam por paradigma da abstinência. O paradigma da abstinência difere da abstinência como alternativa para alguns casos clínicos e manejo, mas diz sobre uma forma discursiva que se construiu a partir de uma rede de instituições que definem a governabilidade das políticas de drogas, exercendo uma política impositiva e autoritária que traduz a abstinência como única via de tratamento possível. É a produção de um movimento que submete o campo da saúde a poderes como o jurídico, religioso e psiquiátrico. Como é o caso das Comunidades Terapêuticas para adultos e para menores de dezoito anos, o que inclui os adolescentes, por exemplo. Esses espaços aliam o discurso religioso e os aspectos patologizantes do diagnóstico psiquiátrico.

É nesta conjuntura que questionamos quais dispositivos podem exercer formas de cuidado não patologizantes e antiproibicionistas? Assim, a partir da leitura e dos relatos de Passos e Souza (2011) sobre os efeitos da Redução de Danos (RD) não como uma regra, mas como uma alternativa que inclua o usuário, propomos a necessidade de pensar a intervenção através do coletivo. Onde o adolescente possa situar seu uso, para além das nomeações impostas pelo discurso proibicionista e pelo paradigma da abstinência.

A REDUÇÃO DE DANOS, O ANTIPROIBICIONISMO E O COLETIVO COMO FORMA DE CUIDADO

Inicialmente a RD surge como alternativa para o cuidado e prevenção a infecções sexualmente transmissíveis, tendo como

recorte principal o vírus da imunodeficiência humana (HIV), uma vez que os níveis de infecção por essa doença apresentavam taxas maiores em usuários de drogas que compartilhavam seringas, por exemplo. Assim, essa foi uma alternativa que pupunha um dispositivo que não questionava o uso, mas que encontrava formas de reduzir danos associativos entre doenças transmissíveis e o uso de drogas.

Com o tempo a RD foi adquirindo outras formas de intervenção, e podemos dizer que esse movimento foi um dos primeiros a poder pensar formas de se desprender dos discursos hegemônicos do proibicionismo às drogas. Uma vez que a RD coloca em cena a abertura de possibilidades de uso de drogas sem que os sujeitos sejam identificados pelas noções estereotipadas que esse fenômeno comumente é associado. Portanto, esse movimento produz tensionamentos nas relações de força que mobilizam sócio historicamente que usuários de drogas sejam criminalizados e patologizados (Passos; Souza, 2011).

Essas forças que tendem à moralização do usuário têm sua construção em um encontro de discursos jurídicos, psiquiátricos e religiosos (Passos; Souza, 2011). E, é nesse sentido que estamos frente a um campo de problematização da produção de verdades sobre o prazer e o corpo, que podem incidir diretamente na construção das subjetividades durante a passagem adolescente. “O objetivo da RD não pode mais ser reduzido à prevenção de DST/AIDS, da mesma forma que o objeto de intervenção desse movimento não se reduz a um confronto com a justiça.” (Passos; Souza, 2011, p. 158).

Apesar do viés de luta política e combate a movimentos proibicionistas de guerra às drogas, é preciso estar atento às formas de como a RD pode ser manejada. Isso porque facilmente poderá ser associada a ideias proibicionistas e ao paradigma da abstinência, se associada a um discurso proibitivo cair na associação de bem ou mal, ou ainda com o objetivo de propor a parada do uso levando em conta o discurso que a droga é do mau, sem que isso passe pela implicação subjetiva do usuário.

A RD como dispositivo de manejo e efeito clínico adquire efeitos importantes na medida em que inclui o usuário como ator responsável pela construção não só de uso, mas também de pensar estratégias políticas. É o caso que Passos e Souza (2011) nos apresentam ao dizer que nas associações de redutores de danos os próprios usuários têm participação como colaboradores e agentes políticos na produção do cuidado, pensando no caráter coletivo de mobilização e de gestão. O que a RD não proibicionista, e que aqui tomamos como um dispositivo de cuidado, propõe é uma forma de manejo que visa a multiplicidade e luta pela manutenção da heterogeneidade. Ao mesmo passo que visa algo em comum sem propor a redução dos usuários de drogas a essas formas identitárias comumente associadas a esse fenômeno: doente ou criminoso.

Assim, da experiência relatada pelos autores, a participação na gestão fez com que muitos usuários abandonassem ou diminuíssem o uso de drogas quando encontram um espaço de acolhimento, que neste caso foram as associações de redutores de danos. Essa experiência de mobilização apresentou aos usuários de drogas outros espaços onde o objeto droga constantemente pode ser ressignificado através de acordos coletivos.

O que essa experiência testemunhou foi que a criação de uma rede participativa e coletiva produziu efeitos significativos em termos clínicos na redução ou na parada do uso. Isso apesar de que neste caso a RD não impôs aos usuários a parada do uso de drogas como condição de participação do movimento coletivo. O que também coloca a relação com certas regras de conduta e normativas que são pactuadas coletivamente e possibilitam autonomia nos modos de operá-las. Assim, esta é uma proposta que se diferencia da lógica proibicionista da abstinência, pois esta última busca a remissão de sintomas e a cura de uma doença e a RD propõe a produção de saúde e cuidado considerando a autonomia na produção de regras que visem o cuidado de si (Passos; Souza, 2011).

Um dos efeitos deste dispositivo da rede coletiva é a delimitação de um território existencial para usuários de drogas, como aponta Passos e Souza (2011, p. 161), já que “o método

empírico de cuidado se apresenta como um pragmatismo clínico já que refuta uma moral aplicada de forma homogênea a todos os sujeitos, como, por exemplo, a ideia transcendental de cura". E por essa via o sujeito sai do lugar de ser considerado um doente a ser curado e se depara com uma multiplicidade de possibilidades: para com uso, diminuir, substituir, regular o uso. É um método construído pelo próprio sujeito, que subverte pontos restituindo um cuidado de si; que subverte as regras de conduta - muitas vezes de caráter coercitivo.

O que tomamos do trabalho dos autores acima é justamente a construção de dispositivos de cuidado que incluem a dimensão coletiva. Assim, a adolescência, como tempo também de experimentação, de construção de lugares próprios e nomeações identificatórias, está sujeita às capturas coercitivas de um discurso proibicionista, que podem gerar a inclusão do sujeito adolescente em uma lógica patológica e moralizante.

Desta forma, considerando que a experimentação de diversas substâncias e as diversas relações de uso delas fazem parte da proposta cultural aos jovens, a cristalização de olhares patologizantes em relação a esses sujeitos atravessados, ainda, pelo discurso proibicionista pode significar a oferta de um modelo identificatório ao qual os jovens e os jovens possam se aferrar nesse momento de travessia da vida. E assim, do lugar de autoridade de saúde ou jurídica poderemos piorar aquilo que gostaríamos de remediar: produziremos doenças em vez de promover saúde.

Acompanhar os jovens pelas suas incursões de experimentação, auxiliá-los a analisar sua relação com as substâncias, interrogando quais os efeitos das mesmas sobre suas vidas a partir de um vínculo seguro, tem se demonstrado uma das únicas vias de cuidado possíveis. Para isso precisamos nos colocar também em análise, interrogando nossas posições proibicionistas e evitando intervir a partir delas. Além disso, apostamos na possibilidade de construção de um amparo no coletivo a partir da troca de experiências dos próprios jovens, que depois de tudo são os maiores interessados nesta problemática.

REFERÊNCIAS

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emilia Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas**: metodologia clínica e intervenções. São Paulo: Editora Escuta, 2016.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas**: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

COUTO, Maria Cristina Machado. **Adolescência e violência**: entre o excesso e a falta. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COUTO, Maria Cristina Machado; DELGADO, Paulo Henrique Pires. A invenção da adolescência: história, política e subjetivação. *In*: COUTO, M. C. M.; MOTA, A. (Org.). **Psicologia e políticas públicas**: práticas e produção de subjetividades. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 107-130.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DUARTE, Cristiane S.; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, p. 390-398, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462008000400015>.

LUNARDON, Jonas Araujo. **"Ei, polícia, maconha é uma delícia!"**: O proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/129000>. Acesso em: 09 jun. 2025.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>

TOROSSIAN, Sandra; RIBEIRO, Maria D. de Araujo; SILVA, Thiago Pereira da e BARBOSA, Marcos Rafael de O. "Eu queria mudar": a psicanálise face à adolescência pobre e sem lugar. **Revista Subjetividades**. 2017, vol.17, n.3. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.5575>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Adolescent health.** Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/adolescent-health>. Acesso em: 18 maio. 2025.

(R)EXISTIR ENQUANTO SUJEITO: A INTRANSIGÊNCIA DO CORPO NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DO ADOLESCENTE COM TRANSTORNOS ALIMENTARES

Amanda Leticia Gomes Costa¹

Dara Jeane Costa Rocha²

Leônia Cavalcante Teixeira³

“Aos 17 anos, comecei a passar fome Eu achei que o amor fosse um tipo de vazio E, pelo menos, eu entendi a fome que senti E não precisei chamá-la de solidão”.

(Hunger, Florence and the Machine).

INTRODUÇÃO

O presente capítulo refere-se a uma articulação teórica das intersecções entre a travessia da adolescência e os transtornos da oralidade. Desse modo, propõe-se investigar a posição discursiva encontrada pelo sujeito adolescente diante do próprio corpo e do lugar do Outro na constituição dos transtornos da oralidade. Além disso, são examinadas as possíveis vias de cuidado na clínica psicanalítica, considerando sua relação com as possibilidades de ampliações de construções simbólicas no adolescer.

Em uma crescente exponencial entre os jovens, as síndromes relacionadas ao comportamento alimentar são atravessadas por dimensões fisiológicas, afetivas e culturais (Dalgarrondo, 2019). Em 2023, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou que aproximadamente 70 milhões de pessoas são atravessadas por

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), bolsista de iniciação científica PBCIT/FUNCAP.

² Psicóloga; mestranda em Psicologia/UNIFOR.

³ Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UNIFOR. E-mail: leonia.ct@gmail.com.

algum transtorno alimentar ou de imagem. No Brasil, aproximadamente 10 milhões de pessoas são afetadas, dentre elas, adolescentes e jovens adultas se destacam enquanto perfil epidemiológico (Nascimento; Silva, 2025; Stefani *et al.*, 2023).

Tendo em vista os dados sobre o impacto dos transtornos da oralidade em adolescentes, destaca-se a compreensão das singularidades vivenciadas nesse contexto. São realizadas rupturas, escolhas e renúncias que atravessam sua relação consigo, na dimensão do estranhamento do próprio corpo e do olhar social sobre si (Alberti, 1996). Nesse contexto, o adolescente depara-se com um espelho frequentemente vazio, sem compor referenciais que sustentam sua imagem diante do corpo de criança que não mais o pertence e do corpo de adulto que ainda não chegou (Calligaris, 2000).

A passagem para a adolescência também implica um trabalho simbólico de luto do corpo infantil, das relações e do cuidado integral dos pais. Nesse sentido, o sujeito adolescente é levado a se repositonar frente ao Outro. Trata-se de uma tarefa que, muitas vezes, envolve um sofrimento psíquico acentuado, especialmente caso as operações psíquicas tenham sido mal resolvidas (Santos; Sadala, 2013).

Os transtornos da oralidade, na perspectiva psicanalítica, estão ligados a falhas na separação do sujeito em relação ao Outro materno, dificultando a elaboração simbólica dos conflitos. Assim, referem-se a falhas primárias na constituição psíquica do sujeito, relacionadas à dinâmica da díade mãe-bebê e à não efetivação da lei paterna (Marini, 2016). Na adolescência, essas falhas intensificam a dependência dos significantes parentais, favorecendo *acting outs* e passagens ao ato, como a recusa alimentar ou o comer compulsivo, que expressam um apelo ao Outro (Freud, 1996a; Silva; Muñoz, 2023).

Nesse sentido, foi desenvolvida uma pesquisa clínica orientada pela psicanálise, fundamentada na articulação entre investigação, tratamento e teoria. A escuta da palavra do sujeito, em situações como entrevistas clínicas de pesquisa ou vinhetas

clínicas, é condição essencial, pois é nesse encontro que se evidencia a estrutura subjetiva e sua relação com o significante. Ainda que a análise propriamente dita se limite ao setting entre analista e analisante, o método psicanalítico pode ser aplicado fora desse dispositivo, desde que preserve a escuta do inconsciente, a consideração da falta e a função do desejo como causa do saber (Sauret, 2003). Ademais, na pesquisa, foram utilizados aportes teóricos sobre a clínica institucional dos Transtornos Alimentares, a adolescência do ponto de vista psicanalítico e suas intersecções com os transtornos da oralidade (Cassarín *et al.*, 2020).

Como técnica, foi utilizada a vinheta clínica - breves recortes estruturados a partir da escuta de Maria (nome fictício), uma adolescente de 14 anos - com o objetivo de ilustrar e destacar questões trazidas nos discursos do adolecer (Andrade; Lang, 2020). Os atendimentos de caso foram realizados no Núcleo de Atenção Médica Integrada (NAMI), fundado em 1978 pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o objetivo de servir como um centro prático para os cursos na área da saúde oferecidos pela instituição, vinculada à Fundação Edson Queiroz. Os serviços são prestados por estudantes universitários das áreas da saúde; como medicina, psicologia, nutrição, terapia ocupacional, fisioterapia e farmácia.

O Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) integra o NAMI e oferece uma variedade de atendimentos, incluindo apoio psiquiátrico, psicoterapia individual, terapia familiar, dentre outros. Nesse contexto, Maria foi encaminhada para o Programa Interdisciplinar de Nutrição aos Transtornos Alimentares e Obesidade (Pronutra), que fornece cuidado ambulatorial para pessoas com transtornos alimentares, como anorexia, bulimia e compulsão alimentar. O programa visa fornecer acompanhamentos individuais, qualificar profissionais e incentivar a produção científica sobre transtornos alimentares. A equipe, composta por psicólogos, nutricionistas, psiquiatras e estudantes extensionistas, participa semanalmente de reuniões

interdisciplinares – chamadas sessões clínicas – para a discussão dos casos e capacitações.

DESENVOLVIMENTO

A formação sintomática dos transtornos da oralidade na adolescência

O discurso biomédico aponta que o cerne dos transtornos alimentares seriam disfunções fisiológicas – como no hipotálamo, conhecido como “centro da saciedade” – que alteram as percepções básicas de fome, sede e saciedade. Ao mesmo tempo, os impactos dos padrões estéticos, que exaltam a magreza extrema, atuam enquanto pano de fundo que caracterizam o medo de ganhar peso e as perturbações da imagem corporal do sujeito atravessado pelo transtorno (Dalgalarrondo, 2019; Pedrosa; Teixeira, 2015).

Em contrapartida às perspectivas biologicistas, a psicanálise oferece-nos outra via de leitura dos transtornos, do sintoma, do corpo e do sujeito. O corpo que padece narra uma história, a priori, sem nexos ou estrutura lógica consciente, tornando impossível uma relação de causa e efeito do adoecimento psíquico. Ao contrário, o sintoma apresenta-se como um enigma de representações inconscientes em um corpo erógeno, inserido na linguagem e construído em seus fantasmas. Nessa perspectiva, o aspecto biológico não é exclusivo e soberano, mas faz parte dos atravessamentos da corporificação do sintoma (Lazzarini; Viana, 2006).

Para a psicanálise, o Eu não é senhor em sua própria morada (Freud, 2014), a concepção de sujeito dividido, desenvolvido originalmente por Freud, diz respeito à descentralização da consciência, situando-o como impreciso e fugaz. Desse modo, a descoberta do inconsciente foi o marco central da teoria. Isto posto, o psicanalista francês Jacques Lacan, a partir de uma releitura do inconsciente Freudiano, o define enquanto estruturado como linguagem, atuando a partir da lógica do significante. Nesse sentido, a atribuição de significantes ocorre quando elementos

discretos e isolados são combinados a outros elementos discretos e isolados, suscetíveis de sentido, estabelecendo-se uma estrutura combinatória de representações (Soler, 2004).

O processo de constituição psíquica é marcado por algumas operações fundamentais na estruturação do sujeito. Dentre elas, a alienação diz respeito à submissão do sujeito aos significantes, que o preexistem, providos pelo Outro. Assim, a função materna destaca-se como responsável pelas primeiras experiências de satisfação e por assegurar que o recém-nascido deixe de ser uma "libra de carne" e se insira na linguagem (Penna; Pimenta, 2024; Ferreira, 2016; Lacan, 2005). A operação de separação se faz igualmente importante na constituição do sujeito; o instrumento da metáfora paterna, o Nome-do-pai, realiza a função de corte, barrando o sujeito e direcionando-o às leis do significante. Dessa forma, o sujeito barrado é marcado pela falta e, conseqüentemente, é desejante (Pacheco; Rosa, 2023).

Os conflitos pré-edípicos, localizados nas operações citadas anteriormente, dizem respeito a falha na triangulação da resolução do complexo de Édipo. Ou seja, a metáfora paterna não é bem sucedida e o sujeito encontra-se ainda "engolido" pelos significantes do Outro, dificultando, a posteriori, a elaboração de conflitos pela via do simbólico. Tem-se a dinâmica fusional da díade mãe-filha, que, diante das impossibilidades de diferenciações entre as duas, o corpo e a relação com o alimentos tornam-se propriamente defesas (Marini, 2016).

Assim sendo, os ditos Transtornos da Oralidade – nomenclatura psicanalítica para transtornos alimentares – relacionam-se com tais falhas primárias, na medida em que os sintomas corporais, mais especificamente da alimentação, dizem respeito a dinâmica da díade mãe-bebê e as vicissitudes da inconsistência da lei paterna. Lacan (1998, p. 634), em "A direção do tratamento e os princípios de seu poder", trata a ideia de que:

[...] a criança nem sempre adormece assim no seio do ser, sobretudo quando o Outro, que também tem suas ideias sobre as necessidades

dela, se intromete nisso e, no lugar daquilo que ele não tem, empanturna-a com a papinha sufocante daquilo que ele tem, ou seja, confunde seus cuidados com o dom de seu amor.

Pode-se considerar o sintoma anoréxico como um significante que diz sobre o sujeito e que traz em si enigmas, de formações inconscientes, direcionadas ao Outro. Tem-se operante a lógica de posicionamento do Outro como faltoso, recusando a onipotência que lhe foi forjada (Ladeira; Coppus, 2016). O sujeito anoréxico responde a invasão da demanda tirânica do Outro com a recusa do alimento e, ainda, usa a rejeição enquanto desejo. A impossibilidade de elaboração dos conflitos pela via do simbólico, enfraquecido, faz com que o sujeito anoréxico aja em busca de uma “saída”, através dos *actings outs*. Nesse caso, o ato implica um endereçamento ao Outro, seja para subjugá-lo ou para manifestar seu sofrimento. Ainda, a Passagem ao Ato também evidencia-se enquanto uma defesa contra a angústia, uma tentativa de fazer um furo, uma marca da diferença (Venosa; Géa, 2010).

Nesse contexto, a suscetibilidade dos transtornos alimentares em jovens diz respeito aos ruídos do adolescer no desligamento da autoridade dos pais, ao desvincular-se do Outro parental e seguir em direção ao Outro da cultura, que inscreve o sujeito na adultez a partir da lógica do reconhecimento de si. Não trata-se de apagar o Outro parental, mas sim do movimento turbulento de destituir-se de seus significantes e posicionar-se frente ao declínio do semblante parental idealizado (Freud, 1996a; Rassial, 1997; Silva; Muñoz, 2023).

Os conflitos pré-edípicos dificultam essa dinâmica, tendo em vista a falha da função paterna de encarnar a lei do desejo e, posteriormente, possibilitar que o sujeito experiencie a castração. Dessa forma, o fracasso de tais inscrições na adolescência reverberam na predominância do ato concreto, dos *acting outs* e passagens ao ato, frente às elucubrações simbólicas (Freud, 1996b; Pedrosa; Teixeira, 2015; Silva; Muñoz, 2023).

Na adolescência, há a reestruturação da economia narcísica - nesse caso, o Outro da cultura assume o lugar privilegiado de

objeto da pulsão escópica. Contudo, na contemporaneidade, o discurso capitalista deturpa as insígnias que antes eram referenciais de sentido e valor. Assim sendo, os significantes mestres vão sendo destituídos da cultura, produzindo efeitos devastadores da relação do sujeito com o Outro simbólico e interferindo, principalmente, na forma que o adolescente lida com as sobrecargas pulsionais, com a lei, com o desejo e com a castração (Miller, 2016; Guerra; Januzzi; Ferrari, 2021; Silva; Muñoz, 2023).

Reitera-se a dificuldade do sujeito em realizar a passagem do adolescer, especificamente, quando há conflitos pré-edípicos que marcam a submissão do infante ao desejo do Outro. Nesses casos, a privação de comida, o comer compulsivo e a purgação indicam um investimento libidinal que ressalta a experiência concreta de corpo e convoca a literalidade do furo e da separação (Miranda, 2010; Pedrosa; Teixeira, 2015).

No contexto da complexidade do adolescer e das reverberações nos transtornos da oralidade, destaca-se a importância da interdisciplinaridade nos cuidados dos pacientes. As diferentes perspectivas das áreas da saúde, especificamente da Nutrição, Psiquiatria e Psicologia, agregam-se para uma visão integral do caso, potencializando o tratamento (Santos; Silva, 2024). Entretanto, por mais que a interdisciplinaridade seja uma tentativa de contrapor o regime biomédico - que baseia o tratamento em um conjunto de sintomas agrupados isoladamente e alheios ao sujeito -, é preciso cautela para que o discurso biologicista não impere na conduta do profissional que propõe construir uma ponte paciente-família-equipe (Pedrosa; Teixeira, 2015; Almeida; Pereira; Soriano, 2022).

A psicanálise ocupa uma posição fundamental no que tange à resistência aos modelos biologicistas de cuidado. O fazer psicanalítico diz respeito à atitude do psicanalista/psicólogo orientado pela psicanálise de posicionar-se ativamente na escuta, explorando lapsos, atos falhos, chistes e sonhos, na tentativa de explorar a singularidade do sujeito, isto é, as marcas que escapam à ótica biomédica. É necessário que o profissional renuncie ao *furor curandis*, ao desejo de fazer desaparecer o sintoma, pois é a partir

dele que o sujeito emerge (Quinet; Pacheco Filho, 2015). Especialmente na clínica de adolescentes, os sintomas, os atos arriscados e de quase morte, podem demarcar algo seu, dando-lhes certa ancoragem (Silva; Muñoz, 2023). Dessa forma, a psicoterapia é fundamental para que o adolescente com transtornos da oralidade se repositone frente ao Outro pela via das elucubrações simbólicas e resista enquanto sujeito.

“Vomitar para esquecer”: os efeitos dos sintomas purgativos em uma adolescente diagnosticada com anorexia nervosa de subtipo purgativa

A vinheta clínica a seguir apresenta trechos ilustrativos da escuta de uma adolescente encaminhada ao atendimento psicológico através do Pronutra. A partir dessas experiências, será desenvolvida uma discussão teórica sobre a constituição da adolescência e sobre as vivências de sofrimento psíquico no contexto dos transtornos da oralidade, exemplificadas pelas breves descrições apresentadas. Ressalta-se o contexto ético dos atendimentos e o comprometimento em manter a confidencialidade das informações pessoais da paciente.

A adolescente Maria (nome fictício), uma garota de 14 anos, foi encaminhada com hipótese diagnóstica de bulimia grave e possível anorexia. Os atendimentos percorreram diversos assuntos, com destaque para questionamentos sobre aspectos de sua percepção de si, como também sobre suas relações sociais e familiares. Seu contexto familiar é marcado pela presença de sua mãe e de seu irmão mais velho. Sobre seu pai, diz incessantemente que não se lembra dos momentos em que teve contato com ele, recordando-se apenas de forma superficial dos acontecimentos.

No entanto, o esquecimento não é um processo que ocorre conscientemente. Freud (2020), em seu texto intitulado Anotações sobre o bloco mágico, compara o aparelho mnemônico a um bloco mágico de anotações, que conserva os traços mnêmicos que estruturam o sujeito. Dessa forma, mesmo que de maneira inconsciente, a recordação acomodada é reproduzida em diferentes

contextos e de diferentes formas, pois escapa das tentativas de deformação da memória. Referente ao esquecimento, a paciente atribui essa falha à prática de vômitos, afirmando que, desde que começou a vomitar, passou a esquecer. Na tentativa de esquecer e lidar com o excesso de angústia, a purgação configura-se como um mecanismo de defesa (Eidemberg *et al.*, 2004) que ocorre diariamente e, às vezes, até mais de uma vez ao dia, que a faz constantemente ir ao hospital tomar soro devido a desidratação.

Maria não menciona seu pai em suas sessões individuais, apenas em sessões conjuntas com sua mãe. Em uma dessas sessões, a mãe relatou que o pai da paciente era relativamente presente quando ela era criança. Às vezes visitava-os, dava presentes, fazia ligações nos aniversários e a chamava carinhosamente de "pequena". A partir do sintoma da paciente, percebe-se que o significante "pequena" não é uma palavra qualquer, mas uma demonstração de afeto e carinho por parte do pai, que se ausentou quando ela entrou na adolescência e perdeu a transição de "pequena" para "grande".

É diante disso que o medo excessivo de engordar ameaça a perda de um significante tão importante na constituição de Maria. A adolescência configura-se como um período no qual se intensificam recapitulações e confrontos em uma lógica temporal própria. O adolescente, ao mesmo tempo em que sustenta sua alienação ao Outro, inscreve nela sua separação (Alberti, 1996). Nesse percurso, adolecer implica enfrentar o desafio estrutural do sujeito de articular alienação e separação, confrontando-se com a tensão entre assumir-se como sujeito do desejo ou permanecer como objeto do Outro (Poli; Becker, 2012). Assim, o sujeito adolescente depara-se com a possibilidade de separação desses significantes-mestres que foram incorporados na dimensão do campo do Outro e estabelece efeitos em seus atos (Santos; Sadala, 2013).

Em meio às angústias vivenciadas, destaca-se que os impasses na simbolização abrem a possibilidade ao ato, relacionado à maior susceptibilidade a transtornos da oralidade em adolescentes. A prevalência do ato, na adolescência, é

correspondente à urgência em alcançar o tempo de compreender, por meio de tentativas de organização dos registros psíquicos (Ribeiro; Guerra, 2020). Com as modificações advindas da puberdade, a construção da imagem corporal se mostra revirada, na qual o simbólico e o imaginário revelam-se fragilizados para sustentar o sujeito (Rassial, 1997). Os transtornos da oralidade são atravessados por buscas de lidar com excessos de excitações psíquicas, que, diante do enfraquecimento simbólico, são incapazes de serem manejadas (Costa; Vasconcelos, 2015).

Em outra perspectiva, é retratado um momento em que Maria não estava mais se alimentando e “tudo que comia, colocava para fora”. Como resultado, seus níveis de potássio caíram drasticamente, o que causou o início de uma parada cardíaca, desmaios e fraqueza muscular. Em uma sessão familiar, mesmo com questionamentos direcionados às duas sobre o que foi vivenciado, a paciente permaneceu em silêncio na maior parte do tempo. Quando tentava falar, a mãe rapidamente sobrepunha sua fala, sem dar espaço para que a filha expressasse sua angústia. A fala da mãe era ininterrupta, sem pausas para respirar; uma fala que invadia e sufocava.

No caso de Maria, percebe-se o transtorno alimentar na sua dimensão complexa de construção atravessada pela impossibilidade de diferenciação psíquica na relação mãe e filha (Marini, 2016). Assim, a purgação aparece enquanto um sintoma de expulsão, de “colocar para fora” e fazer um furo no Outro para se constituir enquanto sujeito desejanter. Ademais, a fragilidade de construção simbólica vivenciada é ilustrada por ela ao narrar cenas de purgação em que, no instante em que vomitava, a adolescente assistia vídeos em redes sociais. É ressaltado, com isso, movimentos de desimplicação do sujeito diante de seu sintoma, em distanciamento dos sentidos que o próprio carrega.

Durante essa sessão, Maria frequentemente se olhava no espelho, medindo discretamente seu braço. Compreende-se que a adolescência é um momento no qual o próprio corpo torna-se objeto de angústia e é sentido como um estranho para si (Alberti,

1996). Pode-se discorrer que a relação com espelho, para a anoréxica, é similar à relação com sua mãe. Isto porque, ao lhes direcionar um olhar que busca por reconhecimento, obtém-se, no entanto, um olhar de insatisfação (Costa; Vasconcelos, 2015).

Na adolescência, o corpo torna-se um meio privilegiado de expressão da urgência de subjetivação diante da fragilidade identitária própria desse período. As tatuagens, na contemporaneidade, configuram-se como uma forma de singularização do sujeito (Salek; Angeli, 2021), revelando o desejo adolescente de marcar sua diferença. Esse movimento pode ser observado em Maria, cujas descrições sobre seus planos de tatuagem são carregadas de sentido. Ao inscrever signos na pele, o adolescente não apenas busca diferenciar-se, mas também endereça esse gesto ao outro, convocando um olhar que o reconheça (Birman, 2005).

Entre os movimentos de operações psíquicas de alienação e separação vivenciados frente a dinâmicas familiares, o espaço dos laços sociais são imprescindíveis a serem compreendidos na questão adolescente e seus modos de relacionar-se. Ao estabelecer referenciais externos à família, tem-se uma possibilidade de travessia do laço familiar ao social (Rassial, 1997). Isso é evidenciado na fala da paciente: “me sinto mais Maria quando estou com os meus amigos”. Com os amigos, tem-se a partilha de uma linguagem própria ao grupo, com exemplo de memes e referências internas, sentidos por Maria como códigos que são inacessíveis aos pais. Nesse sentido, são acompanhadas as tentativas de construção de Maria em sua diferenciação nos processos de seu adolescer.

Portanto, as discussões teóricas tecidas e ilustradas com a vinheta clínica ressaltam uma perspectiva que considera a complexidade das interações entre o sujeito e o contexto em que elas se estabelecem (Costa; Vasconcelos, 2015). Nessa perspectiva de cuidado, o adolescente encontra espaços de ampliação simbólica na medida em que dá ao sujeito um espaço de circulação de palavras inerentes à sua cadeia simbólica. Tem-se um sujeito

adolescente que se depara com rupturas que precisam de tempo para serem posteriormente organizadas de acordo com cada realidade psíquica.

CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo teve como propósito investigar as intersecções entre a travessia da adolescência e os transtornos da oralidade, com um olhar atento à dinâmica psíquica que envolve o sujeito adolescente em sua relação com o corpo e o Outro. A partir da revisão teórica e das vivências clínicas de Maria, uma adolescente de 14 anos diagnosticada com transtorno alimentar, foi possível perceber que os transtornos alimentares não se reduzem a uma questão puramente fisiológica, mas se entrelaçam de maneira profunda com as falhas simbólicas que marcam a constituição psíquica do sujeito.

Sob a ótica psicanalítica, a adolescência se revela como um período de intensa vulnerabilidade e complexidade, onde o corpo infantil se desfaz e abre espaço para uma nova configuração de expectativas sociais e culturais. A recusa alimentar, o comer compulsivo e os comportamentos purgativos são, na verdade, tentativas desesperadas do sujeito de se reposicionar frente ao Outro ao não conseguir elaborar simbolicamente os conflitos gerados por essa transição. Essa luta interna reflete não apenas uma dificuldade com o corpo, mas também com a ausência ou a falha na transmissão dos significados simbólicos, especialmente no contexto familiar e na relação com o Outro cultural.

As contribuições deste estudo à comunidade científica são notáveis ao destacar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que escute atentamente a singularidade de cada sujeito, buscando um entendimento mais profundo e sensível sobre os transtornos da oralidade. A psicanálise, ao evidenciar as falhas simbólicas na constituição do sujeito, surge como uma crítica aos modelos biologicistas que isolam os sintomas e os tratam de maneira descontextualizada. Nesse sentido, a clínica psicanalítica se apresenta

como um espaço vital, onde o adolescente pode finalmente expressar suas angústias e, quem sabe, reencontrar um fio de encantamento simbólico que o conduz na travessia do adolecer.

É necessário reconhecer as limitações deste estudo, desenvolvido com base em uma pesquisa clínica orientada pela psicanálise, centrada na articulação entre investigação, tratamento e teoria. A análise se apoiou em uma única vinheta clínica, o que restringe a amplitude dos resultados e impede generalizações. Ainda que esse recorte permita uma escuta aprofundada do sujeito e de sua relação com o significante, os transtornos da oralidade apresentam uma densa complexidade contextual. Por isso, investigações futuras devem considerar outros casos clínicos e ampliar a análise das influências sociais e culturais que atravessam o campo da linguagem e do corpo.

Em suma, este estudo contribui para uma compreensão mais rica e profunda dos transtornos da oralidade na adolescência, oferecendo uma perspectiva psicanalítica que sublinha o impacto das falhas simbólicas na constituição psíquica e a importância de um cuidado interdisciplinar que respeite a singularidade de cada sujeito. A busca por novas formas de cuidado, mais integradas e sensíveis, é um passo essencial para que os adolescentes possam atravessar este período complexo com maior capacidade de elaboração simbólica e que este encontre vias para nomear o que sente.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sonia. **Esse sujeito adolescente**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

ALMEIDA, Karolin Travensoli; PEREIRA, Ruth Fernandes; SORIANO, Sara. A psicanálise como parte do conhecimento interdisciplinar na psicologia hospitalar. *In: XX JORNADA CIENTÍFICA DOS CAMPOS GERAIS*, v. 20, 2022, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: Faculdade Sant'Ana, 2022.

ANDRADE, Luciana Carla Lopes de; LANG, Charles Elias. A transferência na clínica psicanalítica com adolescentes. **Estilos clínicos**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 297-312, ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p297-312>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BIRMAN, Joel. **Tatuando o desamparo**: a juventude na atualidade. 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/chasqueweb/edu01011/birman-tatuando-o-desamparo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CASSARIN, Sidnéia Tessmer *et al.* Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health. **Journal of Nursing and Health**, Pelotas, v. 10, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924>. Acesso em: 30 mar. 2025.

COSTA, Gley P.; VASCONCELOS, Roberto. O corpo inerte (caso Lívia). In: COSTA, Gley P. (e colaboradores). **A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. Cap. 8, p. 164-180.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

EIDELBERG, Alejandra *et al.* **¿Cómo tratan los psicoanalistas las anorexias y bulimias?** Buenos Aires: Factoría Sur, 2004.

FERREIRA, Renata Wirthmann G. O lugar do corpo e da realidade na estruturação do sujeito. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 127-138, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/PPv20n2a2016-08>. Acesso em: 22 mar. 2025.

FREUD, S. **Algumas reflexões sobre a psicologia escolar (1914)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 13, p. 285-289).

FREUD, Sigmund. **Anotações sobre o Bloco Mágico de Freud (1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

FREUD, Sigmund. **Breves escritos**: contribuições para uma discussão acerca do suicídio (1910). Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, Sigmund. **Freud (1916-1917)-Obras completas volume 13**: Conferências introdutórias à psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GUERRA, Andréa Máris Campos; JANUZZI, Mônica Eulália da Silva; FERRARI, Ilka Franco. Desamparo e ações específicas de cuidados com um adolescente na rede pública. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 26, p. e51119, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.51119>. Acesso em: 22 mar. 2025.

HUNGER. Intérprete: Florence + The Machine. Compositores: Florença Welch; Emile Haynie; Thomas Bartlett; Tobias Jesso Jr. *In*: HIGH as hope. Florence + The Machine. Reino Unido: Virgin EMI Records, 2018. 1 CD, faixa 2.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. Relatório do Colóquio de Royaumont 10-13 de julho de 1958. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Antonio Quinet e Angelina Harari. Preparação de texto de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 591-652.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 10**: A angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LADEIRA, Tatiane de Fátima; COPPUS, Alinne Nogueira Silva. Anorexia e adolescência: uma articulação à luz da psicanálise. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 38, n. 71, p. 75-81, 2016. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v38n71/v38n71a08.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LAZZARINI, Eliana Rigotto; VIANA, Terezinha de Camargo. O corpo em psicanálise. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22,

n. 2, p. 241-249, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200014>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MARINI, Marisol. “Você poderá vomitar até o infinito, mas não conseguirá retirar sua mãe de seu interior” – psicanálise, sujeito e transtornos alimentares. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 46, p. 373-409, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460373>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MILLER, Jacques-Alain. Em direção à adolescência. In: CALDAS, Heloisa. (org.). **Errâncias, adolescências e outras estações**. Belo Horizonte: Editora EBP, 2016.

MIRANDA, Marina Ramalho. A representação simbólica nas perturbações alimentares à luz da complexidade mãe-filha. In: GONZAGA, Ana Paula.; WEINBERG, Cibelly. (orgs.). **Psicanálise de transtornos alimentares**. São Paulo: Primavera, 2010.

NASCIMENTO, Ana Júlia do; SILVA, Alice Andrade. O mínimo para viver: uma análise da anorexia na adolescência à luz da psicanálise. **Revista Faculdades do Saber**, São Paulo, v. 10, n. 24, p. 532-543, 2025. Disponível em: <https://rfs.emnuvens.com.br/rfs/article/view/318/235>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PACHECO, André Luiz; ROSA, Márcia. Do sujeito ao falasser: um percurso. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 26, p. e257692, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4414-2023-007>.

PEDROSA, Raquel Lima; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. A perspectiva biomédica dos transtornos alimentares e seus desdobramentos em atendimentos psicológicos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, p. 221-230, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140035>.

PENNA, Paula Dias Moreira; PIMENTA, Cláudio Gonçalves. A importância do processo de alienação na constituição do sujeito: abordagens teóricas e clínicas na psicanálise lacanianiana. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 10, p. e9340-e9340, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-212>.

POLI, Maria Cristina.; BECKER, Ângela Lângaro. Adolescência: uma abordagem na psicanálise lacaniana. *In*: MACEDO, Mônica Medeiros Kother (org.). **Adolescência e Psicanálise: Intersecções Possíveis**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

QUINET, Antonio; PACHECO FILHO, Raul Albino. Saúde mental e psicanálise: os foracluídos na cidade dos discursos. **A peste**, v. 7, n. 2, p. 103-128, 2015.

RASSIAL, Jean-Jacques. **A passagem adolescente: da família ao laço conjugal**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

RIBEIRO, Carolina Nassau; GUERRA, Andréa Maris Campos. Adolescência, atos e o risco de suicídio. **Psicologia USP**, Belo Horizonte, v. 31, p. e190108, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190108>.

SALEK, Laura; ANGELI, Gustavo. Corpo, marca e autoria: considerações psicanalíticas sobre a automutilação e a tatuagem. **Revista Científica Sophia**, Balneário Camburiú, v. 13, n. 1, p. 57-74, 2021. Disponível em: <https://ojs.avantis.edu.br/index.php/sophia/article/view/21/5>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SANTOS, Eliane Gomes dos; SADALA, Maria da Gloria Schwab. Alteridade e adolescência: uma contribuição da psicanálise para a educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, p. 555-568, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Tnn5FRkNGj7znJ5tH3bmTWM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SANTOS, Vinicius Ap Pimenta dos; SILVA, Natália Michelato. Transtornos alimentares na adolescência: as sequelas do influxo midiático e social. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, São Sebastião do Paraíso, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistaic.pesquisaextensaolibertas.com.br/index.php/riclibertas/article/view/115/111>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SAURET, Marie-Jean. A pesquisa clínica em psicanálise. **Psicologia USP**, v. 14, p. 89-104, 2003.

SILVA, Patrícia Martins Guimarães Vieira da; MUÑOZ, Nuria Malajovich. Contornando a urgência na adolescência: o fio tênue da clínica em instituição. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 26, p. e264550, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4414-2023-003>.

SOLER, Colette. **Ce que Lacan disait des femmes**. France: Éditions du Champ Lacanien, 2004.

STEFANI, Manuela Desiderio de *et al.* Tratamento dos transtornos alimentares: perfil sociodemográfico, desfechos e fatores associados. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, São Paulo, v. 72, n. 3, p. 143-151, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000420>.

VENOSA, Viviana Senra; GÉA, Marcela Rezende. Cicatrizes famintas: transtornos alimentares em carne viva. **A Peste–Revista de Psicanálise, Sociedade e Filosofia–Corpo e Discurso**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 465-477, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5546/peste.v2i2.16643>.

GRUPO DA PESQUISA SOBRE ADOLESCÊNCIAS: PERCURSOS E PERSPECTIVAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E SANITÁRIAS

Edna Linhares Garcia¹
Jodéli Fabiana Dreissig²
André Weber de Vargas³
Tainá Schütz⁴
Letiane de Souza Machado⁵
Cristiane Muller⁶
Maria Carolina Magedanz⁷
Carolina da Silva Pedroso⁸
Cibele da Silva Bohn⁹
Leonardo Freese Côrtes Austria¹⁰
Suzane Beatriz Frantz Krug¹¹

INTRODUÇÃO

O cuidado com as adolescências requer um olhar para as peculiaridades que marcam essa dimensão da vida, bem como para

¹ Psicóloga. Docente no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde (PPGPS) e Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Psicologia (PPGPSI) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) E-mail: edna@unisc.br.

² Psicóloga/o, graduada/o pela UNISC.

³ Psicólogo, graduado pela UNISC

⁴ Psicóloga/o, graduada/o pela UNISC.

⁵ Nutricionista. Mestre e doutoranda no PPGPS/UNISC.

⁶ Psicóloga. Mestranda no PPGEDU/UNISC.

⁷ Psicóloga. Mestranda no PPGPS/UNISC.

⁸ Psicóloga. Mestre no PPGPS/UNISC.

⁹ Graduanda em Psicologia pela UNISC.

¹⁰ Psicóloga/o, graduada/o pela UNISC.

¹¹ Docente no PPGPS/UNISC.

as fragilidades encontradas nas políticas de proteção e às iniquidades para o acesso à saúde desse público (Dreissig *et al.*, 2025). O período pós Covid-19 impôs em nível mundial, novas problemáticas, realidades e perspectivas, nos conduzindo por outros caminhos na pesquisa e na extensão. Da mesma forma, o desastre socioambiental, como o vivenciado no Rio Grande do Sul, Brasil, em maio de 2024, causado por chuvas extremas e enchentes históricas que afetaram milhares de pessoas, revelou fragilidades na infraestrutura dos municípios, desigualdades sociais e a urgência de ações para enfrentar a crise climática. Com isso, novas formas de pensar o presente e construir possibilidades para um futuro são demandadas.

Diante disso, as ações, os estudos e as reflexões realizadas no Grupo da Pesquisa Sobre Adolescências (Grupad) buscam acompanhar as transformações provocadas por esses cenários. Em seus primórdios, há mais de uma década, o grupo estava voltado à temática do uso de drogas na adolescência, em resposta a uma demanda de autoridades municipais dirigida à universidade, sobre a problemática do alastramento do uso do crack na cidade. Essa demanda foi atendida por meio de diagnósticos e ações intervencionistas, ao tempo em que muitas outras necessidades eram constatadas pelo grupo, a partir da imersão nesse contexto. Assim, o interesse do grupo foi tomando novos contornos e aprofundando a compreensão sobre as diferentes adolescências, diante da pluralidade de existências e atravessamentos contemporâneos, que precisavam ser abarcados para entender a dimensão que a droga ocupava em seus cotidianos.

Imerso nessa dimensão da vida, nascia a urgência de apreender a diversidade dos modos de ser e estar no mundo. E, por meio da interseccionalidade, o grupo tem refletido sobre marcadores como gênero, raça, classe social, sexualidade, deficiências, território e cultura, que atravessam as adolescências. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica que contribui para evidenciar as múltiplas e diferentes formas de opressão que se cruzam e se combinam afetando as pessoas de forma única, nos

tempos em que vivemos e no contexto em que estamos inseridos (Collins; Bilge, 2021). Considera-se que, sem essa compreensão, as práticas de pesquisa e de extensão se tornam superficiais, desconexas e até violentas, tendo em vista as limitações dos pensamentos e da cultura hegemônica.

Este capítulo possui como objetivo destacar os percursos de pesquisas do Grupad em tempos de crise sanitária, mudanças sociais e desastres socioambientais, destacando as temáticas trabalhadas em suas relações com as adolescências. Ao tempo em que olhamos para os avanços, indicamos novas possibilidades e lacunas para futuras pesquisas. Para isso, foi realizado um levantamento das produções do grupo, traçando um panorama histórico das pesquisas e principais atividades de extensão realizadas de 2020 até 2025.

TECENDO HISTÓRIA ATRAVÉS DA PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O Grupo de Pesquisa sobre Adolescências (Grupad), vinculado à Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), foi criado inicialmente com o objetivo de preencher uma lacuna na literatura relacionada à correlação entre adolescência e uso de substâncias psicoativas. Com o tempo, reconheceu-se a amplitude e complexidade das adolescências como fenômeno, o que motivou a reformulação do nome do grupo e a ampliação de suas áreas de investigação. Nesse contexto, foi desenvolvida uma tecnologia social, o jogo de tabuleiro Caminhos do SUS, com o intuito de promover, de forma dinâmica e acessível, a conscientização dos mais variados públicos acerca do funcionamento e da importância do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa esteira, o presente tópico apresenta as produções desenvolvidas pelo Grupad entre os anos de 2020 e 2025, abrangendo tanto o contexto pandêmico da Covid-19, quanto os impactos das enchentes no estado do Rio Grande do Sul. Ainda, discorre sobre o uso do jogo “Caminhos do SUS” para pesquisa-

intervenção, e da participação em eventos científicos, na qual a divulgação do conhecimento e a aproximação com outras pesquisas foram essenciais para o desenvolvimento dos projetos e reflexões do grupo.

As temáticas abordadas envolveram tanto as narrativas dos adolescentes acerca do uso de drogas, como temas sobre a articulação de redes intersetoriais; os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho em saúde mental e seus efeitos na população; a judicialização nos serviços de saúde mental; o uso do jogo Caminhos do SUS como ferramenta de educação popular em saúde; a medicalização da vida no campo da saúde mental e as possibilidades de uma tecnologia social voltada à promoção da educação em saúde.

Iniciando a linha do tempo, o primeiro artigo produzido nesse contexto foi publicado no ano de 2020, intitulado “O fenômeno da droga e os dispositivos de cuidado em saúde: percepções de adolescentes escolares”, que teve como objetivo analisar, por meio de grupos focais, a percepção de adolescentes acerca das drogas e sobre dispositivos de cuidado existentes. Nos resultados, os adolescentes percebem as drogas como elementos presentes em seu cotidiano, ainda que associadas ao vício, criminalidade e estigma, além de uma visão crítica sobre a legalidade/ilegalidade das drogas. Além disso, internações em clínicas terapêuticas e hospitais, bem como o campo da segurança pública, foram os serviços mais citados pelas pessoas participantes, enquanto os demais dispositivos da rede de saúde, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Estratégia de Saúde da Família (ESF), foram pouco mencionados. Os achados destacam a necessidade de ações que promovam uma assistência integral à saúde e não abordagens centradas somente em internações e nos dispositivos de segurança (Gabe *et al.*, 2021).

Ainda nesse ano, o grupo participou e apresentou trabalhos em diversos eventos, como o 14^o Congresso Internacional da Rede Unida, o Seminário Científico do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc),

o I Congresso Internacional dos Mestrados Profissionais em Psicologia, o 4º Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Promoção da Saúde (CBIPS) e a I Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da Unisc. Os trabalhos apresentavam as adolescências e suas relações com a arte, a drogadição, a educação em saúde e o papel da escola na identificação de demandas para essa etapa da vida.

No ano de 2021 foi produzido o artigo “Os “Nós” da Rede: a construção de ações intersetoriais na prevenção ao uso de drogas com jovens escolares”, fruto de um recorte da pesquisa “Narrativas de Adolescentes sobre Drogas e os Serviços de Saúde Mental CAPSia e CAPSad: intersecções possíveis no contexto de Santa Cruz do Sul”. No estudo, foram realizadas entrevistas com profissionais de saúde que integravam o Programa Saúde na Escola (PSE), as quais demonstraram um distanciamento entre saúde e educação na abordagem com o público adolescente, trazendo a necessidade de ações articuladas entre tais áreas (Garcia *et al.*, 2021). Ainda neste ano, o grupo participou da II Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da Unisc, com apresentação de trabalhos que dissertavam sobre o impacto da pandemia nos serviços de saúde.

Nessa esteira, em 2022 foi publicado o artigo “Pandemia e Serviços de Saúde Mental: impactos na atenção a usuários de álcool e outras drogas”, sendo um recorte da pesquisa “Produção de sentidos acerca da drogadição: panorama do uso de drogas sob o enfoque do adolescente e da família na intersecção do contexto escolar, PSE e CAPSia em Santa Cruz do Sul”. Este analisou os impactos da pandemia de Covid-19 na assistência desse público. O estudo foi realizado com profissionais atuantes em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em um município do Rio Grande do Sul entre os anos de 2017 e 2021. Foi destacada a adoção de novos processos de trabalho, como o teleatendimento, visitas domiciliares, a mudança no perfil dos usuários e a importância das práticas grupais (Garcia *et al.*, 2022).

No mesmo ano, o artigo “Judicialização nos Processos de Saúde Mental: narrativas de profissionais acerca da internação

involuntária de menores” foi publicado. Este investigava a visão de profissionais do CAPS Infantojuvenil sobre a temática da internação involuntária, destacando o perfil dos pacientes, o papel da judicialização e a participação familiar. Foi identificado que é necessário alinhar saúde e justiça para garantir cuidados integrais e a reintegração social dos adolescentes (Oliveira *et al.*, 2022). Essas discussões também foram apresentadas no II Congresso Internacional Boas Práticas em Saúde Mental em Florianópolis, Santa Catarina.

Por último, foi construída uma importante discussão intitulada “Consumo de drogas em tempos de pandemia: reflexões sobre impactos na saúde mental”, em formato de artigo, que buscou analisar o impacto da pandemia no consumo de drogas e na saúde mental da população, destacando como o isolamento social agravou comportamentos aditivos. A pesquisa mostrou que a quarentena intensificou sintomas como ansiedade, depressão e o uso de substâncias como forma de lidar com o estresse. Além disso, apontou a necessidade de políticas públicas que garantam assistência interdisciplinar e estratégias eficazes para minimizar os efeitos psicológicos do isolamento, enfatizando a importância de serviços de saúde mental acessíveis e preventivos (Feldmann; Garcia; Krug, 2022).

Adentrando o ano de 2023, com a publicação do artigo “Caminhos do SUS”: a gamificação como tecnologia social para a educação popular em saúde” o grupo buscou explorar os conceitos de “gamificação” e de “tecnologia social” como ferramentas para o desenvolvimento de um produto didático. A educação popular, campo de teoria e prática de Paulo Freire, ancorou a idealização do jogo “Caminhos do SUS”. No artigo foi detalhado o processo de construção do jogo e as estratégias utilizadas para promover um aprendizado mais interativo e acessível sobre o funcionamento do SUS e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo autonomia e engajamento dos participantes. Nos resultados do artigo foi explorada a ideia de como a abordagem social, que leva em conta os conceitos da tecnologia social e educação popular,

fortalece a cidadania e democratiza o acesso à informação em saúde. Por fim, o jogo está consolidado como uma ferramenta eficaz para multiplicar conhecimentos e estimular a transformação social (Machado *et al.*, 2023).

Nesse mesmo ano, o grupo marcou presença na IV Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da Unisc, no Encontro Regional Sul da Rede Unida e no *II Seven International Congress of Health*. As pesquisas e trabalhos apresentados investigaram temas como adolescências e sexualidade, o papel da família na oferta de bebidas alcoólicas aos adolescentes, autolesão na adolescência e experiências em educação popular em saúde.

O percurso do grupo, em 2024, adentra as dinâmicas e atravessamentos presentes no processo de adolecer, como a questão da medicalização da vida. O artigo “Fases da medicalização em saúde mental: autonomia ou controle?” apresenta uma discussão sobre essa temática, em um estudo que analisa os discursos de pacientes internados em unidades hospitalares no setor de saúde mental. A pesquisa revelou que a prescrição de psicofármacos, muitas vezes, desconsidera a singularidade dos indivíduos, podendo funcionar como um mecanismo mais disciplinador do que cuidadoso em relação aos sujeitos. Ainda, foi observado que a adesão às medicações está fortemente ligada ao desejo de aceitação e reinserção social, evidenciando a necessidade de repensar o uso de psicotrópicos a partir de uma abordagem mais humanizada e centrada na autonomia do paciente (Garcia *et al.*, 2024).

Essas discussões foram levadas ao 16º Congresso Internacional da Rede Unida e à V Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da Unisc. Além disso, o período marca um momento sensível da história do Rio Grande do Sul, as enchentes do mês de maio de 2024. Esses acontecimentos impactaram as pesquisas, as discussões e a inserção comunitária do grupo, que passou a se direcionar para as necessidades emergentes da comunidade, conduzindo um olhar atento às escolas e aos serviços de saúde. A demanda nesse momento era entender de que modo a catástrofe atravessava os

integrantes do grupo enquanto estudantes e professores implicados com as políticas de cuidado. Esse fato mobilizou o grupo a produzir trabalhos cujas temáticas relacionam a saúde mental de adolescentes e os desastres socioambientais, considerando os marcadores sociais da diferença como intensificadores dos impactos vividos no estado. Ainda, foram apresentados resumos que contemplam essa gama de experiências das adolescências, como questões de gênero, educação em saúde, as coletividades, bem como práticas em psicologia e a trajetória do grupo da pesquisa.

Para finalizar o ano de 2024, o grupo publicou o artigo “Caminhos do SUS: ampliação de uma tecnologia social para enfrentamento das iniquidades em saúde”, o qual descreveu o processo de avaliação e aprimoramento do jogo “Caminhos do SUS”. O produto foi aplicado em 24 turmas de 15 escolas públicas com o acompanhamento e registro das percepções dos adolescentes. A partir dos dados produzidos, foi identificada a necessidade da inclusão de novas cartas na segunda edição do jogo, com temáticas como racismo, LGBTQIAPN+fobia, *bullying* e pessoas com deficiência. No artigo, discutiu-se como a inclusão dessas temáticas no jogo permite um diálogo mais profundo com os adolescentes, trazendo reflexões sobre desigualdades e preconceito. Ainda, as novas cartas adicionadas ao jogo apontavam caminhos para os serviços públicos que são importantes para a garantia dos direitos e proteção aos adolescentes. Por fim, conclui-se que as atualizações do jogo fortaleceram o produto como uma tecnologia social inovadora, voltada a educação em saúde e cidadania, auxiliando no enfrentamento das iniquidades (Perini *et al.*, 2024).

Considerando todos os estudos realizados até então, entender quais são as políticas e os marcos legais existentes que tratam do cuidado às adolescências, configurou-se como importante passo para a ampliação e aprofundamento da compreensão dessa dimensão da vida. Assim, em 2025, foi publicado o artigo “No limiar da existência: as adolescências na política pública e o desamparo dessa travessia”. Esse escrito, que refletiu sobre as

adolescências em meio ao modo de vida neoliberal, identificou que o arcabouço de políticas específicas aos adolescentes é parco, apesar da existência de marcos importantes na garantia desse cuidado, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, há uma carência na atenção às especificidades dessa etapa da vida, corroborada com a pouca instrumentalização dessas políticas nas práticas em saúde (Dreissig *et al.*, 2025). Compreendendo a importância de contextualizar social, cultural e politicamente os processos de saúde e doença dos adolescentes, o artigo provoca reflexões para pensarmos como o cenário neoliberal pode aprofundar demandas de saúde nesse público.

Por fim, como destacado, o contexto de crise, marcado pela pandemia de Covid-19 e, mais recentemente, pela calamidade pública provocada pelas enchentes no estado, influenciaram significativamente as escritas produzidas pelo grupo. O grupo foi convocado nos momentos de dificuldade e reinvenção de modos de vida impostos por esses cenários. As pesquisas produzidas passaram a refletir as implicações subjetivas e coletivas vivenciadas pelo grupo, bem como suas prioridades diante das urgências do presente.

Uma ampla diversidade de temáticas passou a compor as discussões e os trabalhos desenvolvidos. Novas perspectivas acerca das adolescências foram surgindo diante dos contextos vividos. A educação em saúde se destacou como atividade determinante para promoção do bem estar em tempos de crise, em especial o olhar para a coletividade, na direção de promoção da saúde comunitária. A saúde mental do adolescente emerge como campo de intervenção, frente ao sofrimento gerado por perdas e incertezas sobre o que o futuro reserva.

Como Grupo de pesquisa, o aprendizado construído em meio a desastres socioambientais é de que “produzir ciência, também é contar histórias”. Histórias que construímos e que nos inscrevem no mundo da ciência, cujo rigor científico não contradiz os afetos, as resistências e o compromisso com o cuidado às adolescências sempre em pauta. Histórias que descrevem e inscrevem sujeitos em tempos difíceis, ao tempo em que fortalecem a atuação como

parceiros das adolescências na transformação para uma vida com menos iniquidades e mais paz.

FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE DROGAS: MAIS DE UMA DÉCADA DE HISTÓRIAS E VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS

Não seria possível abordar a história do Grupad sem reservar um lugar especial para o *Fórum de Discussão sobre Drogas*. O evento, realizado e organizado pelo grupo desde 2010 a partir do curso de psicologia, vai se vinculando e se fortalecendo junto aos Programas de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde e Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Psicologia da Unisc. O evento anual consiste em um projeto de extensão universitário que tem como objetivos:

A articulação entre os diversos setores da sociedade: educação, saúde, assistência social, entre outros, na busca da promoção da saúde de adolescentes escolares, da prevenção ao uso de drogas e da criação de espaços de fala, escuta, compartilhamento de vivências e conhecimentos (Garcia *et al.*, 2020, p.135).

Com 14 edições já realizadas, o Fórum tem reunido, anualmente, cerca de 200 participantes, predominando estudantes de 8º e 9º anos de escolas públicas da educação básica da região do Vale do Rio Pardo, bem como profissionais da educação e da rede de atenção à saúde do território. As atividades desenvolvidas no evento são sustentadas pelo paradigma da educação em saúde, buscando acolher e construir conhecimento, considerando as experiências de vida e os saberes dos participantes. Nesse sentido, representa um espaço único no qual os sujeitos são reconhecidos como protagonistas das ações propostas.

O Fórum propõe a cada edição uma renovação metodológica (Garcia; Machado; Feldman, 2020), para abordar questões que emergem socialmente e que afetam a saúde e o bem-estar do público alvo. Na e após sua 10ª edição, em 2020, o fórum precisou

se adaptar às grandes mudanças sociais. O advento da pandemia de Covid-19 em 2020, assim como os desastres socioambientais de 2024, no Rio Grande do Sul (RS), demandaram novas abordagens e métodos, a fim de atender os objetivos dessa ação de extensão realizada anualmente. As 10^o e 11^o edições, de 2021 e 2022, devido às medidas de isolamento social exigidas pela pandemia, ocorreram de forma virtual, sendo transmitidas no *Google Meet* e *Youtube* de forma gratuita e aberta ao público em geral. Em 2024, com a ocorrência das enchentes, optou-se por direcionar a participação no evento de escolares que tiveram suas instituições de ensino e/ou comunidades mais atingidas.

O *X Fórum de Discussão sobre Drogas: interlocuções Brasil e Portugal*, realizado em 2020, contou com a presença da Prof^ª Elisabete Ramos (Universidade do Porto - UPorto/ PT), em roda de conversa virtual com os integrantes do Grupad, envolvendo a temática: *O Fenômeno das Drogas na Adolescência: interlocuções Porto (Portugal) Santa Cruz do Sul (Brasil)*. Em seguida, foi realizada outra roda com o convidado Prof^o Paulo dos Santos Duarte Vitória (Universidade Beira do Interior - UBI / PT) com a temática *Desafios e possibilidades no cuidado da drogadição*, contando com a participação de trabalhadoras da Rede de Atenção em Saúde de Santa Cruz do Sul. O objetivo deste Fórum foi a realização de uma interlocução com práticas internacionais que envolvem a temática das adolescências e o uso de drogas, para uma troca de experiências, de modo a ampliar aprendizados mútuos.

O *XI Fórum de Discussão sobre Drogas: interlocuções internacionais, cuidados de usuários na pandemia*, realizado em 2021, no mesmo formato da edição anterior, abordou o tema: *Atenção e cuidados aos usuários de drogas em diferentes contextos: interlocuções Brasil, Panamá, Portugal e Catalunya*. O evento contou com a presença do Prof^o Carlos Escudero Nuñez, Coordenador Social da Universidade Santa María la Antigua (USMA) no Panamá, a qual compartilhou seus estudos acerca do uso de drogas em seu país e em Portugal nos últimos anos. Em seguida, o Prof^o Josep Náchter Pinyol, especialista em saúde e Prof^o associado na faculdade de Enfermagem do Campus Terres de

l'Ebre, da Universidade de Rovira i Virgili - Catalunya, socializou sua pesquisa sobre a interlocução das drogas no contexto pandêmico em seu país. Por fim, a Assistente Social Marta Regina Mueller, coordenadora da Política Regional de Saúde Mental da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde do RS, apresentou dados e informações sobre o panorama das drogas em um recorte de uma região de saúde do estado. Esse encontro internacional possibilitou a discussão das semelhanças e diferenças entre os países, nas suas ações e demandas em saúde do adolescente em relação à droga e à drogadição, com a pandemia de Covid-19.

Com o fim da pandemia, o trabalho do Fórum lidou com o contexto pós Covid-19, visando um investimento na reconstrução dos laços afetivos e das vivências inibidas pelo isolamento social. As 12º e 13º edições de 2022 e 2023 retomaram a presencialidade no *campus* da Unisc. No XII Fórum de Discussão sobre Drogas: *traçando caminhos pela educação em saúde* e no XIII Fórum de Discussão sobre Drogas: *(re) construindo saberes sobre escola e saúde*, os estudantes participantes foram separados em equipes para a realização de uma gincana. As equipes foram organizadas de forma a mesclar escolares de diferentes instituições de ensino, a fim de estimular a construção de vínculos, socialização e compartilhamento de experiências de sujeitos de espaços diversos.

As atividades da gincana consistiram em dinâmicas produtoras de educação em saúde, de uma forma lúdica e descontraída. Essas foram: o jogo de tabuleiro Caminhos do SUS, uma ferramenta lúdica de educação em saúde, em que os jogadores precisaram resolver uma “missão” (referente à uma situação em saúde, como gravidez na adolescência, uso de drogas etc) percorrendo simbolicamente os caminhos da rede de saúde e assistência social (Machado *et al.*, 2023); o “Mapa da Rede”, atividade na qual os estudantes identificaram, em um cartaz, a função de diferentes serviços de saúde, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), as Estratégias de Saúde da Família (ESF), entre outros, a partir de pistas distribuídas no campus da Unisc, em uma dinâmica

semelhante de uma caça ao tesouro; o “Mega Caminhos do SUS”, uma adaptação ampliada do jogo de tabuleiro Caminhos do SUS, cujo cenário foi a própria Unisc.

Durante a explicação da atividade, os estudantes receberam uma “carta missão” que os desafiavam a percorrer a universidade, procurando os serviços em saúde (distribuídos em cartazes com um *QR code* de acesso) necessários para seu objetivo; o *quiz*, onde as equipes responderam questões referentes à cuidados em saúde a fim de pontuar na gincana. Por último, o *fanzine*, uma produção artística, onde os adolescentes foram convidados a dialogar sobre adolescências e drogadição através da arte. Este trabalho foi apresentado em auditório para as demais equipes da gincana e participantes no evento. O momento foi permeado de diversão, com humor, poemas, músicas e muita criatividade. Ao final das gincanas, todas as equipes participantes receberam uma premiação de brindes, lanches, material escolar e jogos fornecidos pelos patrocinadores dos eventos. Nesse viés, as ações desenvolvidas ao longo da gincana evidenciaram o potencial transformador de práticas de educação em saúde que se sustentam pelo diálogo, pela ludicidade e pelo reconhecimento das experiências dos sujeitos.

Enquanto os estudantes estavam nas atividades de gincana, os educadores e trabalhadores da saúde participaram de momentos de rodas de conversa com professores da Unisc e outros convidados especialistas nas temáticas da educação e cuidados em saúde mental. Também foram oferecidos momentos de cuidado para esses profissionais, como massagens, dança, entre outras práticas relaxantes. Após a realização dos dois Fóruns pós Covid-19, a 14ª edição deparou-se com um novo paradigma: os desastres socioambientais.

Em maio de 2024, a região do Vale do Rio Pardo foi acometida por uma grande calamidade pública, em que milhares de famílias foram atingidas pelas enchentes. Desta forma, o *XIV Fórum de Discussão sobre Drogas: acolhendo o hoje, inventando o amanhã* estendeu o convite para participação no evento especialmente para escolas da região com estudantes atingidos pelas enchentes. O formato do evento foi estruturado como nas duas edições anteriores, porém, entre

as temáticas de discussão, foi inserida a “Saúde Única”. Esse termo, também conhecido como “Uma Só Saúde”, refere-se a uma abordagem interdisciplinar que reconhece a conexão entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental (Brasil, 2024).

Um cálculo estimado pelo Grupad constata que o evento, em sua história, impactou diretamente mais de 1500 escolares. Considerando ainda os efeitos do conhecimento disseminado pelos participantes às suas famílias e as escolas, esse impacto se amplia significativamente. O Fórum, além de um espaço de educação em saúde, oportuniza a vivência comunitária em um campus universitário, deslocando os sujeitos de seus territórios conhecidos, mostrando novas perspectivas. Oportuniza-se neste encontro novos cenários para o protagonismo adolescente, através do espaço de fala, escuta, pensamento crítico e reconhecimento.

Por fim, destaca-se que são imensuráveis os reflexos dessa ação de extensão, que além de fomentar conhecimento e qualificar a tomada de decisão em saúde dos participantes, estimula os acadêmicos envolvidos a produzir ações e pesquisas para o fortalecimento da articulação entre educação, saúde e comunidade (figura 1).

Figura 1 – XV Fórum de Discussão Sobre Drogas: 15 anos de histórias e vivências compartilhadas!



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Três dos Fóruns realizados foram apresentados em documentários no Youtube. Segue nome e endereço de acesso a eles:

XIII Fórum de discussão sobre drogas: (re)construindo saberes sobre escola e saúde: <https://www.youtube.com/watch?v=6ryZmIiqsTU&t=62s>.

VIII Fórum de discussão sobre drogas: dialogando com adolescentes <https://www.youtube.com/watch?v=CCrctaworVM&list=PLxBanqQ7eXkinmM2B5OP1Kba3v8rGgkcy>.

IV Fórum de Discussão sobre Drogas: construindo narrativas <https://www.youtube.com/watch?v=MoZfl3uo7jE&list=PLxBanqQ7eXkinmM2B5OP1Kba3v8rGgkcy&index=2>

UMA CAMINHADA COLETIVA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE, PESQUISA E EXTENSÃO POR MEIO DA TECNOLOGIA SOCIAL “CAMINHOS DO SUS”

As práticas do Grupad englobam diferentes frentes de atuação, compondo uma sincronia entre a tríade pesquisa, ensino e extensão universitária. O “Caminhos do SUS” é um dos produtos relevantes desenvolvidos ancorados na produção de dados por meio de estudos, construído em conjunto com a comunidade e com o objetivo de compartilhamento de informações em saúde e assistência social (figura 2).

Figura 2 – Jogo de tabuleiro “Caminhos do SUS”.



Fonte: Acervo dos autores, 2023.

O “Caminhos do SUS” se constitui em um jogo de tabuleiro, no modo físico, voltado à educação em saúde para adolescentes, sendo categorizado como uma tecnologia social (Machado *et al.*, 2023). Essa definição se refere a seu caráter didático, correspondendo a um conjunto de processos que buscam a produção de conhecimento, com impacto significativo na sociedade. Ademais, a tecnologia social prevê uma intrínseca relação com a população, necessitando ser apropriado por ela. Nesse sentido, o jogo foi concebido não só a partir das demandas dos adolescentes, como também “com” e “para” esse público. Sua reprodutibilidade, baixo custo e fácil aplicabilidade constituem os princípios de uma tecnologia social (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL [ITS], 2024).

O avanço dos estudos sobre a tecnologias sociais pelo grupo entrelaçou a perspectiva da educação popular em saúde. Paulo Freire, em “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” (1996) defende que a educação deve ser coerente com a realidade de vida, incentivando um processo de reflexão e a participação ativa na esfera social. Nesse sentido, os dois conceitos preveem a emancipação da população, a promoção de autonomia e transformação social. O “Caminhos do SUS” percorre essas teorias e adentra na prática, envolvendo comunidades escolares, serviços de saúde e universidades.

Por seu objetivo, simular problemáticas cotidianas que necessitam de serviços públicos para resolução, o produto provoca uma reflexão sobre os saberes em saúde. Em pesquisa com escolares, Garcia, Machado e Feldmann (2020) identificaram um certo desconhecimento dos adolescentes sobre os dispositivos de cuidado que compõem o SUS e o SUAS. Assim, se questiona: quais os processos de ensino em saúde desenvolvidos nas escolas? O “Caminhos do SUS” nasce na perspectiva de minimizar essas lacunas identificadas, e fortalecer políticas sociais como o Programa Saúde na Escola e outros vinculados à educação e à saúde.

Desde sua primeira edição (2022), o jogo foi aplicado em 15 escolas públicas de Santa Cruz do Sul, com público estimado de 800

alunos. Ademais, foi utilizado em 3 Fóruns de discussão sobre drogas, eventos que reuniram mais de 10 escolas do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari. O jogo se mostrou efetivo também em aplicações com diversos públicos, em turmas de ensino técnico, graduação, pós-graduação, serviços de atenção básica e especializada em saúde, entre outros equipamentos públicos. O público diretamente atingido é estimado em 3 mil pessoas. Até o momento, 300 jogos foram doados para diferentes instituições públicas, em sua maioria escolas .

Em 2024, frente à crescente procura de outros locais do Brasil, o “Caminhos do SUS” passou por um processo de digitalização com a parceria do desenvolvedor de jogos digitais Igor Flores. Optou-se pela troca do nome do produto, sendo o digital nomeado “Caminhos da Cidadania” (figura 3). Algumas dinâmicas e nomenclaturas foram atualizadas para perfazer todo território nacional. Atualmente o “Caminhos da Cidadania” está disponível para acesso no endereço: <https://igorflores.itch.io/caminhos-da-cidadania>.

Figura 3 – Jogo digital “Caminhos da Cidadania”



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Além da digitalização, o produto está em processo de validação por especialistas, etapa da pesquisa que compõe a tese de doutorado “CAMINHOS DO SUS: tecnologia social promotora de educação em saúde na adolescência”, desenvolvida pela integrante do Grupad e doutoranda em Promoção da Saúde, Ma. Letiane de Souza Machado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar a história de um grupo que pesquisa e estuda sobre as adolescências, não se resume a um relato de fatos, mas sim, implica narrativas de transformações, tanto nas produções quanto nos próprios integrantes. Visitar os adolescentes em seus espaços, recebê-los na universidade, revisitar nossas próprias adolescências e convidar outros adultos a fazer o mesmo, tem se configurado importantes pontos de partida de nossas produções, de modo a sustentar o velho e bom clichê: nada para eles sem eles! Conhecimentos, reflexões e estratégias têm sido construídos, como vias de resistência à invisibilidade, as opressões e a tendência a menosprezar esse modo de ser e estar no mundo.

Narrando os percursos realizados pelo Grupo da Pesquisa sobre as Adolescências (Grupad) entre os anos 2020 a 2025, pôde-se enfatizar as diferentes transformações das produções do grupo, que se fizeram importantes para responder de forma adequada as demandas das adolescências e de seus contextos. O grupo se reinventa frente às intercorrências que se apresentam, de modo a produzir estudos que auxiliam em processos de cuidado mais integral às adolescências, tendo como ferramenta de análise para as atividades práticas a interseccionalidade. Assim, reafirma-se o compromisso do grupo com as pluralidades que se fazem presentes nessa dimensão da vida, colaborando para a problematização das práticas instituídas e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis e inclusivas.

O Grupad traz em seu bojo, o compromisso constante com a política de disseminação e democratização do conhecimento,

articulando produções científicas com ações extensionistas voltadas à comunidade. Além de publicar em periódicos científicos e participar de eventos acadêmicos, o grupo realiza rodas de conversas em escolas públicas, promove o Fórum de Discussão sobre Drogas e aplica o jogo 'Caminhos do SUS' para além dos muros da universidade, tornando o conhecimento acessível a diferentes públicos. Desse modo, as atividades do grupo fortalecem a aproximação entre escola e universidade e a intersecção entre os estudos teóricos e as vivências práticas. Tais iniciativas, somadas ao processo contínuo de captação de novos membros, reafirmam o compromisso do grupo com a ampliação do conhecimento sobre a saúde pública, o SUS e temas correlatos.

Em suma, ao longo dos últimos 5 anos, o grupo reafirmou e continua trabalhando em prol da concepção de uma pluralidade das adolescências, visibilizando seus atravessamentos sociais, políticos e identitários. Com produção científica ética e crítica e o desenvolvimento de ações de promoção e educação em saúde, os desafios e objetivos são continuar atuando em suas diferentes frentes e demandas que surgem, juntamente com a construção de parcerias dos diversos setores da sociedade, além da comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. **Saúde Única**. Paraná: Fiocruz Instituto Carlos Chagas, 2024. Disponível em: <https://www.icc.fiocruz.br/extensaodivulgacaocientifica/wp-content/uploads/2023/08/Saude-Unica.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

DREISSIG, Jodéli F.; PERINI, Isabella R.; PEDROSO, Carolina S.; MACHADO, Letiane S.; GARCIA, Edna L. No limiar da existência: as adolescências na política pública e o desamparo dessa travessia.

Estilos da Clínica, São Paulo, Brasil, v. 30, n. 1, p. 100–113, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v30i1p100-113>.

FELDMANN, Rayssa M.; GARCIA, Edna L.; KRUG, Suzane B.. Consumo de drogas em tempos de pandemia: reflexões sobre impactos na saúde mental. Interthesis: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2022.e85907>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABE, Kamilla M. *et al.* O fenômeno da droga e os dispositivos de cuidado em saúde: percepções de adolescentes escolares. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/rjp.v10i1.14898>.

GARCIA, Edna L. *et al.* Os "nós" da rede: a construção de ações intersetoriais na prevenção ao uso de drogas com jovens escolares. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 200-216, jan. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2025.

GARCIA, Edna L. *et al.* Pandemia e serviços de saúde mental: impactos a usuários de drogas. **International Journal of Development Research**, v. 12, n. 11, p. 60425-60430, 2022. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/pandemia-e-servi%C3%A7os-de-sa%C3%BAde-mental-impactos-usu%C3%A1rios-drogas>. Acesso em: 21 maio 2025.

GARCIA, Edna L.; DREISSIG, Jodéli F.; MACHADO, Letiane S.; AUSTRIA, Leonardo F. C.; PEDROSO, Carolina S.; MULLER, Cristiane. Faces da medicalização em saúde mental: autonomia ou controle? **Revista Círculo de Giz**, n. 5, 2024. Disponível em: https://www.circulodegiz.org/_files/ugd/cf9c47_a55eda7221d4473a914dbb53596f58da.pdf?index=true. Acesso em: 21 jan. 2025

GARCIA, Edna L.; MACHADO, Letiane S.; FELDMANN, Rayssa M. Narrativas de adolescentes sobre drogas e os serviços de saúde

mental CAPSia e CAPSad: intersecções possíveis no contexto de Santa Cruz do Sul. *In*: GARCIA, E. L.; MACHADO, L. de S.; FELDMANN, R. M. (orgs). **Prevenção ao Uso de Drogas na Adolescência: um caminho que inicia pela escuta**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2020. p.113-150. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/livros/1438.pdf>

ITS. Desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia Social. Tecnologia Social. Disponível em: <https://itsbrasil.org.br/areas-de-atuacao-tecnologia-social>. Acessado em: 05 jun. 2025.

MACHADO, Letiane S.; DULLIUS, Maria E. R.; HOPP, Gabriella S.; GARCIA, Edna L. "Caminhos do SUS": a gamificação como tecnologia social para a educação popular em saúde. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 322-338, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2023-68129>.

OLIVEIRA, Gabriela; GARCIA, Edna L.; KRUG, Suzane B. F.; MACHADO, Letiane S.; DULLIUS, Maria E. R.; HOPP, Gabriela S.; SCHMIDT, Stefanie. Judicialização nos processos de saúde mental: narrativas de profissionais acerca da internação involuntária de menores. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 50-62, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17058/rjp.v12i1.17488>.

PERINI, Isabella R. *et al.* Caminhos do SUS: ampliação de uma tecnologia social para enfrentamento das iniquidades em saúde. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 46-59, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17058/rjp.v14i1.19237>.

criar-se é exercício diário de liberdade.

Este livro é um convite à reflexão sobre adolescências. A partir de diálogos com escolas e escolares, famílias, serviços de saúde e territórios, a obra reúne potentes estudos, pesquisas e intervenções que podem iluminar encontros com adolescentes. Entre travessias, paragens e desafios, apresenta caminhos possíveis para o cuidado, num movimento de escutar os tempos, dessa dimensão da vida, possibilitando uma compreensão sobre modos de existir, construídos no contemporâneo. Uma leitura necessária para quem trabalha, pesquisa ou se interessa pelas complexidades do adolecer.

